

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Thiago Rodrigues Schulze

**A BUSCA POR CONTRIBUIÇÕES E SUBSÍDIOS A UM
CURRÍCULO DE TURISMO NO BRASIL FUNDAMENTADO NOS
PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ÉTICA**

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO-CURRÍCULO

SÃO PAULO

2011

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Thiago Rodrigues Schulze

**A BUSCA POR CONTRIBUIÇÕES E SUBSÍDIOS A UM
CURRÍCULO DE TURISMO NO BRASIL FUNDAMENTADO NOS
PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ÉTICA**

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO-CURRÍCULO

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Educação-Currículo, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Tarciso Masetto

SÃO PAULO

2011

Folha de Aprovação da Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os pesquisadores que investigam os temas Educação, Currículo e Turismo. Assim como os viajantes, os cientistas não voltam depressa para casa algumas semanas depois, com a primeira resposta encontrada. Eles se locomovem, da mesma maneira que os viajantes, devagar, metodicamente, ao longo de períodos de anos, de uma parte do mundo a outra, para descobri-lo, investiga-lo e, enfim, solucionar seu problema de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo incentivo e financiamento da pesquisa, pois sem recursos, não se pratica ciência.

Ao professor doutor Marcos Masetto, por quase uma década de parceria, paciência, orientação e ajuda, sobretudo por sempre ter confiado em nosso trabalho, ao professor doutor Luiz Trigo, quase uma década e meia de acompanhamento e orientação, e à professora doutora Mere Abramowicz, pois sem seus ensinamentos sobre currículo, esta tese poderia nem ter sido pensada. Para que consigamos atravessar com sucesso o curso da vida – *curriculum vitae* – precisamos de pessoas que acreditem em nosso projeto profissional e pessoal desde o início.

Ao Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Paradigmas Curriculares, pelos laços de amizade e companheirismo desde 2005.

A todos amigos, professores e colaboradores da PUC-SP, principalmente do Programa de Pós Graduação em Educação –Currículo, pela valiosa ajuda em todos os momentos do curso e por manter vivo o espírito “PUC”. Destaque também a todos os colegas e professores do projeto UCA, sem dúvida uma oportunidade única de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e profissional.

Finalmente, aos familiares, sobretudo minha avó, minha madrinha e meus primos de Mogi Mirim-SP, presentes em todos os momentos, assim como todos os amigos de Campinas-SP, sempre dispostos a ajudar, não importa a dificuldade.

...bastava ele ver um mapa para se pôr a estudá-lo apaixonadamente, e, em seguida, no mais das vezes, começar a planejar alguma viagem nova, impossível, que às vezes acabava se realizando. Ele não pensava em si mesmo como turista; era um viajante. A diferença era, em parte, uma diferença de tempo, ele explicava. Enquanto o turista geralmente volta depressa pra casa ao fim de algumas semanas ou meses, o viajante, que não pertence a um lugar mais do que a outro, se locomove devagar, ao longo de períodos de anos, de uma parte da terra a outra. (Paul Bowles, O céu que nos protege)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar, identificar e construir contribuições e subsídios para um currículo de Turismo no Brasil fundamentado nos princípios norteadores da ética. O trabalho é desenvolvido com base na construção de um conceito de currículo e na identificação de quatro elementos que o compõe, especificamente a contextualização, os sujeitos, a processualidade e a democratização. Elaborado o conceito de currículo, parte-se para a investigação dos elementos que relacionam a ética à atividade turística, e são identificados cinco, a hospitalidade, a sustentabilidade, a inclusão social, a cidadania e o multiculturalismo. Para a construção das categorias de análise, verificou-se como estes cinco elementos se fazem presentes no panorama turístico contemporâneo, sobretudo no Brasil, com base no estudo de documentos e publicações sobre o tema, bem como numa vivência profissional de seis meses em um navio de cruzeiros. Estabelecidas as categorias de análise, efetuou-se o cruzamento entre os elementos do currículo e os aspectos decorrentes dos resultados obtidos a partir da análise do panorama turístico contemporâneo, esta fundamentada nos cinco elementos da ética em turismo. Assim, foram construídas e identificadas as contribuições e os subsídios para um currículo de Turismo no Brasil fundamentado nos princípios norteadores da ética.

Palavras-chave: currículo, curso de Turismo, ética

ABSTRACT

This work aims to investigate, identify and build contributions and aspects for a Brazilian's tourism curriculum, based on the guide principle of ethics. The work is developed considering the building of a concept of curriculum and identification of four elements which composes it, particularly the contextualization, the people, the processuality and the democratization. Elaborated the concept of curriculum, the research goes to investigate the elements which link the ethics to tourism activity. Five elements were identified: the hospitality, the sustainability, the social inclusion, the citizenship and the multiculturalism. For the building of the categories of analysis, we had observed how these five elements belong to contemporary panorama of the tourism, mainly in Brazil, based on the study of documents and publications about the theme, as well as a six months professional experience in a cruise ship. Settled the categories of analysis, we had effectuated the crossing of the four elements of curriculum and the aspects emerged from the results obtained during the study of the contemporary panorama of tourism, based on the elements of ethics in tourism. Then, the contributions and aspects for a Brazilian's tourism curriculum, based on the guide principles of ethics, were built and identified.

Key words: curriculum, tourism course, ethics.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	x
LISTA DE QUADROS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	01
1 – A CONCEITUAÇÃO DE CURRÍCULO E SEUS ELEMENTOS.	12
1.1 O conceito de currículo.....	12
1.2 Elementos intrínsecos ao currículo.....	14
1.3 Currículo e inovação.....	37
2 – A ÉTICA EM TURISMO: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS...	42
2.1 Ética em turismo: novas perspectivas sobre a sustentabilidade e a hospitalidade.....	44
2.2 Novos aspectos que relacionam a ética à atividade turística.....	59
2.3 A presença e o sentido dos novos elementos da ética em turismo, no cenário turístico contemporâneo brasileiro.....	71
3 – CONTRIBUIÇÕES E SUBSÍDIOS A UM CURRÍCULO DE TURISMO, FUNDAMENTADO NOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ÉTICA.....	96
3.1 Contextualização.....	101
3.2 Sujeitos.....	110
3.3 Processualidade.....	117
3.4 Democratização.....	118
CONSIDERAÇÕES	124
REFERÊNCIAS.....	130

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Contribuições e subsídios ao turismo identificados por Schulze, a partir da ética contemporânea..... 94**
- Figura 2 - Contribuições e subsídios a um currículo de um curso de Turismo no Brasil, fundamentado nos princípios norteadores da ética, segundo Schulze..... 99**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro-síntese: aspectos do turismo ligados à inclusão social, cidadania e ao multiculturalismo, segundo Schulze.....	69
---	-----------

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema **“A busca por contribuições e subsídios a um currículo de Turismo no Brasil fundamentado nos princípios norteadores da ética”**. O interesse pela temática é consequência de um conjunto de experiências por nós vivenciadas desde 2004, período em que iniciamos os estudos no curso de Mestrado em Educação-Currículo pelo Programa de Pós-Graduação em Educação-Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Apresentamos uma síntese das principais experiências que despertaram o interesse pela pesquisa, especificamente a elaboração da dissertação de mestrado e duas disciplinas cursadas no período: Teoria do Currículo, e Formação Pedagógica do Docente do Ensino Superior e Paradigmas Curriculares.

A Teoria do Currículo é uma disciplina introdutória do curso de Mestrado e foi cursado pelo autor no primeiro semestre de 2004. Dentre os autores ligados à área de educação e currículo estudados ao longo das aulas, os que mais influenciaram a escolha da temática desta pesquisa foram Goodson (1998), Freire (1996), Giroux (1997), Moreira (1995), Sacristán (2000), Apple (1982,2001), que aliás compareceu em evento na PUC-SP, em 2006 e proferiu palestra aos alunos dos cursos de pós-graduação em Educação, sobre o tema educação e currículo.

Além das leituras, outra atividade significativa realizada em sala de aula foi a elaboração das memórias de prática. Cada aluno teve a oportunidade de demonstrar, a partir de sua prática a atuação cotidiana, a relação com o currículo, em outras palavras, a apresentação do currículo vivenciado em dado contexto.

Tanto as leituras e discussões, como as atividades, permitiram uma ampliação do conceito de currículo, sobretudo de sua perspectiva crítica, que dá ênfase às relações de

poder, às desigualdades sociais, às tensões, às lutas acerca de qual tipo de manifestação cultural e conhecimento são válidos em determinado contexto.

Com características e objetivos diferentes, a disciplina Formação Pedagógica do Docente do Ensino Superior e Paradigmas Curriculares foi oferecida no primeiro semestre de 2005. Teve como objetivo a busca por propostas curriculares inovadoras, a partir do conceito de paradigma proposto por Kuhn (2000). Para tanto, a disciplina envolveu estratégias como a conceituação de paradigma curricular baseada na leitura de autores como Sacristân (*op. cit.*), Berbel (1999), Lopes & Macedo (2002), Masetto (2004), Apple (*op.cit.*). A partir da leitura de tais autores e a consequente identificação do que seria considerado um paradigma curricular, foram discutidos quais elementos o comporiam. Num terceiro momento, dividiu-se a sala em grupos, e cada grupo apresentou uma proposta hipotética para um curso de formação de Educadores, estruturado a partir dos elementos que compunham um paradigma curricular.

Convém destacar que desta disciplina surgiu um trabalho apresentado pelo autor no Encontro Comemorativa de 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação-Currículo da PUC-SP, em parceria com Tavares e Pessate (PESSATE, TAVARES & SCHULZE, 2005), intitulado “**Paradigmas curriculares: princípios de provisoriedade**”, que refletiu sobre elementos constitutivos de uma inovação curricular para um curso de formação de professores. É relevante ainda mencionar que, no segundo semestre de 2005, foi proposta a criação de um grupo de pesquisa para aprofundar as investigações sobre a temática, sob a coordenação do docente responsável pela disciplina. O grupo de pesquisa Formação de Professores e Paradigmas Curriculares foi registrado no CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e investiga desde então propostas curriculares inovadoras em Educação Superior.

A terceira experiência que contribuiu para a realização desta pesquisa, a dissertação de mestrado, abordou a temática aprendizagem em cursos de turismo. Identificou a ética e a estética, relacionadas à hospitalidade e à sustentabilidade como princípios norteadores da aprendizagem, caracterizada como o desenvolvimento integral do ser humano, em uma lógica alternativa à essencialmente mercantil, expressada por competências ligadas à área de conhecimentos, habilidades e atitudes. Em nossa

dissertação de mestrado, esta lógica alternativa esteve ligada a um “ser humano de cuidado” em contato com o mundo e com os outros seres humanos.

Efetuamos também uma análise de um projeto de curso de Turismo para identificar como tais princípios norteadores estavam presentes ou não no documento analisado. Pudemos afirmar que:

“Tais princípios para serem considerados norteadores de um curso, necessitam permear todos os elementos do curso, não se restringindo ao discurso, mas perpassando objetivos de formação, perfil do aprendiz a ser formado, uma proposta que englobe a duração do curso, carga horária, disciplinas envolvidas, bem como atividades complementares, avaliação, gestão do curso, chegando até a considerar os recursos didáticos necessários. Mesmo que algum ponto não tenha sido mencionado aqui, pode-se concluir que os princípios norteadores da aprendizagem em um curso de Turismo, no caso a hospitalidade e a sustentabilidade só se constituirão como tais a partir do momento em que forem assumidos como um paradigma curricular, perpassando os elementos citados, e não apenas mudanças pontuais, como a inclusão de uma nova disciplina chamada Ética e Estética em Turismo, ou mesmo a proposição de uma atividade complementar, como os chamados Trabalhos Interdisciplinares que tenham como temática tais princípios norteadores.” (SCHULZE, 2006, p. 155-156).

Esta afirmação, somada aos estudos realizados nas disciplinas anteriormente apresentadas, despertou nosso interesse em continuar as investigações ligadas à Educação e aos cursos de Turismo, pois, ao mesmo tempo em que comprovamos a relevância dos princípios norteadores da ética e da estética ligados à hospitalidade e à sustentabilidade nos cursos de Turismo, compreendemos a relevância de se aprofundar as pesquisas acerca do currículo e dos diferentes aspectos que o compõem.

A trajetória, porém, por nós percorrida durante o doutorado, demonstrou que poderíamos concentrar nossos esforços na ética contemporânea em turismo, para não correremos o risco de uma abordagem superficial dos preceitos da estética ou mesmo desviarmos o foco da pesquisa. Também detectamos que nossa pesquisa exigia um aprofundamento acerca das características da atividade turística no Brasil e sua respectiva relação com a ética, já que abordariamos o currículo dos cursos.

Como consequência deste conjunto de experiências anteriormente destacadas, e o interesse em investigar uma temática mais ligada ao currículo, originou-se o seguinte problema:

Como identificar e construir contribuições e subsídios para um currículo de Turismo no Brasil, fundamentado nos princípios norteadores da ética?

A partir do problema de pesquisa delimitado, o objetivo principal de nossa pesquisa configurou-se da seguinte forma:

- Investigar aspectos ligados ao conceito de currículo, identificar elementos que compõem a ética em turismo, bem como momentos e passagens que ilustrem o panorama contemporâneo do turismo no Brasil e sua relação com tais elementos, de modo a servirem de base para a identificação e construção de contribuições e subsídios para um currículo de Turismo no Brasil, fundamentado nos princípios norteadores da ética.

Como objetivos secundários, destacamos os seguintes:

- ◆ Construir um conceito de currículo a ser adotado na pesquisa, a partir de pesquisadores da área de Educação e Currículo que discutem a temática;
- ◆ Analisar publicações posteriores à defesa de nossa dissertação de mestrado, que abordaram a ética, a hospitalidade e a sustentabilidade, de modo a verificar, se houver novas abordagens acerca de tais conceitos;
- ◆ Estabelecer uma análise de publicações que permitam identificar as principais transformações globais, ocorridas após a crise econômica de 2008 e 2009, e, de que forma, influenciaram a atividade turística, desta análise, extrair novos elementos ligados à ética contemporânea;
- ◆ Identificados os elementos, analisar documentos e publicações que retratam o panorama turístico contemporâneo no Brasil, bem como nossa vivência profissional em um navio de cruzeiros, para se compreender de que forma tais elementos se apresentam;

- ♦ A partir dos resultados obtidos no cruzamento dos dados, construir e identificar contribuições e subsídios a um currículo de Turismo no Brasil fundamentado no princípio norteador da ética.

Conforme mencionado em nossa dissertação de mestrado, os resultados nos permitiram afirmar que havia uma limitação, ao se pensar os princípios norteadores da aprendizagem enquanto esferas de um curso, e que o aprofundamento dos estudos acerca do currículo seria necessário para trabalharmos tais temas nos cursos de Turismo. Justificamos a escolha do tema também como uma contribuição a gestores e equipes que desejem construir uma proposta curricular para um curso de Turismo em alguma instituição de Ensino Superior brasileira, e que entendam que a ética contemporânea em Turismo possa ser um elemento norteador desta construção, de modo a se constituir num currículo diferenciado, inovador, atual, centralizado no ser humano e em sua relação com o turismo, mas que, ao mesmo tempo, considere os principais temas contemporâneos da atividade turística. Destacamos ainda, a seguir, a relevância teórico/acadêmica, social e profissional da pesquisa.

Como relevância teórico/acadêmica, salientamos que se trata de uma pesquisa em currículo que se origina nas ciências da Educação, constrói um conceito de currículo e o assume para a busca de contribuições e subsídios a um curso específico da Educação Superior, o de Turismo. Como, porém, esta parte inicial da pesquisa tratou especificamente do currículo, destacamos sua relevância teórico-acadêmica na medida em que outros pesquisadores em Educação e Currículo também podem utilizar este referencial para investigar e analisar outros cursos, respeitadas as devidas contextualizações.

Por sua vez, também acentuamos que os estudos das fontes utilizadas para a identificação dos elementos da ética em turismo também possuem sua devida relevância teórico-acadêmica para o turismo no Brasil, pois envolvem a análise de documentos elaborados recentemente, como o Plano Nacional de Turismo, em 2007, a Lei Geral do Turismo, em 2008, bem como publicações recentes que tratam a temática, sobretudo após 2008 e 2009, e ainda nossa vivência profissional em um navio de cruzeiros. Todas estas fontes permitiram estabelecer um cenário da atividade turística contemporânea no

Brasil, e surgindo a ética como princípio norteador, por meio dos elementos identificados.

Como relevância social da pesquisa, enfatizamos que a busca por contribuições e subsídios a um currículo de Turismo, fundamentado nos princípios norteadores da ética, considera o contexto em que o curso está inserido, pois foca suas atenções ao panorama turístico contemporâneo brasileiro. Destaca igualmente, em diferentes momentos, a importância da comunidade para o desenvolvimento da atividade turística no curso.

Sobre a relevância profissional da pesquisa, além de considerarmos a universidade como um *locus* privilegiado de formação do profissional e cidadão que atua ou atuará em Turismo, entendemos que as contribuições e subsídios decorrentes da análise do panorama turístico contemporâneo brasileiro, permitem aos aprendizes participantes do curso, tomar contato com a realidade que encontrará na atividade turística. Além disso, de que forma, a partir da ética, ele pode posicionar-se perante as situações cotidianas de Turismo, contribuir para transformar realidades em que a ética não esteja presente, e ainda compreender as relações de cuidado entre os seres humanos e entre os seres humanos e o mundo no Turismo.

Ainda como relevância profissional, destacamos a oportunidade do profissional de Turismo qualificado assumir posições de planejamento e gestão da atividade turística, num cenário em expansão, sobretudo com os preparativos necessários para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016, a ser realizados no Brasil.

Sobre a metodologia adotada para o desenvolvimento de nossa pesquisa, destacamos que ela buscou a compreensão dos fatos na educação e currículo, na atividade turística contemporânea brasileira e no curso de Turismo, já que pesquisou contribuições e subsídios a um currículo de Turismo no Brasil, fundamentado no princípio norteador da ética contemporânea. Entendemos assim que o enfoque metodológico esteve ligado mais aos pressupostos da pesquisa qualitativa, cujo termo genérico, segundo Chizzotti é utilizado para:

“Designar pesquisas que usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas

atribuem ao que falam e fazem. As ciências que pressupõem a ação humana devem levar em conta a liberdade e a vontade humana e estas sempre interferem no curso dos fatos e dão significados muito diversos à ação, por isso, tendem a recorrer a esse tipo de pesquisa, para encontrar informações seguras que suportem a interpretação” (CHIZZOTTI, 2006, p. 17).

Investigar o currículo e as contribuições e subsídios a ele, diz respeito ao trabalho de um educador-pesquisador que busca compreender qual o significado de tais contribuições e subsídios no contexto de determinado curso de Educação Superior, especificamente o curso de Turismo. Assim, reconhecemos e valorizamos a diversidade de interpretações e a interferência no curso dos fatos, o que confirma, no entanto, a necessidade de se propor um tipo de pesquisa marcada por nossa concepção de ética em turismo e currículo, devido nossa experiência pessoal e profissional acumulada sobretudo após o contato com tais temas desde o ingresso no mestrado em 2004, aprofundado ao longo da pesquisa de doutorado. Enfim, uma pesquisa que atribui significado aos documentos e fontes analisadas, interpreta o sentido da ética contemporânea em turismo e do currículo, e relaciona tais conceitos a um contexto específico, o dos cursos de Turismo no Brasil.

Como práticas de investigação adotadas na pesquisa, destacamos duas:

A primeira diz respeito à análise bibliográfica e documental, necessárias para se construir o conceito de currículo e da ética contemporânea em Turismo, além de identificar de que forma tais elementos se fizeram presentes no panorama turístico brasileiro.

A segunda, podemos intitulá-la como reflexão sobre a ação, pois utilizamos como fonte de dados nossa vivência profissional em um navio de cruzeiros pelo período de seis meses. Chamamos esta prática de reflexão sobre a ação e não uma história de vida, pois, além de não se constituir no objeto de pesquisa, investigar a rotina profissional de um tripulante marítimo, esta prática é complementar à primeira que demandou mais tempo e esforço de nossa parte, e trazendo, entretanto, mais elementos para que compreendêssemos a ética contemporânea em Turismo.

Como procedimento adotado para nossa pesquisa, utilizamos a análise de conteúdo. Buscamos por meio deles extrair sentidos e significados nos documentos e publicações analisadas, sobretudo conceitos, palavras-chave e expressões que nos permitam elaborar e adotar um conceito de currículo composto por quatro aspectos. Além disso, pudemos identificar os cinco elementos que estabeleceram uma ligação entre a ética contemporânea como manifestação do “contato de cuidado” entre os seres humanos e entre os seres humanos e o mundo, e os preceitos da atividade turística na contemporaneidade.

Para a construção de nosso conceito de currículo e a identificação dos elementos que o compõe, buscamos significados e palavras-chave em publicações de pesquisadores que investigaram a temática. Cada autor analisado enfatizou um ou mais aspectos como intrínsecos ao currículo. Como resultado desta análise de conteúdo, chegamos a quatro elementos e demonstramos sua relevância para a construção do conceito de currículo adotado ao longo de nossa pesquisa.

Os cinco elementos-chave que estabeleceram a ligação entre a ética e o turismo foram identificados da seguinte forma:

Dois deles, a sustentabilidade e a hospitalidade, remanescentes de nossa dissertação de mestrado, cujos preceitos foram atualizados, a partir de análises de publicações que surgiram sobre a temática após 2006, momento em que defendemos a dissertação.

Os outros três elementos, a inclusão social, a cidadania e o multiculturalismo, foram identificados durante a análise das publicações que abordaram as transformações globais ocorridas, sobretudo, após a crise econômica global de 2008 e 2009, e a respectiva relação com a atividade turística.

Os cinco elementos identificados foram então transformados em categorias de análise e procedemos da seguinte forma:

Sobre os dois primeiros elementos, já havíamos comprovado então sua relevância e sua relação com a ética na dissertação de mestrado. Verificamos se novas publicações

surgiram sobre as duas categorias, fato por nós constatado e que exigiu uma atualização do conceito de ambas.

As três categorias subsequentes foram utilizadas para identificarmos sua frequência, pertinência, sentido e significado em quatro situações distintas que refletem o panorama turístico contemporâneo, sobretudo no Brasil. Encontramos momentos e passagens que ilustraram a pertinência de cada categoria no **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão**, na **Lei Geral do Turismo**, promulgada em 2008, em nossa vivência profissional como tripulante em um navio de cruzeiros, e em duas publicações que abordaram a emergência de uma cultura de segmentos e nichos de mercado, característica da atividade turística contemporânea, conforme constatado ao longo da pesquisa.

Percorrida esta trajetória de identificarmos os quatro elementos do currículo e as cinco categorias que integram a ética em turismo, bem como os momentos que estas se fizeram presentes no panorama turístico contemporâneo, o procedimento por nós adotado foi efetuar o cruzamento dos dois conjuntos de categorias – currículo e ética em turismo de modo a verificar como cada passagem e momento em que as categorias da ética em turismo se fizeram presentes, se integram a um ou mais elementos do currículo.

Assim pudemos identificar e apresentar contribuições e subsídios para um currículo de Turismo no Brasil, fundamentados nos princípios norteadores da ética.

Como o procedimento principal de nossa pesquisa foi a análise de conteúdo, utilizamos como instrumentos de pesquisa necessários para a construção do conceito de currículo, publicações ligadas a especialistas em Educação que investigam a temática. Também nos valemos de publicações e pesquisas para refletirmos sobre as principais transformações globais ocorridas após a crise econômica de 2008/2009. Assim, pudemos atualizar nossa concepção de duas categorias de análise que relacionam a ética ao turismo, além de identificarmos outras três.

Em segundo lugar, também utilizamos como instrumentos dois documentos que retrataram igualmente o panorama da atividade turística no Brasil: **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão** e a **Lei Geral do Turismo**, promulgada

em 2008. Conforme mencionamos anteriormente, ambos os documentos foram analisados com intuito de identificar momentos e passagens em que as categorias de análise se fizeram presentes.

Um último instrumento utilizado diz respeito a registros e observações efetuadas por nós durante a vivência profissional de seis meses em um navio de cruzeiros. A vivência profissional também nos permitiu extrair informações e experiências que demonstraram a relevância e o sentido das categorias de análise adotadas como elementos da ética em turismo.

O relatório de pesquisa foi dividido em três capítulos: o primeiro, intitulado “A conceituação de currículo e seus elementos”; o segundo “A ética em turismo: reflexões e perspectivas”; o terceiro, “Contribuições e diretrizes a um currículo de Turismo fundamentado nos princípios norteadores da ética”.

O primeiro capítulo demonstra nossa trajetória para construirmos o conceito de currículo a ser adotado ao longo da pesquisa, bem como para identificarmos os elementos que o compõe. Iniciamos o capítulo demonstrando a origem do termo, sua associação a um caminho intencional, institucionalizado, realizado em um *lócus* especificamente destinado ao ensino e a aprendizagem. Na sequência, identificamos os quatro elementos que o compõe, especificamente, a contextualização, os sujeitos, a processualidade e a democratização. Finalmente, refletimos sobre a importância de um currículo assumir um caráter de inovação e sobre que os quatro elementos identificados que visam modificações nos eixos constitutivos do ensino, em nosso caso, de um curso de Turismo no Brasil, e não apenas mudanças pontuais.

O segundo capítulo retratou o caminho por nós percorrido para identificarmos os cinco elementos da ética em turismo, verificamos como estes apareceram nos documentos e publicações, em nossa vivência profissional e conseqüentemente encontramos as bases para construirmos as contribuições e subsídios a um currículo de Turismo no Brasil fundamentado nos princípios norteadores da ética.

Inicialmente apresentamos o que assumimos por ética contemporânea na pesquisa e como a dissertação de mestrado contribuiu para sua adoção em turismo. Na sequência,

de que forma identificamos os dois primeiros elementos originários da dissertação, especificamente, a sustentabilidade e a hospitalidade, com a respectiva atualização de tais preceitos, a partir das publicações que surgiram sobre o tema após a defesa da dissertação. A seguir, identificamos a inclusão social, a cidadania e o multiculturalismo como elementos ligados à ética em turismo, fundamentados nos principais aspectos extraídos de publicações que retrataram as transformações globais ocorridas após a crise econômica global de 2008 e 2009 e a respectiva relação com a atividade turística. Finalmente, efetuamos uma análise de como os três elementos se fizeram presentes em dois documentos que retratam o panorama turístico nacional brasileiro, especificamente o **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão** e a **Lei Geral de Turismo**, e em nossa vivência profissional em um navio de cruzeiros e em duas publicações que retrataram a emergência de segmentos e nichos que influenciam também o turismo.

O terceiro capítulo destaca efetivamente as contribuições e subsídios a um curso de Turismo no Brasil fundamentado nos princípios norteadores da ética. Inicialmente, apresentamos uma síntese do significado de cada um dos quatro elementos do currículo e dos cinco elementos ligados à ética em turismo. Na seqüência, descrevemos de que forma efetuamos o cruzamento das categorias de análise, e, finalmente, trazemos as contribuições e subsídios, estruturados a partir de cada elemento do currículo.

Finalmente, após os três capítulos, retomamos nas considerações finais uma reflexão sobre a trajetória realizada ao longo da pesquisa. Demonstramos, sinteticamente, quais objetivos foram alcançados a partir dos resultados obtidos em função do problema de pesquisa, e apresentamos quais desdobramentos a pesquisa pode gerar. Enfim, uma síntese de nosso caminho percorrido e de quais são as perspectivas futuras para a temática e para a pesquisa.

1 – A CONCEITUAÇÃO DE CURRÍCULO E SEUS ELEMENTOS

Esta pesquisa que possui como área de estudos a busca por contribuições e subsídios a um currículo de um curso de turismo no Brasil, fundamentado nos princípios da ética, exigiu, inicialmente um estudo em profundidade por nós destacado neste primeiro capítulo sobre o conceito de currículo.

1.1 O conceito de currículo

Desde o primeiro momento reconhecemos a dificuldade de se conceituar e delimitar o que é currículo em algumas páginas, já que é grande a quantidade de especialistas em educação que abordam o assunto, com linhas de pensamento longe de serem uniformes.

Assim, o presente capítulo se inicia com uma afirmação de um dos autores-base deste tema, Gimeno Sacristán, acerca da origem do termo currículo e seu sentido etimológico. De acordo com o autor:

“O termo currículo provém da palavra latina currere, que se refere à carreira, a um percurso que deve ser realizado e, por derivação, a sua representação ou apresentação. A escolaridade é um percurso para os alunos/as e o currículo é seu recheio, o guia de seu progresso pela escolaridade” (SACRISTÁN, 1998, p.125).

Quando o autor associa o termo currículo a um caminho, a um percurso, utilizado, aliás, para outros contextos, como o *curriculum vitae*, “trajetória de vida”, documento no qual são descritas as experiências profissionais e acadêmicas desenvolvidas ao longo da vida, o autor remete a uma caminhada com um objetivo, um ponto de chegada

específico, a aprendizagem, ou seja, desenvolve-se um currículo para que alguém aprenda algo.

O currículo, enquanto apresentação e/ou representação conforme dito pelo autor também se dá na escolaridade, como um guia para os aprendizes, mesmo que se opte, neste momento inicial, por apresentar o significado da palavra currículo, sem ainda discutir os elementos que o compõem, além das forças que o moldam.

Convém ressaltar que a ligação estabelecida pelo autor entre o termo e escolaridade sem explicitar o nível ou modalidade de ensino, permite que se considere também incluída a Educação Superior, com seus objetivos de aprendizagem.

Outra concepção que reforça a relação entre currículo como caminhada, curso e a educação, é resultado das pesquisas desenvolvidas por David Hamilton acerca do início da utilização do termo. Em um artigo intitulado “**Sobre a origem dos termos classe e curriculum**”, publicado na Revista Teoria e Educação, duas afirmações indicam a ligação entre currículo e caminho. Para tanto, o autor vai buscar em instituições localizadas nas cidades de Leiden e Glasgow fontes para a apresentação do início da utilização do termo currículo. Conforme as pesquisas do autor:

“Em Leiden & Glasgow, e numa referência subsequente nos registros de 1643 da Grammar School de Glasgow (a instituição que alimentava a Universidade), curriculum referia-se ao curso inteiro de vários anos seguido por cada estudante, não a qualquer unidade pedagógica mais curta” (HAMILTON, 1992, p 43).

A afirmação do autor também reconhece o currículo como um curso, uma caminhada. Ao mesmo tempo, o autor defende que não era qualquer caminho, qualquer atividade educacional isolada, desenvolvidos no interior das instituições que, por si só, eram chamados currículo, mas um curso que envolvia uma série de anos, todo o processo de escolaridade, e não apenas uma disciplina, uma aula, uma atividade.

Com isso, o estudo sobre a origem do termo currículo permitiu a afirmação, no contexto institucional escolar, independente do nível ou curso, de que as aulas são parte do currículo, estão inseridas num contexto maior de escolarização do aprendiz, e que

desperta a verificação de que um processo de análise do currículo e a consequente elaboração de uma proposta curricular inovadora demandam um estudo sobre os elementos que o influenciam.

Outro fator mencionado pelo autor, ao abordar a origem da utilização do termo currículo ligado ao processo de ensino e aprendizagem, realizado nas instituições educacionais de Leiden e Glasgow no século XVI, diz respeito à noção de ordem e sequência, ou seja, não basta existir um caminho, um recheio à noção de ordem e sequência, como dito por Sacristán (*op. cit*) em relação à escolaridade. Existe a necessidade de ordem e sequência do caminho. Em outras palavras, o currículo demanda um exercício de organização por parte daquele que o planeja. Implica afirmar então que nem todos os estudantes aprenderão as mesmas coisas ao mesmo tempo, pois existirá um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes a ser adquirido, como pré-requisito, para que se avance ao nível seguinte.

A partir das reflexões feitas, foi possível estabelecer uma primeira síntese para a construção do conceito de currículo adotado nesta pesquisa. A utilização do termo currículo, para este contexto, está relacionada a um caminho intencional, institucionalizado em um *lócus*, especificamente destinado ao ensino e aprendizagem, composto por um conjunto de elementos que não se limitam a uma unidade mais curta, como uma aula ou uma disciplina, mas que englobe a totalidade do processo de conceituação, construção e operacionalização do currículo.

1.2 Elementos intrínsecos ao currículo

Estabelecida a primeira síntese rumo à construção do conceito de currículo, encarado aqui como um caminho intencional, institucionalizado e composto por um conjunto de elementos, não apenas aspectos isolados e mais curtos, aprofundam-se agora, a compreensão do conceito e os elementos que o influenciam.

José Pacheco, ao abordar o que se entende por currículo, realça a existência de duas tradições que procuram delimitar o que é e qual o campo do currículo. Segundo o autor:

“Na tradição técnica, currículo significa o conjunto de todas as experiências planificadas no âmbito da escolarização dos alunos, vinculando-se a aprendizagem a planos de instrução que predeterminam os resultados e valorizam os fundamentos de uma psicologia de natureza comportamentalista” (PACHECO, 2005, p. 33).

Em contrapartida, apresenta a segunda tradição, e indica que

“Na segunda tradição, filiada numa perspectiva prática e emancipatória de inter-relação dos diversos contextos de decisão, define-se currículo como um projeto que resulta não só do plano das intenções, bem como do plano da sua realização no seio de uma estrutura organizacional” (op. cit).

As duas tradições destacadas pelo autor possuem pontos em comum em relação à síntese apresentada anteriormente, pois reconhecem a institucionalização do processo de ensino e aprendizagem, além de ambas reconhecerem a intencionalidade do currículo. No entanto, a riqueza reside nas diferenças entre as mesmas.

Sobre a tradição técnica, o que ela acrescenta à síntese inicial, é a utilização do termo experiências planificadas para o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes a serem aprendidos no âmbito escolar. Ao valorizar o aspecto técnico, destaca os fundamentos de uma psicologia comportamentalista falando de um plano possível de predeterminar os resultados da aprendizagem.

Na segunda tradição, baseada na perspectiva prática e emancipatória, é defendida a existência de um currículo integrado às demais esferas da sociedade, um projeto que não se restringe ao plano das intenções, mas que considera sobretudo sua realização. A segunda tradição também destaca a relação entre os diversos contextos de decisão, como a legislação, os diretores, coordenadores, professores, alunos, comunidade, diferentes sujeitos com experiências de vida, funções e expectativas distintas, o que caracteriza o currículo também como um campo de relação de forças. Enfim, uma tradição que reconhece a contextualização enquanto elemento intrínseco ao currículo.

Moreira & Silva também assim entendem

“O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas... O currículo não é um elemento transcendental e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação” (MOREIRA & SILVA, 2000, p.8).

Através da afirmação acima destacada pelos autores, é possível compreender que a intencionalidade do processo de aprendizagem desencadeado pela construção e operacionalização do currículo em determinado contexto não se dá de forma neutra, como se a aprendizagem tivesse um fim em si mesma. Passa a interessar num currículo não somente a aprendizagem em si, o que se aprende, mas também as relações de poder presentes no processo, ou seja, porque se aprende, de que forma e quem define o que se aprende.

De modo a identificar as características e as linhas de pensamento predominantes no campo curricular brasileiro, Lopes & Macedo (2002), ao mesmo tempo em que reconhecem o hibridismo como principal marca do campo nos anos 90, também reconhecem, ao lado do “*currículo em rede*” e da “*história do currículo e constituição do conhecimento escolar*”, o “*pós-estruturalismo*” como uma das principais vertentes do pensamento brasileiro sobre o campo. E esta vertente aparece na concepção inicial, pois conforme mencionado pelas autoras

“O pensamento pós-estruturalista, ao centralizar questões de interesse e poder, não se limitaria às questões econômicas, mas ampliaria o debate para as questões de gênero, etnia e sexualidade, bem como para a crítica às ideias de razão, progresso e ciência” (LOPES & MACEDO, 2002, p. 22).

A partir das características mencionadas, percebe-se que o currículo é resultado não somente de uma única luta, um protesto dos economicamente desfavorecidos, ou como forma dos opressores manterem a ordem social. O currículo é forjado no seio de um conjunto de focos de tensão em que novos grupos sociais reivindicam sua participação e a contemplação de suas ideias e preceitos. E os grupos são formados a

partir de lutas ligadas às etnias, gênero, sexualidade, cultura e outros focos, que se acrescentam às lutas advindas das desigualdades econômicas. Advém daí o questionamento de uma verdade absoluta no currículo, atemporal e universal, pois se considera que o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, visões ligadas a uma história e a um contexto, como resultado de tais tensões.

Em outro artigo, Moreira volta a enfatizar a complexidade do currículo, ao destacar que...

“A visão reducionista da escola e do currículo como instrumentos utilizados para a manutenção dos privilégios de classes e grupos dominantes acaba por ser substituída por uma mais complexa, na qual contradições, conflitos e resistências vêm a desempenhar papel de relevo” (MOREIRA, 1997, p. 14).

Conforme visto anteriormente e reforçado pelos pós-estruturalistas, tais contradições e conflitos são mais comuns numa perspectiva contemporânea de currículo devido à emergência dos novos grupos sociais. Passam eles também a reivindicar espaço para suas convicções e seus saberes na construção do currículo, além do direito de ver suas tradições preservadas enquanto conhecimento válido a ser trabalhado junto às novas gerações.

Como consequência das discussões efetuadas pelos autores, identificamos um segundo elemento inerente ao currículo: o sujeito, ou melhor, os sujeitos. E quando se destaca o currículo como produtor de identidades individuais e sociais, não se trata apenas de formar os aprendizes. Interessa analisar também os sujeitos que influenciam a construção do currículo num contexto mais ampliado, incluindo aí não somente os professores, coordenadores e diretores das instituições escolares, mas também a legislação, no caso específico da Educação Superior as diretrizes curriculares de cada curso. Convém ressaltar ainda que o currículo seja influenciado por grupos sociais tais como entidades de classe, representantes de organizações públicas e privadas, associações, sindicatos e até representantes das comunidades onde os cursos estão inseridos, além dos já citados grupos, ligados ao gênero, sexualidade e etnia.

Além da identificação da relevância dos sujeitos na construção do currículo, a noção de contextualização é aplicada, ao se afirmar que o currículo está ligado a uma história, marcada pela forma de organização da sociedade e da educação. A título de exemplo, num curso de Turismo, objeto de investigação desta pesquisa, o planejamento do seu currículo sofrerá influência acerca de como a atividade está organizada, da legislação pertinente ao setor, como a criação da Lei Geral do Turismo, e até dos atrativos e serviços oferecidos, que demandam profissionais preparados para o exercício das atividades.

Enfim, o currículo é encarado como um caminho “historicizado”, um recheio cujo planejamento requer uma análise mais aprofundada do contexto que o cerca, e por isso o influencia, bem como dos sujeitos tanto os formados por ele, quanto aqueles que contribuem para sua construção e operacionalização.

E se o currículo no âmbito escolar, conforme destacado anteriormente, é um caminho relacionado à aprendizagem, e sua contextualização não é neutra, faz sentido afirmar que, por consequência, o conhecimento também não o é. Dentro desta linha, um autor que concentra suas pesquisas sobre as relações de poder, as tensões e os conflitos existentes na construção e operacionalização é Michael Apple. E sobre a não neutralidade do conhecimento, o autor coloca que...

“O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, de visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (APPLE, 2000, p. 59).

A crítica realizada pelo autor em relação à suposta neutralidade dos conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhados no currículo, respeitadas as devidas peculiaridades de cada nível de ensino, também é válida para a Educação Superior. Consideramos o que se aprende nos cursos de Turismo também não é neutro. É resultado de um conjunto de visões, concepções e experiências de alguém e de algum grupo acerca da atividade turística e de sua relevância no contexto socioeconômico mais ampliado.

A presença destes grupos é sentida na construção do currículo dos cursos de Turismo, na elaboração das Diretrizes Curriculares, na adoção dos livros, artigos e textos a serem utilizados nas disciplinas, e até mesmo nas palestras com representantes de organizações do setor público e privado. Os próprios empreendimentos e as características das comunidades em que os cursos estão inseridos também influenciam o que é ensinado e aprendido.

Assim como Apple, outro autor que enfatiza as relações e as tensões como aspecto primordial do currículo é Michael Young ao defender que

“O primeiro que está no coração das propostas de um currículo do futuro não é primordialmente uma ênfase em novos conteúdos de conhecimento, embora estes venham a ser desenvolvidos. Esse princípio é por novas formas de relações de saber” (YOUNG, 2000, p. 20)

Por este novo enfoque do currículo do futuro, mais atento às relações que se dão entre os diferentes grupos sociais que influenciam os cursos de Turismo, é que os aspectos a serem nesta pesquisa identificados não se resumem a um conjunto de assuntos ou temas novos sobre o turismo, em substituição aos atuais. É, porém, produto de uma análise dos diversos fatores que permeiam tais relações.

A ênfase nas relações coincide com os comentários que Moreira & Silva (*op. cit.*) fizeram sobre os grupos sociais, ao afirmarem que o currículo é resultado das tensões, conflitos e concessões no campo da cultura, da política e da economia, conforme ocorrem ao longo do tempo, portanto um contexto “historicizado”.

Ainda sobre a contextualização, o próprio Sacristán, utilizado no início desta pesquisa para a caracterização do conceito de currículo como caminho, também defende a criticidade do currículo e a existência de um contexto mais ampliado que influenciam em sua elaboração e operacionalização. Nas palavras do autor:

“Propomos definir o currículo como o projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das

condições da escola tal como se acha configurada” (SACRISTÁN, 2000, p. 34)

Além dos aspectos social e político na definição de currículo, o autor chama atenção para o aspecto cultural. Cabe aqui um aprofundamento sobre a cultura enquanto elemento relevante na construção do currículo, a partir de autores da área de educação que abordam a temática.

Álvaro Vieira Pinto (1979) destaca cultura como o resultado das ações do ser humano sobre o mundo pelo trabalho, e, como tal, faz sentido adotar o termo também quando se discute currículo. O que é necessário ressaltar, e o autor assim o faz, é que nem todos os aspectos da cultura são relevantes para o currículo em determinado momento, pois, além de não haver tempo suficiente para que se trabalhe tudo aquilo que a humanidade acumula de conhecimento, cada currículo é destinado a um público específico. Por exemplo, um curso de Turismo não trabalhará noções de química e física, mesmo que se trate do estudo da composição molecular da água de determinado rio existente na comunidade em que o curso é oferecido.

E como existem autores que trazem a cultura como um dos elementos centrais na discussão sobre a construção do currículo, é relevante destacar alguns deles, de modo a compreender, de que forma currículo e cultura se relacionam

Acerca da relação entre conhecimento, cultura e currículo, Tura a contempla da seguinte forma:

“No desenvolvimento do currículo escolar, se incorporam novos conhecimentos e reelaboram saberes em redes de significados que têm seus sentidos, lógicas e técnicas sendo construídas em lugares, por vezes, diferentes daqueles da cultura escolar.” (TURA in LOPES & MACEDO, 2002, p. 163)

A autora entende que há uma busca por se integrar novos conteúdos relevantes ao planejamento e operacionalização do currículo enquanto instrumento que materializa a aprendizagem em âmbito escolar, mas que não são, necessariamente, provenientes ou desenvolvidos no meio acadêmico. É o caso de tradições e saberes populares

provenientes dos grupos sociais presentes na comunidade e que também reivindicam seu espaço no currículo escolarizado. Em um curso de Turismo, são exemplos destes novos saberes as tradições e as festas populares típicas da região onde o curso está inserido, já que os aprendizes do curso podem vir a trabalhar em tais eventos como planejadores ou integrantes da equipe que irá operacionalizar o evento.

Como se trata, muitas vezes, de um conhecimento proveniente de grupos sociais tradicionalmente marginalizados por diferentes variáveis, não somente a econômica, há uma dificuldade maior dos setores tradicionais aceitarem tais manifestações culturais como elemento importante de ser aprendido, e assim, tal incorporação não ocorrerá de forma uniforme e passiva, pelo contrário, desencadeará lutas e tensões em torno do currículo.

Santos & Lopes também reconhecem a luta travada no campo cultural do currículo nos moldes acima destacados, ao indicar que:

“A luta no campo educacional inclui a abertura de espaços para que as culturas dos grupos excluídos do currículo escolar tenham condições de se tornar representadas, por meio de narrativas que valorizem e dêem vez às suas experiências.” (SANTOS & LOPES in MOREIRA, 1997, p. 37-38)

O que os autores defendem é uma abertura para que os aprendizes possam encontrar sentido na ida à escola e construir um sentimento de pertença por meio do currículo. Convém ressaltar que abrir espaços não significa uma substituição total dos conteúdos trabalhados atualmente na escola, mas encontrar formas de incluir, integrar, dialogar, negociar. Não se deve impor, por um decreto, a incorporação de um determinado conjunto de novos conhecimentos sem a devida reflexão, até para que não se perca o sentido e o valor tanto daquilo que fora construído enquanto conteúdos relevantes e trabalhados atualmente, quanto à valorização das experiências, vivências, manifestações, memórias e tradições dos novos grupos que reivindicam seu espaço no currículo.

Além de enfatizar a existência das lutas como resultado da busca por parte dos diferentes grupos em terem suas aspirações contempladas no currículo, os autores

também destacam a necessidade de se pensar formas concretas para a diversidade cultural no currículo, pois para eles:

“Reconhecendo-se a importância de o espaço escolar ser utilizado para fortalecer e dar voz aos grupos oprimidos na sociedade, impõe-se como tarefa primordial dos educadores trabalhar no sentido de reverter essa tendência histórica presente na escola, construindo um projeto pedagógico que expresse e dê sentido democrático à diversidade cultural” (SANTOS & LOPES in MOREIRA, 1997, p.36)

Nesta segunda afirmação, é possível extrair uma preocupação não somente com as lutas e tensões propriamente ditas, mas com os espaços onde elas ocorrem e como a situação dos grupos oprimidos pode ser revertida. O elemento a que os autores chamam atenção como potencial de uma proposta educacional que contemple de forma democrática a diversidade cultural, é o Projeto Pedagógico. Em outras palavras, não basta reconhecer a relevância dos conhecimentos, tradições e valores dos diferentes grupos sociais presentes na comunidade em que a instituição escolar está inserida, mas sobretudo agir, de forma democrática, nos diversos elementos que compõem o currículo, como o Projeto Pedagógico.

Finalmente, uma discussão acerca de diferentes perspectivas culturais no planejamento e operacionalização do currículo necessita levar em consideração um termo recorrente, que representa esta integração: o multiculturalismo. E Ana Canen apresenta o sentido de se pensar o termo multiculturalismo no currículo, ao defender que

“O multiculturalismo representa uma perspectiva que busca desafiar a construção das diferenças e dos preconceitos, por intermédio de currículos que promovam sensibilidade à pluralidade cultural e a desconstrução de discursos que silenciam ou estereotipam o outro.” (CANEN in LOPES & MACEDO, 2002, p. 187)

A partir desta afirmação, é possível perceber que a autora também defende a construção de propostas curriculares que assegurem o respeito às manifestações culturais dos diferentes grupos sociais, e que por outro lado, os grupos sejam capazes de sensibilizar-se, respeitar e buscar aprender aspectos referentes às manifestações culturais do outro, inclusive dos grupos mais tradicionais, com a visão de ciência e

conhecimento construída ao longo da história, e por isso a necessidade de também reconhecer seu valor. Portanto, o sentido curricular do multiculturalismo na visão proposta pela autora remete a uma noção de convivência, negociação e democratização das propostas curriculares, de modo a buscar o como construí-las com tal marca.

Enfim, conforme proposto pelos autores que estudam o sentido das diferentes manifestações culturais e o currículo, este é encarado também como um instrumento de seleção cultural, no qual as mesmas tensões e conflitos, já destacados aqui, giram em torno de quais aspectos da cultura, materializados pelo conhecimento e pelo Projeto Pedagógico, serão contemplados ou deixados de lado. Mais uma vez, como exemplo prático, o conhecimento e o currículo nos cursos de Turismo, ao planejar um currículo, o planejador se depara com questões acerca de qual o espaço destinado às manifestações culturais existentes na comunidade em que o curso está inserido, seja pela organização curricular, através dos textos adotados, ou mesmo do perfil dos aprendizes que procuram pelo curso.

Além da cultura, enquanto elemento intrínseco ao currículo, chamam atenção na afirmação de Sacristán as variáveis que condicionam, na visão do autor, o currículo. Se por um lado, a política e a sociedade já haviam sido enfatizadas nesta pesquisa, pela reflexão do que Apple (*op. cit.*) e Moreira & Silva (*op. cit.*) defendem como currículo, por outro, o autor vai trazer a condição administrativa como aspecto relevante do currículo. Isso implica também no reconhecimento de que, administrativamente, o contexto curricular é composto por diferentes níveis. Pode-se afirmar que, num contexto mais imediato, o currículo é influenciado administrativamente pelos próprios professores, coordenadores e diretores da instituição. Num contexto mais ampliado, há de se reconhecer a relevância dos Secretários de Educação e até do Ministério de Educação. Para a Educação Superior por exemplo, a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, pela Lei 10861 de 14 de abril de 2004, que diz respeito à avaliação dos cursos de Educação Superior oferecidos no Brasil.

Ainda sobre esta afirmação, Apple (*op. cit.*) enfatiza a materialização do currículo quando indica que o currículo torna-se realidade dentro das condições da escola,

influenciada pelo contexto mais amplo, mas que em determinado momento traduz-se em prática pelas diferentes atividades pois considera relevantes, sobretudo na Educação Superior, as visitas técnicas, os estágios, as aulas práticas e até mesmo os seminários e congressos frequentados pelos alunos, tempos e espaços estes que extrapolam a sala de aula configurada com um número X de alunos e um professor especialista em determinada área de conhecimentos e que discorre sobre determinado assunto, por meio de uma aula expositiva ou outra técnica de aprendizagem.

Apesar da contribuição para um entendimento mais aprofundado sobre a contextualização e os sujeitos como elementos intrínsecos ao currículo, as reflexões de Sacristán (*op. cit.*) dão sustentação para outro elemento, que esta pesquisa entende como relevante: a noção de currículo como processo. Para o autor:

“O currículo, ao querer modelar um projeto educativo complexo, é sempre um veículo de pressupostos, concepções, valores e visões da realidade. Dessa forma, no estudo do currículo aparece uma dimensão processual muito sugestiva como as ideias que o sustentam, os conteúdos declarados explicitamente vão se transformando em práticas” (SACRISTÁN, 1998, p. 137)

Ao longo desta primeira reflexão, já se assumiu o currículo escolarizado como um recheio, um percurso condicionado por um contexto histórico, social, cultural, político e administrativo. Também já foi detectada a importância dos seres humanos, sujeitos do currículo, individualmente e em grupos. Foi enfatizado ainda que este recheio, num dado momento se transforma em prática.

Agora, cabe destacar a dimensão processual, enquanto conjunto de fases pelas quais o caminho é construído e percorrido. Implica refletir acerca de quais trilhos são colocados desde que o currículo é concebido, a partir de um conjunto de ideias propostas pelos sujeitos inseridos em determinado contexto, até a prática, materializada nas atividades de ensino e aprendizagem dentro do cotidiano escolar.

E, dentro desta perspectiva de currículo como processo, Sacristán (*op. cit.*) apresenta que o caminho é composto por cinco etapas distintas: I “*currículo prescrito e regulamentado*”; II “*currículo organizado no contexto de uma escola*”; III “*currículo*

planejado para professores e alunos”; IV “*currículo em ação*”; V “*currículo avaliado*”. Antes de se estabelecer uma reflexão acerca dos cinco trilhos descritos, convém mencionar que tal reflexão se dará à luz de características comuns aos cursos de Educação Superior, pois o curso de Turismo, objeto desta pesquisa, está inserido neste espectro.

Acerca da fase I, o currículo prescrito e regulamentado, diz respeito ao conjunto de decisões tomadas pelos indivíduos ou grupos estabelecidos nos graus hierárquicos superiores da administração escolar. Na Educação Superior, apesar da existência das Diretrizes Curriculares determinadas ou fixadas para cada curso, cujo cumprimento é necessário para sua aprovação pelo MEC, percebe-se entretanto uma autonomia maior para investimentos nas mudanças curriculares propostas pelo setor administrativo da instituição ou pelo grupo de professores, coordenadores e diretores dos cursos. Elas, sempre dependerão, com modificações ou não, das reitorias.

Sobre a fase II, o currículo organizado no contexto, são consideradas as influências dos grupos e indivíduos não apenas diretamente vinculados à instituição, mas também dos membros da comunidade onde a escola está inserida. Aqui, por exemplo, no curso de Turismo, são sujeitos ou grupos que influenciam a construção e a operacionalização do currículo os empreendedores do setor como agências e operadoras de viagens e turismo, hotéis, parques temáticos, empresas de transporte, dentre outros, representantes de associações do setor, como sindicatos, até mesmo os moradores da região em que o curso está inserido.

Com uma participação mais intensa dos membros da instituição, o currículo inserido num contexto institucional sofre, evidentemente, influências dos coordenadores do curso, dos diretores e de colaboradores da instituição como bibliotecários, serventes, bedéis, funcionários dos setores administrativos, como recursos humanos, finanças e outros dentro da instituição. Da mesma forma que as escolas, sobretudo as públicas, travam lutas e enfrentam negociações com as outras para recebimento de apoio e recursos, o curso de Turismo compete com os outros cursos oferecidos, por recursos materiais e humanos, como laboratórios, salas para aulas práticas, livros, contratação de professores e programas de formação para os existentes, e até mesmo em reconhecimento em tomadas de decisões que afetem a universidade como um todo.

A fase III, denominada por Sacristán como o “*currículo planejado para os professores e alunos*”, configura-se como uma fase intermediária em que já se trabalham especificamente os cursos oferecidos pela instituição por meio do Projeto Pedagógico. São estabelecidas as formas de operacionalização dos cursos, como a definição das disciplinas ou módulos, os tempos e os espaços de aprendizagem, como as salas de aula e laboratórios, a integração do estágio como estratégia de formação nos espaços profissionais, e ainda a elaboração e operacionalização de atividades que congregam várias disciplinas como por exemplo as visitas técnicas em Turismo.

Dentro desta fase do processo curricular, destacamos outros aspectos que complementam o projeto pedagógico. E um destes aspectos diz respeito especificamente ao processo de seleção e formação dos professores que atuam ou atuarão no curso. Sobre a seleção, uma proposta que considere o currículo como processo, além dos preceitos destacados até o momento, precisa estar de acordo com as necessidades e objetivos de cada curso e instituição. Por outro lado, uma proposta curricular inovadora necessita desenvolver estratégias para integrar os educadores já presentes na instituição antes da proposta ser implantada. Assim, uma forma seria a implantação de programas de formação contínua aos docentes de modo que possam se integrar, gradualmente, à nova proposta.

Um último aspecto que diz respeito ao currículo planejado para professores e alunos a ser abordado nesta pesquisa está relacionado à seleção dos conteúdos e textos a serem utilizados nos cursos e níveis de ensino. Este é também um aspecto marcante de diferenciação entre a escolarização básica e a educação superior, sobretudo nas instituições públicas. Se na escolarização básica pública os textos e os livros são adotados de maneira uniforme para o mesmo sistema, por exemplo o Ensino Médio do Estado de São Paulo, a chamada “rede”, por outro os cursos oferecidos pelas instituições de Educação Superior possuem maior autonomia na escolha. Podem ou não, no máximo, adotar uma bibliografia básica para o curso, de escolha dos próprios coordenadores e diretores. A luta é travada então na busca por identificar quais os textos, autores e pesquisas são as mais relevantes para o curso na visão dos coordenadores, diretores e grupo de professores. Convém ressaltar que não é intenção desta pesquisa aprofundar a discussão de quais textos são mais ou menos relevantes

para os cursos de Turismo, mas apenas destacar que, de acordo com a perspectiva processual do currículo, este também é um terreno de lutas e conflitos.

A fase IV, intitulada por Sacristán (*op. cit.*) como “*currículo em ação*” diz respeito ao ponto máximo de operacionalização da proposta curricular, já que se trata da materialização das atividades de ensino e aprendizagem, por meio de técnicas e métodos adotados pelos professores em sala de aula, laboratórios. No caso do curso de Turismo por exemplo, o laboratório de gastronomia e a agência de turismo acadêmica. Enfim, o reconhecimento da existência do currículo em ação permite afirmar que ele não é apenas planejado para professores, mas também pelos professores. Na verdade estes, pela sua experiência profissional e pessoal, que envolve sua trajetória acadêmica, atuação como docente e como profissional da área que leciona, com os programas de formação oferecidos pela instituição, desenvolvem suas técnicas de ensino e aprendizagem de acordo com os objetivos propostos.

O currículo em ação também contempla a avaliação da aprendizagem do aluno, que, nos moldes formativos, consiste na verificação, pelas técnicas que não se limitam à prova, se os objetivos de aprendizagem propostos para determinada etapa do curso, uma disciplina por exemplo, foram alcançados ou não. É destacada ainda a relevância de um processo avaliativo continuado, que permita a identificação e consequente correção de desvios e falhas ao longo do processo de aprendizagem e não apenas ao final do período do curso.

A fase V de nosso caminho, diz respeito ao “*currículo avaliado*”. Trata-se do momento em que se estabelece um *feedback*, uma reflexão de como se deu o processo que se iniciou com a prescrição e a regulamentação do currículo para determinado curso, foi organizado dentro de um contexto, em seguida planejado para e pelos professores e alunos pelo Projeto Pedagógico, e finalmente colocado em ação. É neste momento que ao longo do processo se tem a oportunidade de se verificar os acertos e as possíveis falhas. Nesta fase do processo, contempla-se não somente a aprendizagem dos alunos, mas também o desempenho dos professores e dos objetivos traçados no currículo. Assim como as outras fases, o currículo avaliado não é isento das lutas e tensões inerentes ao processo, além de ser influenciado pelo contexto social, histórico, cultural, político e administrativo, bem como pelos sujeitos e grupos, sobretudo na

construção dos conceitos e critérios que consideram as falhas e os acertos entre o que fora proposto e efetivamente colocado em ação.

Se nesta pesquisa o currículo organizado e formal existente nas instituições é encarado como um caminho, um processo, e sua dimensão processual é composta por um conjunto de fases pelas quais o caminho é construído, há de se considerar também a existência de outras formas de organização que influenciam o currículo. Ou seja, modalidades alternativas que representem o conjunto de situações, experiências e até conhecimentos vivenciados na escola, originários de uma contextualização maior que a instituição e que envolvem os sujeitos nela presentes, mas não previstas em nenhuma fase que integra a dimensão processual do currículo. A esta outra fase, os autores da teoria crítica do currículo dão o nome de “*currículo oculto*”. E nas palavras de Sacristán:

“O currículo oculto das práticas escolares tem uma dimensão sócio-política inegável que se relaciona com as funções de socialização que a escola tem dentro da sociedade” (SACRISTÁN, 1998, p. 132)

É perceptível na afirmação do autor, a partir das práticas escolares, reconhecer a valorização que ele atribuiu à convivência entre os diferentes sujeitos que compõem o currículo, sobretudo os professores e os alunos. Conforme destacado anteriormente, essa convivência que necessita levar em consideração a diversidade cultural dos grupos sociais em que os sujeitos estão inseridos.

Emergem daí relações inicialmente não previstas em nenhuma das fases do currículo formal ou organizado, mas que, construídas no cotidiano das práticas escolares, acabam por transformar aquilo que inicialmente fora proposto. De certa forma, pode-se considerar que as relações existentes no currículo oculto, à medida que se torna uma fase alternativa a ser reconhecida como relevante nos processos de educação institucionalizada, é também fruto das tensões e conflitos políticos e culturais dos diferentes grupos sociais.

Convém ressaltar que estas relações não ocorrem somente nas salas de aula e nos outros espaços e tempos de aprendizagem, mas em encontros menos formais entre os

diferentes sujeitos, como os intervalos, ou os momentos que precedem ou sucedem as aulas.

Além das relações entre os sujeitos, advindas das práticas escolares, o currículo oculto também se faz presente nas relações entre os sujeitos e o conhecimento. Nas palavras de Apple:

“O conhecimento manifesto e oculto encontrado nos equipamentos escolares, e os princípios de seleção, organização e avaliação desse conhecimento, são seleções, dirigidas pelo valor, de um universo muito mais amplo de conhecimento possível e princípios de seleção”
(APPLE, 1982, p.72)

A partir da afirmação, percebe-se uma preocupação de Apple em relação a qual é o conhecimento válido dentro de cada proposta curricular, já que se assumem outras modalidades de construção do conhecimento, além das previstas no currículo formalizado. Implica assumir que as relações descritas por Sacristán (*op. cit.*) são não somente produtoras de sentido, de valorização dos diferentes grupos sociais, mas também de trocas de experiências, vivências, memórias, adquiridas no cotidiano, em espaços e tempos que não o escolar, e, com isso, contribuem para a construção do conhecimento dos sujeitos participantes do processo.

Como exemplo de fontes deste outro conjunto de conhecimentos, construído nas relações cotidianas e que auxiliam a transformar o currículo das instituições, sobretudo na fase que diz respeito ao “*currículo em ação*”, na escolarização básica, podem ser mencionados os brinquedos das crianças, as palavras comumente utilizadas no cotidiano familiar e na comunidade, não trabalhadas, porém, no processo de alfabetização, e as manifestações culturais não contempladas, como o grafite. Já na educação superior, como exemplo, aquilo que se aprende no trabalho, nos estágios, no contato direto com a profissão, que não encontra, porém, espaço ao longo das disciplinas. No caso específico do turismo, o próprio conhecimento da comunidade que já atua com a atividade na região, devido, por exemplo, ao alto número de turistas que buscam os atrativos na localidade onde a universidade está instalada, mas que não é trabalhado durante o curso.

E, se o autor reconhece que há uma seleção de quais conhecimentos são válidos, existe uma conseqüente preocupação do autor em relação à avaliação de tais conhecimentos, ou seja, o que vale aos aprendizes, quais os códigos e os conteúdos que são efetivamente avaliados ou não dentro do contexto escolar e do currículo. Como exemplo do curso de Turismo, um determinado aluno cuja família trabalha no ramo, há muitos anos, em uma agência de turismo, e que está acostumado a tratar com sucesso, seus clientes de determinada forma. Verifica ele que na disciplina que aborda o tema agência de viagens, é ensinada uma técnica totalmente diferente daquela que sua família está acostumada a utilizar. Eis que surge o dilema para esse aluno, acerca de qual será o conhecimento válido e aceito pelo professor e de como ele será avaliado.

Finalmente, Apple também indica a contribuição do currículo oculto para a tensão, e indica que “*o currículo oculto nas escolas serve para reforçar as regras que cercam a natureza e os usos do conflito*” (APPLE, 1982, p. 132).

O reconhecimento das lutas e tensões inerentes às diferentes fases do processo curricular, a partir do currículo oculto, ratifica a necessidade de se dar vez e voz aos diferentes grupos sociais que compõem uma comunidade, bem como o respeito às diversas manifestações culturais que se mesclam no currículo.

Como a luta dos pesquisadores mais ligados à perspectiva crítica do currículo, e por consequência, desta pesquisa, que investiga a inovação curricular em um curso de Turismo, é a de garantir a atuação dos diferentes sujeitos que participam e são influenciados pelo currículo, a elaboração de uma proposta curricular inovadora fundamentada nos autores aqui apresentados demanda necessariamente a contemplação de um último elemento, que assim se junta à contextualização, aos sujeitos e à processualidade. Este elemento é aqui intitulado como “democratização”.

Apresentar a democratização enquanto elemento intrínseco ao currículo implica reconhecer que a construção do currículo supõe a existência de um caminho, mas não um único. Significa ainda reconhecer a possibilidade dos sujeitos, no caso professores, alunos e colaboradores, junto com as demais esferas processuais do currículo, serem construtores de seus próprios caminhos e, posteriormente, contar aos outros suas

experiências. É possível ainda, mesmo que se considerem as peculiaridades da construção de cada currículo, encontrar pontos comuns, estabelecer um diálogo entre os diferentes cursos e níveis de ensino, bem como se respeitar as diferenças de contexto e de pontos de vista.

Um livro que retrata um conjunto de experiências de construção de currículos que contemplam o elemento democratização como aspecto intrínseco é “**Escolas democráticas**” de Apple & Beane (2001). O livro é composto por uma série de situações vivenciadas no ensino básico norte-americano, contadas pelos próprios protagonistas, ou seja, aqueles que construíram o caminho e efetivamente o utilizaram. No entanto, o livro possui um capítulo inicial, uma espécie de prefácio, em que estabelecida uma reflexão sobre a relevância da democracia nas escolas, e na construção de um currículo fundamentado nos preceitos da teoria crítica. Uma das afirmações que são destacadas para esta pesquisa diz respeito à possibilidade de todos serem ouvidos. Conforme os autores:

“Como a democracia envolve o consentimento consciente das pessoas, um currículo democrático enfatiza o acesso a um amplo leque de informações e o direito dos que têm opiniões diferentes se fazerem ouvir” (APPLE & BEANE, 2001, p. 26)

A partir da afirmação dos autores acerca da relação entre a democracia e o currículo, é possível extrair uma série de aspectos que auxiliam a compreender o processo de concepção de uma proposta curricular que, por uma postura democrática, considere a relevância dos outros elementos anteriormente destacados como intrínsecos ao currículo, especificamente, o contexto, os sujeitos e o processo.

Uma postura democrática em relação ao processo de construção do currículo permite, conforme mencionado pelos próprios autores, uma ampliação ao acesso às informações de diferentes fontes, ou seja, permite-se a análise de diferentes contextos que influenciam o currículo em questão.

Não significa, no entanto, uma pura e simples substituição de ideias, como se tudo o que fora planejado e operacionalizado em relação a determinado currículo não teria

mais sentido e que, a partir de então, haveria uma busca, nos moldes supostamente democráticos, por novas idéias salvadoras da proposta curricular perfeita. Significa reconhecer que os conflitos, as tensões características do currículo permanecem. É dado porém, espaço para que todos os sujeitos envolvidos sejam ouvidos e que esta abertura a negociações estimula entre o grupo um sentimento de pertencimento, de também ter dado a contribuição para a construção do caminho.

Por outro lado, é conferida maior responsabilidade e, conseqüentemente, maior trabalho a todos os participantes, pois se em um primeiro momento, a proposta vinha pronta das instâncias superiores, e bastava executá-la, num segundo momento o grupo passa também a participar do planejamento, e torna-se responsável não somente pelos sucessos, mas dos possíveis fracassos que, porventura, venham a ocorrer.

Em Turismo, a concepção democrática de uma proposta curricular para um curso, dá a oportunidade aos membros da comunidade receptora onde as instituições estão inseridas, de serem ouvidos em relação a algumas decisões referentes ao curso, como por exemplo o que se espera do aprendiz formado em Turismo e que trabalhará na região. Outro exemplo pode ser a contribuição da instituição, pelas pesquisas e programas de extensão, na solução de possíveis problemas existentes na região, como a identificação, do perfil do turista que costuma visitar a localidade.

Além de Apple & Beane (*op. cit*), outro autor que estabelece uma ponte entre democracia, teoria crítica e currículo, e, a partir daí, discute as potencialidades e possibilidades da escola crítico-democrática é Luiz Rigal (2000). E em um texto estabelece primeiramente uma crítica do que se considera como democracia no modelo neoliberal-neoconservador, para, num segundo momento, abordar aspectos relevantes para a concepção e construção de um currículo democrático.

Para o autor, a percepção de democracia no modelo neoliberal-neoconservador está mais relacionada a “*uma democracia de espectadores, não de atores protagonistas, no máximo de figurantes*” (RIGAL, 2000, p. 181)

Dentro de uma esfera geral, esta noção de democracia está ligada a uma tendência de se esperar que um líder ou um grupo tome a iniciativa na resolução das problemáticas que atingem a comunidade com um todo.

Como a pesquisa investiga o currículo de um curso específico na Educação Superior, um exemplo que retrata uma democracia de espectadores é a transformação do aprendiz em consumidor. Sua decisão máxima será escolher entre cursos de diferentes instituições privadas, que já apresentam suas propostas curriculares, e que, pelas estratégias de marketing e promoção, intitulam-se como as melhores, e as que darão um futuro mais promissor ao aluno em relação ao mercado de trabalho ou que possuem a proposta mais inovadora. O aluno, sem nenhuma participação na construção curricular ao longo do curso, adquire um produto, um pacote pronto, e como em um supermercado da educação, utiliza como critério para a escolha do curso e da instituição, o preço, a acessibilidade, o poder de influência do marketing, ou até mesmo a que promete uma inserção maior no mercado de trabalho.

Outros sujeitos afetados por essa concepção de democracia no currículo são os professores. Reduzidos à esfera de figurantes, de prestadores de serviços, e o conhecimento encarado como mercadoria, lecionam em diversas instituições, e não há tempo nem espaço para um debate acerca das propostas curriculares dos cursos em que estão inseridos.

Sobre a contextualização, enquanto elemento intrínseco ao currículo formal, especificamente de como as instituições educacionais se inserem no contexto social ampliado, a lógica que prevalece no modelo neoliberal-neoconservador criticado por Rigal (*op. cit.*) é a da maximização dos lucros e da conquista do mercado, por meio da competitividade entre as instituições privadas, conforme mencionado acima. Ou seja, o clima de parceria entre a instituição e a comunidade, ou é inexistente, ou serve apenas de base para uma promoção da imagem dos cursos, sob a alegação de se cumprir a missão de extensão, característica da universidade, como o ensino e a pesquisa. Aliás, o próprio caráter de pesquisa de tais instituições é reduzido, por conta da maximização dos lucros, e não de um currículo centrado no sujeito.

Outro aspecto criticado pelo autor no modelo neoliberal-neoconservador, é a unilateralidade. Ao contrário do que fora observado até o momento sobre o currículo encarado como um processo composto por um conjunto de fases, nas quais se revelam as tensões e os conflitos entre os diferentes grupos sociais, em que a diversidade cultural pode ser sentida, no modelo neoliberal-neoconservador, as decisões são tomadas quase exclusivamente pelas reitorias e pró-reitorias de graduação cabendo aos outros grupos e sujeitos acatarem as decisões e executarem. Outro exemplo específico diz respeito à decisão de quais cursos permanecem e quais são fechados, cujo critério adotado é tomado com base na procura por parte dos alunos e na lucratividade. Pouco importa o histórico, os princípios epistemológicos da proposta curricular, as contribuições anteriores para a instituição. Se o curso é deficitário, assim como numa empresa, encerrará as atividades.

Apresentadas as críticas sobre o modelo neoliberal-neoconservador, Rigal também se preocupa em trazer uma alternativa democrática à escola e ao currículo. É uma alternativa mais afinada com os autores estudados para a construção do conceito de currículo a ser aqui adotado, denominada por ele de “*outra escola*”. Nas palavras de Rigal:

“A finalidade da escola do século XXI, pensada como “outra escola”, é construir uma cultura orientada para o pensamento crítico que pretenda dotar o sujeito individual de um sentido mais profundo de seu lugar no sistema global e de seu potencial papel protagônico na construção da história” (RIGAL, 2000, p. 188).

A partir desta afirmação do autor, é possível estabelecer algumas reflexões sobre a utilização do termo democracia e “outra escola”, como um alerta, um despertar para a ação. E se aproveita do momento em que o texto fora escrito, especificamente em 2000, para estabelecer uma ponte entre a necessidade de uma escola nos moldes crítico-democráticos, ou seja, uma outra escola, e o século vindouro. Em outras palavras, mesmo passado nove anos, é o sentido da urgência de se mudar, de se abrir para o novo, o que mais chama atenção nesta colocação do autor.

Outro ponto a ser notado, é a centralidade do sujeito, elemento aliás intrínseco ao currículo, conforme já indicado por esta pesquisa. Na escola crítico-democrática, o sujeito é encarado não mais como espectador ou figurante, mas como protagonista da

transformação social e da construção da história. Em outras palavras, é alguém que aprende, ao trilhar o caminho do currículo institucionalizado, a construir seu “*curriculum vitae*”, seu curso de vida pessoal e profissional.

Em Turismo, um sujeito formado nos moldes crítico-democráticos aprende a compreender sua relevância na comunidade para o desenvolvimento da atividade. Trabalha de forma integrada com outros sujeitos e grupos inseridos nas diferentes organizações do setor público e privado, no sentido de que o turismo não seja encarado, única e exclusivamente, como atividade econômica, apesar de sua relevância na geração de emprego e renda. Em suma, um sujeito alinhado com uma prática reflexiva consciente na atividade turística, em que o interesse do capital não se sobrepõe às necessidades dos seres humanos e da comunidade em que a atividade é desenvolvida.

Mesmo que a afirmação anterior apresente sinteticamente o que Rigal entende como democracia e educação, o autor ainda fala especificamente do currículo da escola crítico-democrática, e defende que:

“O currículo deve ser considerado um produto cultural, núcleo de relações entre educação, poder, identidade social e construção da subjetividade, uma forma institucionalizada para a construção de sujeitos, para a produção de identidades individuais e sociais”
(RIGAL, 2000, p. 190)

A afirmação do autor, apesar de encarar o currículo como produto e não caminho, opção apenas terminológica, coincide e complementa o que já fora apresentado ao longo desta pesquisa, que contempla a processualidade, a centralidade do sujeito e a contextualização. Enfim, é uma afirmação que se encontra afinada com os preceitos e autores da teoria crítica do currículo.

Em segundo lugar, também aparece a palavra institucionalização, e com isso o autor reconhece, assim como a pesquisa, a pluralidade de formas, tempos e espaços de aprendizagem. A escola é uma delas, não a única. Pode-se até afirmar que a escolarização, não somente pelo fato de ser uma instituição especificamente criada para a aprendizagem, com um planejamento para o caminho que será percorrido, o currículo, ocupe lugar central no que diz respeito à aprendizagem, porém, não o único. Aliás,

conforme já observado anteriormente, é este aspecto que marca a contextualização do currículo. Reconhece que as instituições, independente do nível de ensino, estão inseridas num contexto mais ampliado de mundo e sociedade.

Finalmente, o autor menciona a construção de sujeitos e produção de identidades individuais e sociais, o que também dá a noção de democracia. Estimula, assim, a formação do indivíduo, que terá seu conjunto de valores e concepções sobre o mundo respeitadas, mas que por outro lado, terá que se relacionar com outros seres humanos, respeitando também concepções e visões que necessariamente não são idênticas às suas.

Destacados os quatro elementos intrinsecamente ligados ao currículo, apresentamos o seu conceito por nós adotado, como base para a busca de contribuições e subsídios a um currículo de Turismo fundamentado nos princípios norteadores da ética. Para nós, esse conceito estruturou-se da seguinte maneira:

Um caminho intencional, institucionalizado em um *locus* especificamente destinado ao processo de formação do profissional e do cidadão. No caso desta pesquisa, de profissionais e cidadãos envolvidos com a atividade turística, composto por um conjunto de elementos históricos, sociais, políticos, culturais e administrativos que o influenciam.

Em todas as análises dos autores que estudam a temática, este currículo demonstrou ser representado por quatro aspectos, a seguir destacados.

I - O primeiro, diz respeito à contextualização, e ficou mais evidenciado no estudo das publicações de Pacheco (2005) em que o autor indicou que, a partir da apresentação da tradição de estudo ligada à perspectiva prática emancipatória, o currículo se integra às outras esferas da sociedade. Também contribuíram para a identificação da contextualização Moreira & Silva (2000). Enfatizam eles sua não neutralidade, os focos de tensão trazidos pelo pós-estruturalismo destacados em Lopes & Macedo (2002), e ainda a complexidade do currículo adotada em outra publicação de Moreira (1997)

II - O segundo, está relacionado aos sujeitos. A partir da análise das publicações de Young (2000), Apple (2000) e Sacristán (2000), a pesquisa compreendeu que o currículo é consequência de uma construção coletiva de todos aqueles que participam, direta ou indiretamente, do processo educacional.

III - O terceiro aspecto, especificamente o caráter de processualidade do currículo, foi identificado no conjunto de fases pelas quais o caminho de formação do profissional e cidadão é construído.

IV - Finalmente, o quarto elemento está relacionado com a democratização. A partir de Apple & Beane (2001) e Rigal (2000), ficou evidente a relevância de se construir um currículo em que se dê oportunidade de os sujeitos com visões diferenciadas ou mesmo experiências de vida, características, expectativas e funções distintas dentro do mesmo contexto educacional se fazerem ouvir. Ou seja, não se trata apenas de incluir os diversos sujeitos nas propostas, mas, efetivamente, dar a eles a oportunidade de colaborarem para construí-la.

1.3 Currículo e inovação

Apresentado o conceito de currículo por nós adotado, bem como os elementos que o compõem, constatamos também em nossos estudos a relevância de levarmos em consideração a “inovação” ao investigarmos e buscarmos contribuições e subsídios para um currículo de turismo no Brasil, fundamentado nos princípios da ética. Isso significa que as contribuições e subsídios são relevantes a um currículo, a partir do momento em que estão ligadas a uma nova concepção de educação e currículo, e que envolvam os diferentes aspectos que o compõem, não apenas os assuntos abordados ao longo do curso ou mesmo uma reorganização das disciplinas. Ou seja, contribuições e subsídios que tragam um caráter de inovação à educação.

Esta relação entre inovação, educação e currículo emergiu de reflexões fundamentadas em Fullan & Hargreaves (2000), Freire (2001), Alonso (2007) e Masetto (2003), pois todos encaram a inovação em educação uma necessidade que engloba um conjunto de fatores e não apenas um ou outro aspecto isolado.

Fullan & Hargreaves enfatizaram a necessidade de se assumir riscos em educação, sobretudo quando se trata da implantação de uma inovação. Para os autores:

“Assim como as organizações complexas e as que mudam rapidamente, os sistemas escolares devem estar mais voltados ao risco, confiando tanto nos processos quanto nas pessoas; devem aumentar suas oportunidades de aprendizagem, recrutando, ativamente, conhecimentos diversificados de outros sistemas”
(FULLAN & HARGREAVES, 2000, p. 122)

A partir da fala dos autores, um primeiro aspecto, já identificado na apresentação do conceito de currículo, se faz presente ao abordar a inovação. Este aspecto diz respeito à contextualização. Os autores utilizam a expressão oportunidades de aprendizagem para exprimir a necessidade das instituições escolares estabelecer contato com a comunidade e com outras organizações, para que se identifiquem aspectos comuns que sirvam de base para a proposição de princípios norteadores estimuladores da criação de propostas curriculares inovadores nos diferentes cursos e níveis de ensino.

Outro aspecto a ser destacado, a partir desta afirmação, é a relação entre a inovação e o risco. As inovações, sejam em educação, sejam em outras áreas como as organizações, implicam em uma possibilidade de não darem certo. Por isso, há necessidade de se confiar na equipe pertencente à instituição escolar, bem como nos procedimentos a serem adotados tanto no planejamento, quanto na operacionalização do currículo. Convém ressaltar que não existe a possibilidade de se eliminar totalmente o risco de uma inovação. É possível porém, aprender com as ações que deram certo ou errado em outras situações. É neste sentido que os autores também valorizam a relevância do contato entre as instituições de ensino, e entre as instituições e outras organizações.

Um segundo autor que merece destaque ao abordar a temática inovação em educação é Paulo Freire por lhe atribuir um sentido democrático. Segundo o autor *“não se muda a escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente”* (FREIRE, 2001, p. 25).

Conforme realçado pelo autor, mudar a cara de qualquer currículo, implica de certa forma na construção de um terreno propício para que os diferentes grupos sociais tenham a oportunidade de expor suas aspirações, necessidades e manifestações culturais. E este conseqüente embate entre as diferentes ideias permite afirmar que o currículo é um campo marcado por tensões e lutas.

A principal marca do autor nesta afirmação que pode ser trabalhada na Educação Superior diz respeito a uma construção democrática do currículo, em que se possa ouvir os partidários de diferentes pontos de vista, inclusive os defensores da proposta vigente, para que se aprenda com erros e acertos de inovações passadas, como destacado por outros autores nesta pesquisa. Em suma, uma busca pelo equilíbrio entre a permanência e a mudança nos moldes democráticos, o que demanda maior tempo para a inovação. Atribui porém, maior significado e importância para os sujeitos que dela participam.

A terceira autora que chama atenção para a emergência de um novo tempo na educação e que merece destaque nesta pesquisa é Myrtes Alonso. Para a autora, “*a transformação que se busca exige uma nova visão: mais criativa, menos acomodada, mais participativa, mais ética, mais democrática e tecnologicamente mais exigente*” (ALONSO, 2007, p. 30)

Se por um lado, a afirmação da autora acerca da necessidade de envolvimento e compromisso dos diferentes sujeitos que participam do currículo, nos moldes éticos e democráticos, reforça as ideias já apresentadas por outros autores, um aspecto não mencionado até o momento recebe atenção especial, especificamente, a relação entre a inovação em educação e a emergência de uma visão “*tecnologicamente mais exigente*”.

Quando a autora menciona a importância das novas Tecnologias da Informação e Comunicação para a transformação da educação, ou para uma proposta curricular inovadora, seja ela em Educação Superior ou em outro nível do ensino, entendemos que tal importância não se resume apenas na garantia de acesso às ferramentas propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico, no curso de Turismo, por exemplo, além da internet, os sistemas de reservas de acomodações em hotéis, os sistemas que permitem um acesso rápido aos horários de vôos disponíveis, as reservas de assentos e impressão de bilhetes,

mas, efetivamente, uma nova postura frente à aquisição e troca de informações entre alunos e professores e entre alunos.

Torna-se necessário atentar para outra potencialidade propiciada pelo acesso às informações facilitada pelas Novas Tecnologias de Comunicação e Informação - NTICs. Com o acesso a dados em escala global, as instituições educacionais podem identificar propostas curriculares inovadoras que ocorrem em diferentes partes do mundo e a partir daí, construir os próprios princípios, além de observar os erros e acertos ocorridos. Não se trata de copiar modelos sem considerar o contexto em que a instituição está inserida, mas contemplar a possibilidade de obter dados provenientes de diferentes fontes.

Finalmente, o quarto autor mencionado trouxe a concepção adotada por nós sobre inovação e currículo. Investigando o tema inovação na Educação Superior, desde 2003, Marcos Masetto defende a necessidade de uma mudança mais aprofundada nos diversos elementos que compõem o currículo de tais cursos.

No texto “**Inovação em Educação Superior**” (MASETTO, 2003) o autor faz uma reflexão sobre o contexto educacional em que se enquadra especificamente tal modalidade. E enfatiza que uma mudança na Educação Superior envolverá um conjunto de alterações que afetam eixos constitutivos da organização do ensino universitários, provocados por mudanças na sociedade ou por reflexões sobre concepções intrínsecas à missão da Educação Superior.

Um aspecto que chama atenção na apresentação do autor é o reconhecimento de que a inovação no currículo em Educação Superior não se dá de forma desconexa da sociedade como um todo. Assim como um novo paradigma, as transformações no mundo do trabalho ou mesmo uma mudança sobre a concepção de ser humano, de aprendiz e de cidadão, influenciam a construção do currículo. Por outro lado, a universidade enquanto relevante *locus* de produção do conhecimento, de realização de pesquisa e de extensão de seus serviços comunitários, assim como os sujeitos que a ela estão ligados, também dão uma resposta aos anseios e demandas deste contexto ampliado. Uma das respostas é a construção de propostas curriculares mais afinadas com o que a sociedade e o mundo do trabalho esperam.

Outro ponto a ser ressaltado aqui diz respeito à diferença entre se alterar os eixos constitutivos da organização do ensino universitário realizando uma alteração superficial, decorrente de um modismo, ou de uma atualização de práticas já existentes.

Se por um lado, alterar os eixos constitutivos está ligado a discutir o currículo como um todo, e a forma adotada por esta pesquisa, a partir dos curriculistas estudados é contemplar os aspectos da contextualização, sujeitos, processualidade e democratização, Masetto (*op. cit.*) apresenta um outro exemplo de atualização e modismo quando se assume que a utilização das NTICs como estratégia e recurso de aprendizagem na sala de aula, por exemplo com a inserção dos computadores nas salas, basta para se considerar que um curso possui um currículo inovador. Há de se destacar que compreendemos tal importância das NTICs enquanto ferramenta potencial a todos os cursos de Educação Superior, como aliás fora enfatizado em Alonso (2007). Discordamos quando um conjunto de instituições se autoproclamam inovadoras somente pelo fato de oferecer computadores a seus alunos.

Portanto, as contribuições e subsídios propostos por nós a um currículo de Turismo tiveram como intenção adquirir esta marca de não se restringir a aspectos isolados do curso como disciplinas, assuntos ou estratégias de aprendizagem, mas efetivamente refletir sobre os eixos constitutivos de um curso de Turismo no Brasil, por meio de seu caráter contextual, da participação dos sujeitos envolvidos, de sua processualidade e da democratização

2 – A ÉTICA EM TURISMO: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

Apresentado e discutido no capítulo anterior o conceito de currículo que adotamos para esta pesquisa, a segunda parte do trabalho realizado dedicou maior atenção à atividade turística e aos elementos da ética como contribuições para a construção de um currículo para um curso de Turismo.

Conforme destacado na introdução, a dissertação de mestrado por nós desenvolvida e concluída em 2006 demonstrou a relação entre a ética e a estética e a hospitalidade e a sustentabilidade na atividade turística, bem como a pertinência de tais elementos para a aprendizagem em um curso de Turismo. Alíás, foi esta pertinência que também motivou a continuidade dos estudos no doutorado, e a realização de uma pesquisa que agora abordou a temática currículo e a busca por contribuições e subsídios na construção de um currículo em turismo fundamentado nos preceitos da ética.

Antes de se apresentar a trajetória de coleta e análise dos dados, dois aspectos merecem destaque. Em primeiro lugar, após a coleta dos dados, pudemos verificar ampla predominância dos aspectos referentes à ética, mesmo quando se abordou a sustentabilidade, em detrimento aos aspectos ligados à estética. Entendemos assim que, apesar da influência de nossa dissertação de mestrado na escolha da temática de pesquisa do doutorado, focar a discussão na busca por contribuições e subsídios a um currículo de turismo fundamentado nos preceitos da ética seria mais adequado, para não correremos o risco de cair em uma possível superficialidade, ao tratarmos da estética.

Em segundo lugar, convém ressaltar que, ao adotarmos o conceito de ética nesta pesquisa, enquanto manifestação do contato de cuidado entre os seres humanos e entre os seres humanos e o mundo, conforme os preceitos adotados em nossa dissertação, fundamentados em Boff (1999), tratamos de uma ética contemporânea ligada

especificamente à atividade turística. Esta distinção inicial é relevante para contextualizarmos a utilização do termo, já que a ética é abordada de diferentes maneiras em diferentes períodos da história.

Para exemplificarmos, reconhecemos a existência de estudos sobre a ética em Kant (2007) na obra “**Crítica da razão pura**”; em Aristóteles (2007) na obra “**Ética a Nicômaco**”; em Max Weber (2009), na obra “**A ética protestante e o espírito do capitalismo**”, ou mesmo uma ética marxista, possível de ser identificada na obra “**O capital: crítica da economia política**” (2006). Reconhecemos também a discussão da ética nas civilizações orientais como China e Japão, ou uma ética ligada à cultura muçulmana, hindu ou judaica. Existem ainda as noções de ética que permeiam as diferentes atividades profissionais e de lazer.

Por essa complexidade do tema, reconhecemos as diferentes perspectivas existentes sobre a ética. Por conta de nosso objeto de pesquisa porém, focamos nossos estudos em aspectos da ética relacionados especificamente à atividade turística desenvolvida nas sociedades ocidentais contemporâneas e consideramos que o Brasil se integra a este contexto. Feita esta distinção, apresentamos a seguir a trajetória de coleta e análise dos dados.

A busca relatada no presente capítulo contou com dois momentos distintos: o primeiro objetivou verificar se foram desenvolvidas novas reflexões sobre a temática, após a defesa da dissertação em 2006 e que merecessem destaque suficiente para um aprofundamento dos conceitos já apresentados; o segundo, teve como objetivo contextualizar quais novos elementos puderam se juntar aos já presentes na atividade turística, sobretudo após a crise econômica global de 2008 e 2009 e a partir de análises de fontes de dados ligadas ao desenvolvimento do turismo no Brasil.

Para a identificação de possíveis contribuições para o currículo de um curso de Turismo no Brasil, realizamos em primeiro lugar uma busca por novas pesquisas e publicações em turismo que abordaram o tema ética e estética, de modo a complementar os resultados alcançados na dissertação de mestrado. Posteriormente, foram analisadas publicações que buscaram identificar as principais transformações e efeitos globais da crise e a respectiva influência para a atividade turística, sobretudo em relação a valores

e virtudes aprendidas. Mereceram nossa atenção também dois documentos que norteiam o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, especificamente a Lei Geral do Turismo, promulgada em setembro de 2008 e o Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão. Ainda nesta parte foram inseridas reflexões acerca de nossa vivência profissional na área de turismo como tripulante de um navio de cruzeiros.

Desta análise do conjunto de documentos e publicações, surgiram elementos que auxiliaram a busca por contribuições e subsídios relevantes a um currículo para um curso de Turismo no Brasil, fundamentado nos princípios da ética contemporânea. A seguir, é apresentada uma síntese sobre os dados coletados e os respectivos elementos identificados.

2.1 Ética em turismo: novas perspectivas sobre a sustentabilidade e a hospitalidade

Conforme mencionado anteriormente, os resultados alcançados na dissertação de mestrado motivaram a continuidade dos estudos, que tratassem agora de identificar contribuições e subsídios para um currículo de um curso de Turismo, porém, fundamentado nos princípios da ética e da estética. Compreendemos que a utilização dos resultados necessitaria se alinhar a um quadro teórico que compreendesse as novas pesquisas e publicações sobre a ética e a estética em turismo, pois do momento em que a dissertação foi defendida, em 2006, até o atual, novos elementos foram identificados como relevantes na trajetória de estudos realizada após a dissertação. Concluímos assim ser necessário contempla-los, para também servir como fonte na identificação de contribuições para um currículo de Turismo.

O principal resultado alcançado na dissertação foi a construção e a respectiva apresentação de um conceito de aprendizagem em turismo que vinculou os elementos da ética e da estética aos preceitos da hospitalidade e da sustentabilidade. Caracterizamos então aprendizagem em um curso de Turismo como:

“O desenvolvimento integral do ser humano de cuidado em outra lógica, tendo como princípios a dimensão estética do turismo relacionada à sustentabilidade em nível ambiental, social e econômico e a dimensão ética do turismo, relacionada à

hospitalidade em seus domínios doméstico, público e comercial expressados por competências ligadas a conhecimentos, habilidades e atitudes” (SCHULZE, 2006, p.116)

Este conceito nos permitiu afirmar que havia sentido trabalhar os aspectos da ética e da estética como princípios norteadores da aprendizagem em um curso de Turismo, pois fora demonstrada a relação da ética enquanto dimensão do ser humano de cuidado em contato com outros seres humanos e que em turismo se manifestava pelos preceitos da hospitalidade, tanto quanto a relação da estética enquanto dimensão do ser humano de cuidado em contato com o mundo e que em turismo se manifesta pelos preceitos da sustentabilidade.

No entanto, reconhecemos que os novos enfoques acerca da hospitalidade e da sustentabilidade ligados ao turismo, desde então demonstraram um foco mais relacionado ao que compreendemos como ética e a respectiva relação de cuidado entre os seres humanos e entre os seres humanos e o mundo que a atividade turística demanda, mas que da mesma forma poderiam agregar aspectos para a busca por contribuições e subsídios para um currículo de Turismo no Brasil fundamentado nos princípios norteadores da ética contemporânea.

Estabelecemos como fontes de dados para a busca destes novos enfoques, periódicos científicos em Turismo e livros que abordassem a temática. Adotamos como critério de seleção a utilização das palavras-chave **ética, estética, hospitalidade e sustentabilidade**. Os periódicos científicos de Turismo que mais trouxeram contribuições foram os seguintes: **Revista Turismo, Visão e Ação**, publicação da Universidade do Vale do Itajaí-SC – Univali, que conta com três números por ano e trata de artigos científicos ligados ao planejamento e gestão da atividade turística, e, dentre eles, a hospitalidade, dentro e fora do Brasil; **Revista Turismo em Análise**, que, após 18 anos se consistir como a principal publicação científica de turismo no Brasil, retomou suas atividades em 2008 como revista digital. Conta com uma publicação quadrimestral e aborda assuntos também ligados ao turismo, lazer e hospitalidade. Outras duas revistas científicas foram consultadas, especificamente a **Revista Turismo e Sociedade**, da Universidade Estadual do Paraná-UFPR, que iniciou suas atividades em 2008 e a **Revista Dialogando no Turismo**, publicação dos estudantes do curso de

Turismo com Ênfase no meio ambiente, da Universidade Estadual de São Paulo – Campus Rosana. Esta foi possível ser consultada apenas nos quatro números do 1º volume e um número do volume 2 de 2008. O *site* não indicava publicações da revista no ano de 2009.

Em relação aos livros, conceitos relevantes ligados a busca foram identificados em: **Política e planejamento de Turismo no Brasil**, de Mário Beni (2006) e **Virtudes para um outro mundo possível, vol I, Hospitalidade: direito e dever de todos**, de Leonardo Boff (2005).

Nas revistas anteriormente citadas, especificamente as revistas **Dialogando no Turismo**, da Unesp-Rosana e **Turismo e Sociedade** da UFPR, foram encontrados apenas dois artigos que mencionavam pelo menos uma das quatro palavras-chave, todavia, tanto no artigo intitulado **Turismo e favela: reflexões sobre a ética e a fotografia** de Menezes (2007) quanto no artigo de Santos & Castro (2008), intitulado **Ética em publicidade e propaganda no turismo**, o que se encontrou foi uma noção geral de ética aplicada a dois contextos específicos: no turismo realizado em comunidades carentes e, em outra subárea do turismo, a publicidade e propaganda. Tais artigos não ofereceram subsídios para esta pesquisa.

Em relação às publicações da revista **Turismo: Visão e Ação**, apesar de um número maior de artigos encontrados, ocorreu a mesma situação, pois os artigos utilizavam praticamente as mesmas fontes já apresentadas nesta pesquisa para efetuarem suas análises. Foi o caso de Florit & Dreher (2009), que vincularam a preservação da natureza a uma predisposição ética de cuidado com o meio ambiente, o que esta pesquisa já havia entendido como princípio norteador. Também o artigo “*La sustentable levedad del visitar: modelo de evaluación de competitividad y sostenibilidad estratégica de destinos turísticos*”, de Mazaro (2007), que trabalhou um modelo para planejamento e gestão do turismo em localidades turísticas com base nos preceitos da sustentabilidade.

Mas, se por um lado os artigos não trouxeram contribuições teóricas diferentes daquilo que já havia sido apresentado aqui, enquanto princípios norteadores da atividade turística, por outro, estimularam a pesquisa no sentido de manter tais princípios, que se

demonstraram relevantes e correntes em vários artigos que possuem como foco a atividade turística, o que ratifica a importância de se trabalhar os elementos da hospitalidade e da sustentabilidade nos cursos de Turismo.

A busca realizada na publicação **Turismo: Visão e Ação** trouxe um artigo escrito por Barbosa & Dencker (2006) que abordou uma proposta para os cursos de Hotelaria baseada nos mesmos preceitos da hospitalidade tratados por esta pesquisa. Apesar de também não trazer novas contribuições teóricas para o princípio norteador da hospitalidade, este artigo foi analisado em profundidade por conter elementos relevantes em relação a uma proposta inovadora de utilização do princípio norteador da hospitalidade em cursos de Turismo.

Finalmente, a revista **Turismo em Análise**, principal publicação científica dos cursos de Turismo no Brasil, sob responsabilidade da Escola de Comunicação e Artes da USP. Na mesma linha que as outras publicações, também prioriza os artigos relacionados a pesquisas desenvolvidas em localidades turísticas, as análises de cifras ligadas à economia do turismo, além de reflexões acerca das políticas de turismo. O editorial do volume 19, nº 2 de 2008, contribuiu para a pesquisa pois Rabahy (2008) chamou atenção para a dimensão política da atividade turística, a ponto de ser possível estabelecer uma relação com os preceitos da sustentabilidade, já que a participação do Estado, conforme o autor, pode canalizar as contribuições dos demais integrantes da atividade, e garantir o equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e sócio-cultural da sustentabilidade.

E este aspecto destacado por Rabahy, veio se juntar às contribuições identificadas em um livro de Beni (2006) intitulado “**Política e planejamento de turismo no Brasil**”.

Ao longo do livro, o autor procurou apresentar a relevância da política e das instituições públicas para o desenvolvimento da atividade turística em relação ao planejamento e gestão. Debateu temas como o papel e as ações do Ministério do Turismo, a importância de cada ator social para o desenvolvimento da atividade e, de que forma, instrumentos como a gestão participativa podem contribuir para o processo.

O que, porém, efetivamente chamou atenção na publicação do autor, a ponto de demandar uma reflexão acerca das dimensões da sustentabilidade em turismo, foi a inserção de um quarto elemento por parte de Beni, intitulado “sustentabilidade política e institucional”, pois para o autor:

“A existência da sustentabilidade pressupõe cuidados com os interesses coletivos e processos e implementa os caminhos democraticamente escolhidos. Muitas evidências indicam que a forma de operar do mercado não tem sido suficiente para atender aos interesses públicos, o que implica a necessidade de estruturas que realizem a mediação dos interesses, façam escolhas e implementem ações capazes de corresponder ao planejamento estabelecido.” (BENI, 2006, p. 114)

Em primeiro lugar, o autor menciona explicitamente a necessidade do cuidado com os interesses coletivos e a respectiva responsabilidade das instituições públicas para que as escolhas tomadas pelas vias democráticas sejam normatizadas e sobretudo cumpridas. Esta afirmação implica enfatizar o direito do “ser humano de cuidado”, em conjunto com outros seres humanos, que está em contato com o mundo, de acordo com os pressupostos da dimensão ética, de ver assegurado suas decisões como um sujeito protagonista e participante do desenvolvimento sustentável do turismo, nas esferas anteriormente destacadas.

Isso não significa afirmar que as reflexões acerca das dimensões ambiental, econômica e social desconsiderassem a importância da esfera política e das instituições públicas e suas respectivas atribuições. A intenção de se tornar determinado patrimônio por seu valor histórico-cultural, a proposição de se criar uma Área de Proteção Ambiental – APA em determinado ambiente natural, a decisão de assegurar e fiscalizar a criação de empregos com carteira assinada nas organizações de turismo, que garanta os benefícios aos trabalhadores, a geração de renda pela criação de impostos, ou mesmo planos e projetos que estimulem a valorização dos costumes e tradições de determinadas localidades têm, em comum, a característica de serem decisões políticas e que perpassam as instituições públicas.

No entanto, não ficava explícito a relevância do Estado e das instituições públicas como o próprio Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, enquanto mediadores e

parceiros da comunidade, para o alcance dos objetivos propostos. E a partir do que fora enfatizado na afirmação de Beni (*op. cit.*), a pesquisa entendeu que, quando o controle é deixado exclusivamente nas mãos do mercado, havia um desequilíbrio de prioridades em relação às dimensões de sustentabilidade, com o privilégio do econômico, já que o principal objetivo das organizações privadas em Turismo é o lucro, em detrimento ao ambiental e ao social. Portanto, a criação de uma nova dimensão da sustentabilidade, a dimensão política e institucional, estimula a reflexão acerca do elo que garante o equilíbrio entre as outras três dimensões, numa relação de cuidado dos seres humanos com o mundo.

E sobre a relevância da política nas localidades turísticas, a Revista **Turismo em Análise** (2008) em seu volume 19, nº 2, dedicou esta edição para reflexões e pesquisas relacionadas à políticas de turismo no Brasil. Mas o que é relevante para esta pesquisa diz respeito a uma afirmação de Rabahy no editorial. Para o autor:

“O Estado assume, por diversas vezes, o papel de coordenador do desenvolvimento do turismo e principal responsável pelas políticas de estímulo ao setor. Sem deixar de lado a importância da participação de outros integrantes do processo de desenvolvimento turístico, é notória a importância do papel desempenhado pelo setor público para a evolução dessa atividade. Não se trata de um ator único, isolado, e sim aquele que se responsabiliza por canalizar as contribuições de todos os demais participantes” (RABAHY, 2008, p. 174)

Apesar do autor em sua afirmação não mencionar o termo sustentabilidade, há uma similaridade de ideias e modos de encarar a relevância do Estado enquanto coordenador do desenvolvimento do turismo, assim como é proposto, ao se assumir a dimensão política e institucional, como dimensão da hospitalidade.

São exemplos da atuação do Estado como coordenador deste desenvolvimento, a elaboração de documentos como o Plano Diretor de Turismo da localidade ou da região, a análise da oferta e da demanda, a sugestão e o incentivo para a criação de novos roteiros e produtos, além da fiscalização da execução de tais planos e projetos.

O autor ainda realça que o fato do Estado ser considerado coordenador do desenvolvimento não significa que ele deva tomar uma postura de isolamento, de rigidez, e se colocar, invariavelmente, contrário às ideias e proposições de outros participantes da atividade, como a comunidade receptora ou mesmo os empreendedores locais. Pelo contrário, é esperado do Estado uma postura de canalização das contribuições dos demais participantes da atividade turística.

E sobre esta postura de parcerias, Beni indica que:

“A interação e integração de atores de entidades públicas e privadas fornece um valioso aprendizado, obtido por meio da concentração de entidades em um local isento de políticas partidárias, em que se trocam o assistencialismo e o paternalismo pela conscientização e pela prevenção por meio da mobilização social e da otimização do espaço territorial” (BENI, 2006, p. 72)

As palavras interação e integração demonstram a preocupação do autor com a criação de um ambiente de parceria, no qual a democracia seja exercida em sua plenitude, com o direito à voz e voto de todos os participantes. Mesmo que esta pesquisa prefira a terminologia “sujeitos”, que efetivamente vivenciam determinada realidade, e não “atores” que supostamente “representariam” os papéis da democracia, há de se reconhecer a intenção do autor em colocar os interesses dos seres humanos como prioridade em relação aos interesses partidários. Aliás, uma das características da democracia é a multiplicidade de visões e caminhos, e que, pela abertura, do diálogo e da análise das diferentes propostas, chega-se a um consenso.

Por outro lado, os sujeitos inseridos na comunidade deixam de ser meros espectadores do desenvolvimento do turismo na localidade, para tornarem-se construtores de sua própria história. Conscientes de que ter cuidado com o mundo implicará em medidas democraticamente tomadas, o que, em um primeiro momento, representa uma dificuldade e um trabalho adicional a todos os envolvidos, por outro lado traz a sensação de pertencimento e de valorização de suas realizações enquanto ser humano.

Convém ressaltar que Beni (*op. cit.*) dá continuidade à apresentação da dimensão política e estabelece uma reflexão acerca de diretrizes que são divididas entre o marco normativo; os planos e programas; os instrumentos de implementação de políticas; e as potenciais linhas de ação.

Sobre o marco normativo, o autor defende que:

“A qualidade das regras, isto é, sua capacidade de proteger os interesses públicos em sintonia com a realidade e a sinalização de aperfeiçoamentos futuros expressa o avanço do processo democrático. As regras são essenciais para oferecer referências e criar as condições específicas sobre o turismo, as regras referentes aos temas de ordenamento, serviços, posturas, dentre outros, são essenciais para o turismo. A consistência das regras dependerá da atuação dos agentes do setor e da importância reconhecida, pelos autores políticos sobre os temas turísticos. Nosso marco legal estabelece normas gerais que devem ser atendidas por todo o país, normas estaduais e locais que devem guardar as exigências mínimas da regra maior, mas que podem ser mais restritivas” (BENI, 2006, p. 115)

Acerca da afirmação do autor, um primeiro ponto a ser destacado diz respeito à relevância da criação de regras, que envolvem leis como a Lei Geral do Turismo, até portarias e instruções normativas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro. São tais regras que consolidam os processos democráticos e norteiam o que será feito e de que forma. Além disso, regras transparentes que possuam coerência com o desenvolvimento sustentável da atividade, tranquilizam investidores e empreendedores no sentido de terem outro conhecimento das potencialidades e limites do que pode ou não ser feito na localidade. A própria comunidade receptora, em casos de exploração indevida ou excessos por parte do mercado, terá onde recorrer para ver seus direitos garantidos.

Em segundo lugar, o autor também destaca que o turismo não existe isolado dos demais setores da sociedade. Portanto, também se submete a um conjunto de normas gerais como a Constituição Federal, normas de vigilância sanitária, legislação referente à ocupação e ao uso do solo, ou mesmo à legislação trabalhista, que possui normas de Seguridade Social, aposentadoria, direito à descanso e a férias, pertinentes a todos os trabalhadores registrados em carteira. E mesmo para os empreendedores, existem

normas específicas para a abertura e registro de uma empresa. Além disso, o autor também chama atenção para a consistência das regras, o que depende do esforço e do grau de influência dos representantes do turismo.

Finalmente, acerca do marco normativo, o autor também reconhece o grau de complexidade em se estabelecer regras para a atividade turística num país de dimensões continentais e com características distintas entre as diferentes regiões. Esta pode ser uma das principais dificuldades de uma normalização única para o turismo no Brasil já que, ao analisar o tipo de produto, as características dos turistas, o meio ambiente e mesmo as manifestações histórico-culturais da região do Pantanal-MS, são distintas em relação ao turismo de sol e praia encontrado na região Nordeste.

Uma solução que o autor apresenta para as disparidades regionais é a adoção de normas gerais, mais flexíveis em termos nacionais, e a criação de normas estaduais e locais que, respeitados os preceitos mínimos da regra maior, leve em consideração as características regionais, tipo de turismo praticado, de modo a ser mais ou menos restritivo acerca de determinado tema. Por exemplo, a visitação em uma reserva ecológica demandará um grau maior de restrição ao acesso de turistas e das atividades a serem desenvolvidas do que numa praia que já recebe um número expressivo de turistas, como as localizadas no município de Guarujá-SP.

Sobre o marco normativo, Beni chama atenção para a relevância dos planos e programas em turismo. Para o autor:

“A ação institucional se expressa pelo planejamento, que deve ser participativo e transparente. A formulação das ações pode assumir diversas formas, sendo as mais comuns as de planos e programas. Pela natureza do setor de turismo, o planejamento das ações assume caráter transversal nos setores tradicionais de governo e depende de grande esforço de convencimento e cooperação para articular as iniciativas necessárias para o sucesso dos objetivos.” (BENI, 2006, p. 116)

Se as reflexões ligadas ao marco normativo estiveram mais voltadas à legislação, o segundo aspecto diz respeito a ações que devem ser tomadas pelo Ministério do Turismo, pelas Secretarias Municipais e Estaduais, quando existirem ou então, por

aquelas que representam outras áreas e o turismo, como Secretarias de Esportes e Turismo, além das demais instituições públicas ligadas ao setor, como a Embratur.

Como exemplos de tais ações, aparecem planos de marketing e de divulgação do produto turístico no exterior e mesmo no próprio país por meio de eventos e propaganda, programas de incentivo de viagens com descontos e facilidades a determinados grupos, como idosos e estudantes, além de planos de desenvolvimento para localidades e regiões. Enfim, diferentes formas de atuação, mas que se caracterizam sobretudo pelos planos e programas.

O autor chama atenção também para um aspecto específico: o turismo depende de outros setores do governo para que aquelas ações sejam concretizadas, tanto para os equipamentos específicos, a construção de parques, praças, incentivos a empreendimentos do setor, sinalização turística, quanto para equipamentos de que tanto o turista como a comunidade local usufruem. É o caso da infraestrutura básica como água tratada e esgoto, sistema de saúde, transportes, segurança, programas de educação e treinamento para profissionais da comunidade receptora que atuam ou desejam atuar em turismo.

Há de se destacar também a existência de prioridade de desenvolvimento, pois a renda disponível é limitada, além da necessidade de profissionais inseridos na área pública com conhecimento da atividade e vontade política para o estabelecimento de articulações com as demais esferas públicas e para a sensibilização acerca da relevância da atividade.

Aliás, tal esforço tem relação com o que Beni chama de instrumentos de implementação de políticas, pois para o autor:

“Não se faz política com intenção e discurso. O turismo é sempre lembrado como grande possibilidade econômica, mas pouco se explica que seus benefícios dependem de grande esforço político e institucional. Sem os instrumentos de implementação, a política de turismo sustentável se transforma em peça retórica” (BENI, 2006, p. 116)

Neste aspecto, o autor lança uma crítica àqueles que, costumeiramente, destacam o turismo como alternativa de desenvolvimento da atividade e seus benefícios, como os econômicos, já apontados nesta pesquisa, mas que se esquecem dos esforços necessários para seu planejamento e gestão, que passam pelo esforço dos sujeitos ligados à política e aos órgãos públicos.

Por outro lado, a mesma crítica vale para indicar que existe uma interface entre as diferentes dimensões da sustentabilidade. Realça novamente a outra importância da sustentabilidade político-institucional para que a atividade turística deixe seu caráter essencialmente teórico, para se constituir como prática dos “seres humanos de cuidado” ligados à atividade.

Finalmente, após as reflexões, o autor traz quatro potenciais linhas de ação, que dão respaldo para que as políticas sejam implementadas. São elas

“ – *criar mecanismos de envolvimento e participação dos outros setores do governo para solucionar de forma planejada as demandas turísticas;*
- *fortalecer instrumentos de controle e fiscalização que coíbam os desvios do setor;*
- *consolidar uma base orçamentária de investimento no setor de turismo, incluindo investimentos dos setores público e privado, bem como dos setores de serviços e de infraestrutura essenciais;*
- *criar acompanhamento de execução orçamentária e dimensionar os prejuízos do não investimento dos recursos retidos”* (BENI, 2006, p. 116-117)

A partir das quatro potenciais linhas de ação propostas, é possível distinguir um conjunto de fatores que o autor defende como necessários para que uma política de turismo nos moldes da sustentabilidade se consolide. A integração é um destes fatores, pois, a partir da primeira linha de ação, o autor entende que o turismo não é capaz de solucionar suas problemáticas sozinho, devido a sua complexidade e à diversidade de áreas que abrange. Outro fator é a fiscalização dos profissionais e políticas envolvidas com o setor, no sentido que os recursos não sejam desviados para outras áreas. Como fazer política, independentemente de e/ou ideologia, implica em estabelecer prioridades, é, neste momento, que a força e a vontade política dos representantes do setor precisam estar presentes. Ainda é evidenciada pelo autor a necessidade da criação de uma base

orçamentária que permita a manutenção dos equipamentos turísticos existentes na localidade, que disponibilize crédito aos empreendimentos do setor, e que, ainda, estimule investimentos do setor privado. Finalmente, se uma base orçamentária é criada, há a necessidade de seu acompanhamento por parte dos sujeitos envolvidos com o setor. Enfim, linhas de ação que se complementam para a sustentabilidade política do turismo.

Com isso, foram apresentadas as principais idéias de Beni (2006), em relação à inserção de uma nova dimensão da sustentabilidade, a dimensão política e institucional.

O segundo livro encontrado que contribuiu para a consolidação da hospitalidade e seus domínios privado, público e comercial, foi “**Virtudes para um outro mundo possível, vol I: hospitalidade**”, de Boff (2005). Este livro, de certa forma apresenta similaridades ao de Beni (*op cit*), pois se, por um lado, nenhum domínio é acrescentado aos três já destacados, por outro, reforça a dimensão política da hospitalidade, analisada a seguir.

O livro de Boff trata em tom filosófico, como é característico do autor, da temática hospitalidade. Utiliza como guia a mitologia grega, especificamente o mito de Filêmon e Báucis. Trata-se de um casal de idosos que, sem saber, acolhe em suas casas dois deuses da mitologia grega que vieram à terra disfarçados de andarilhos e mendigos, para verificar como seriam recebidos pelos seres humanos. Após viajar por diferentes lugares, e desprezados por sua aparência, foram encontrar hospitalidade no pobre casal que os abriga, acolhe, alimenta e entretêm.

O principal ponto a ser destacado ao longo da obra é a conotação política que o autor dá a hospitalidade, o que expande o “contato de cuidado” entre os seres humanos numa dimensão ética. Para o autor:

“O ideal de hospitalidade deve ajudar a formular boas leis e a inspirar políticas públicas generosas que viabilizem a acolhida do estrangeiro, do emigrado, do refugiado e do diferente. Caso contrário, permanece uma utopia sem conteúdo concreto.” (BOFF, 2005, p. 107)

Mesmo que o autor não mencione diretamente a palavra turista quando cita os merecedores de hospitalidade, esta pesquisa reconhece que os turistas, no contexto trazido pelo autor, também podem ser considerados estrangeiros que visitam outra localidade, e diferentes, por seus costumes, tradições e manifestações culturais distintas dos residentes na localidade. O mais relevante porém, acerca da afirmação diz respeito à ideia de que a hospitalidade, enquanto esfera ativa do “contato de cuidado” entre os seres humanos, não se limita a um conjunto de ideias, mas se transforma em ação, por meio de leis e políticas públicas.

Outro fator a ser realçado, ao longo do livro, são as nove características da hospitalidade encontradas pelo autor no mito de Filêmon e Báucis (BOFF, 2005): a boa vontade incondicional; acolher generosamente; escutar atentamente; dialogar francamente; negociar honestamente; renunciar desinteressadamente; responsabilizar-se conscientemente; relativizar corajosamente; transfigurar inteligentemente.

É relevante destacar que tais características emergiram de um “contato de cuidado” ocorrido na casa de Filêmon e Báucis, portanto, no domínio privado ou doméstico da hospitalidade. Porém, a importância de tais características reside na possibilidade de trabalhá-las nos outros dois domínios. Assim, mesmo que Boff (*op. cit.*) não trabalhe diretamente o tema hospitalidade e turismo, tais características podem contribuir para reflexões acerca da atividade e de como estabelecer uma “relação de cuidado” entre anfitrião/hóspede.

Sobre a boa vontade incondicional, mesmo que se considere a dimensão comercial, na qual o anfitrião recebe pelos serviços prestados, ser hospitaleiro implica em ter um conjunto de competências dentre as quais a boa vontade com aquele que chega e necessita de um quarto e um prato de comida, mesmo que tenha que pagar por isso.

No domínio público da hospitalidade, o acolher generosamente se manifesta quando o visitante ao chegar em determinada localidade encontra sinalização turística adequada, equipamentos turísticos em bom estado de conservação, ou mesmo, a forma educada de receber dos habitantes locais. Já no domínio privado, um exemplo de acolhida generosa praticada por alguns hotéis, é o hábito de se colocar um chocolate no

travesseiro dos hóspedes, ou as camareiras que fazem figuras e réplicas de animais com as toalhas.

A terceira e quarta características, ligadas ao escutar e ao dialogar, aparecem tanto na percepção e identificação das necessidades e desejos dos turistas, que estão longe de suas casas. A hospitalidade também se concretiza a partir da comunicação, e do entretenimento de tais hóspedes, a partir de uma história contada pelo anfitrião ou mesmo de uma conversa sobre determinado assunto. É preciso ressaltar porém, que dialogar francamente, não significa, por parte do hospedeiro, abordar temas polêmicos, que gerem uma relação de hostilidade com o hóspede, pois de acordo com as próprias características analisadas como um todo, há de se respeitar as diferentes manifestações e visões de mundo.

A quinta característica, negociar honestamente, aplica-se sobretudo ao domínio comercial da hospitalidade, com a prática de preço justo pelos produtos e serviços oferecidos aos hóspedes. Conforme já destacado anteriormente, a obtenção de lucro nos domínios comerciais não descaracteriza os princípios da hospitalidade. O problema reside na exploração indevida do turista, quando num restaurante, por exemplo, cobra-se por aquilo que não se consumiu.

Sobre a característica de renunciar desinteressadamente, a partir do momento em que se assume os preceitos da hospitalidade enquanto dimensão ética do ser humano que atua em turismo, o bom atendimento passa a ser um princípio intrínseco aos envolvidos com a atividade, e não algo única e exclusivamente condicionado ao reconhecimento do hóspede. Gorjetas e bons comentários devem ser considerados consequência do bom atendimento e não o ponto de partida do profissional. Por outro lado, como a prestação de serviços em hospitalidade é complexa e envolve uma série de fatores, não é incomum um profissional da área ser maltratado por um hóspede por consequência de um problema não relacionado à sua área de atuação.

Também é característica da hospitalidade, o responsabilizar-se conscientemente, ou seja, o anfitrião, em seu domínio, seja um hotel, um restaurante ou outro prestador de serviços da área de hospitalidade, também é responsável pelo bem estar e segurança do

hóspede. Um exemplo diz respeito ao *bartender* que se responsabiliza por seu cliente, e não o serve mais, após notar que ele está embriagado.

Em relação à oitava característica, relativizar corajosamente, há de se considerar que cada ser humano é único e possui expectativas, necessidades e experiências de vida distintas dos outros seres humanos. Portanto, uma das características do profissional que atua no domínio comercial da hospitalidade, é, a partir do conjunto de competências adquiridas de um atendimento impessoal e padronizado, considere as diferentes expectativas e necessidades de um hóspede.

Finalmente, transfigurar inteligentemente, nos domínios da hospitalidade, sobretudo no comercial, encontra seu exemplo também no entretenimento enquanto atividade ligada aos domínios da hospitalidade. Pode-se considerar que os restaurantes temáticos como o *Hard Rock Café*, apesar de ter como atividade principal a oferta de refeições, acabam por se tornar centros de entretenimento, cujo tema é o *rock 'n roll*.

Um último aspecto a ser extraído do livro de Boff (*op. cit.*) diz respeito ao que o autor chama de “política de hospitalidade”, que mais se assemelha a princípios que sintetizam as características acima destacadas, e que podem nortear as ações das instituições públicas ligadas à atividade. São consideradas políticas de hospitalidade: “justiça mínima em todos os níveis”; “direitos humanos a partir das maiorias”; “democracia aberta e perfectível”; “interculturção: desafio para a humanidade”; e um último, consequência da hospitalidade entre os seres humanos, que é chamado “outro mundo possível: novo paradigma de civilização”.

Refletindo as características da hospitalidade, os princípios de justiça, direitos humanos, democracia e interculturção podem envolver ações ligadas aos três domínios da hospitalidade pois todos espelham um cuidado entre os seres humanos, que considera as peculiaridades de cada localidade a ser visitada e cada relação que exista entre hospedeiro e hóspede. E sobre o quinto elemento, que a ética norteie o contato entre os seres humanos, sejam turistas ou não, e que, a partir do reconhecimento das peculiaridades e potencialidades de cada lar, cada localidade e de cada estabelecimento comercial que recebe, acolhe, alimenta e entretêm, faça emergir um novo paradigma de civilização.

Apresentados e analisados os dados coletados, pudemos estabelecer uma nova proposição acerca da relação entre a ética em turismo e os princípios da hospitalidade e da sustentabilidade, de modo a auxiliar a busca por contribuições e subsídios a um currículo para um curso de Turismo, fundamentado na ética contemporânea. Esta proposição destacou a busca pela formação de um **“ser humano de cuidado” em turismo, em contato com o mundo e com outros seres humanos, que possui como princípio norteador a ética em turismo, relacionada à sustentabilidade em nível ambiental, econômico, social e político-institucional, e relacionada à hospitalidade em seus domínios doméstico, público e comercial, influenciados, politicamente, pela justiça, direitos humanos, democracia e interculturação.**

E como esta proposição trata de algo vinculado a um objetivo mais ampliado, especificamente o currículo dos cursos de Turismo, entendemos como necessário um estudo mais aprofundado sobre o panorama atual da atividade turística no Brasil, para se identificar quais outros elementos se juntam aos já apresentados e de que forma eles se relacionam.

2.2 Novos aspectos que relacionam a ética à atividade turística

Conforme mencionado acima, a identificação de subsídios e contribuições para o currículo dos cursos de Turismo fundamentada nos preceitos da ética não se limitou apenas a efetuar uma reflexão sobre tais termos em Turismo. Entendemos que houve a necessidade de se considerar o panorama atual da atividade turística, tanto na esfera global quanto no contexto brasileiro e daí identificar novos subsídios que pudessem juntar-se aos preceitos já identificados da hospitalidade e sustentabilidade, até para que se trouxessem contribuições ligadas à formação de um profissional - cidadão que atua ou atuará em um contexto marcado por tais características.

E para compreender este panorama, identificamos e selecionamos quatro publicações que abordaram as transformações ocorridas em escala global de forma mais ampliada, sobre as especificidades do turismo brasileiro, foi escolhida uma publicação, um conjunto de documentos ligados ao turismo no Brasil, e ainda as experiências derivadas de nossa vivência profissional em um navio de cruzeiros.

As quatro publicações que abordaram as transformações foram as seguintes: “**A era do inconcebível: por que a atual desordem do mundo não deixa de nos surpreender e o que podemos fazer**” de Joshua Ramo (2010); “**Vencer no caos: lições do guru de administração e marketing para uma gestão eficaz em tempos de turbulência**”, de Philip Kotler & John Caslione (2009); “**A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nichos**”, de Chris Anderson (2006), além do livro “**A felicidade paradoxal: um ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**”, de Gilles Lipovetsky (2007).

Acerca dos documentos ligados ao turismo brasileiro, foram utilizados o **Plano Nacional de Turismo de 2007/2010: uma viagem de inclusão** (2007) e a **Lei Geral do Turismo** (2008), promulgada em setembro de 2008. Também contribuíram para as análises a publicação **Cenários do Turismo brasileiro** (2009), de Alexandre Panosso Netto e Luiz Gonzaga Godoi Trigo, bem como as reflexões derivadas de nossa experiência profissional como tripulante de um navio de cruzeiros. Esta vivência profissional também objetivou identificar contribuições ligadas à ética e à estética em turismo num período de seis meses.

Os resultados das análises reconheceram três elementos potenciais para a construção de subsídios relevantes ao currículo dos cursos de Turismo: a inclusão social, a cidadania e o multiculturalismo. Compreendemos também a possibilidade de integração dos três elementos com a ética, pois os três elementos indicaram a preocupação e a centralidade do ser humano na atividade turística, através das relações com outros seres humanos.

Abaixo, são apresentados os caminhos que levaram à identificação dos três elementos complementares dentro de um contexto mais ampliado, como tais elementos se tornam significativos à atividade turística, sobretudo no cenário turístico brasileiro, e ainda de que forma se juntam aos princípios da ética em turismo.

Após estudarmos as publicações selecionadas, os documentos ligados à atividade turística no Brasil e as anotações e reflexões realizadas durante a vivência nossa

profissional em um navio de cruzeiros, um fator se apresentou comum em todas as análises. Este fator nos levou a compreender que não somente o turismo, mas o mundo como um todo encontra-se numa era marcada pela incerteza. E diferentes afirmações demonstram esta sensação de incerteza perante os novos desafios emergentes na contemporaneidade. Como por exemplo em Ramo, quando o autor indicou que:

“A imensidão dos desafios que temos hoje diante de nós, os fracassos perturbadores que provavelmente nos esperam e nossa incapacidade de lidar eficazmente com os problemas, pois utilizamos modos antigos de pensar, nos levarão seguramente a questionar muitos valores fundamentais de nossa sociedade” (RAMO, 2010, p.21)

Nesta afirmação, o autor chama a atenção para dois aspectos específicos: o primeiro diz respeito à emergência de novos desafios em escala global. São exemplos destes desafios: a crise econômica global de 2008-2009, a continuidade dos ataques terroristas, a ocorrência de catástrofes naturais como tsunamis, terremotos e erupções vulcânicas. Há de se ressaltar que estes e outros desafios refletem no aumento ou declínio da atividade turística em escala global. Uma crise econômica por exemplo, diminui o poder aquisitivo dos viajantes, que precisam escolher entre viajar ou satisfazer outras necessidades mais essenciais. Em escala local, como exemplo, um ataque terrorista a um atrativo turístico como um “*resort*”, dificilmente reverte a sensação de insegurança e o medo de se viajar para a localidade atingida. Já o segundo aspecto diz respeito ao fato de que os novos desafios encontrados, como os acima descritos demandam novas formas de solucioná-los. Nesta busca podemos identificar subsídios e contribuições para um novo currículo dos cursos de Turismo, mais integrado e coerente com as demandas sociais e profissionais.

As incertezas geradas pelos novos desafios também são sentidas no mundo corporativo e Kotler & Caslione destacam este novo momento ao afirmarem que:

“Os líderes de negócios precisam de uma nova visão de mundo e de novos referenciais para lidar com tanta instabilidade e fecundidade. De acordo com essa nova visão de mundo, as mudanças ocorrem o tempo todo. Elas podem irromper em qualquer canto do planeta e exercer grande impacto sobre qualquer empresa” (KOTLER & CASLIONE, 2009, p. 2)

Assim como destacado por Ramo (*op cit.*), a afirmação realça a emergência de uma nova era de transformações contínuas, aceleradas e inesperadas, e a consequente necessidade do desenvolvimento de novas competências por parte dos líderes, mais ligadas aos desafios exemplificados anteriormente. A diferença está no foco dos autores, pois, se Ramo fala de transformações ocorridas na sociedade como um todo, Kotler & Caslione direcionam suas atenções ao mundo corporativo.

A análise do turismo enquanto fenômeno e negócio, já que também se trata de um conjunto de produtos e serviços a ser oferecido a um público que procura determinada localidade, ai permanecendo por um período determinado, envolve as transformações sociais e as do mundo corporativo, e também conta com pesquisadores ligados ao tema que reconhecem a ascensão de uma nova era. É o caso de Panosso & Trigo, ao afirmarem que:

“Não se pode deixar de levar em consideração novos valores regionais e globais e novas alternativas de desenvolvimento. Surge a necessidade premente de ética, de justiça social, de compreensão das novas culturas e, especialmente, de percepção do que o surgimento e o desenvolvimento sistemático das novas tecnologias realmente significam para a sociedade pós-industrial” (PANOSSO & TRIGO, 2009, p. 22-23)

Os autores, além de reconhecer o novo momento e a emergência de novos valores ligados a esta nova era, mencionam tais valores. De certa forma foi um ponto de partida para nossa identificação da inclusão social, da cidadania e do multiculturalismo como novos subsídios ao currículo dos cursos de Turismo. Ainda reafirmaram a relevância da ética, já destacada por nós, e também uma atenção maior acerca da influência NTICs.

Percebemos nestas três afirmações que o cenário de incertezas não significa falta de esperança em relação ao futuro ou uma postura de passividade frente aos desafios vindouros. Pelo contrário, entendemos que é uma oportunidade à atividade turística, sobretudo em escala nacional, identificar novas formas de se praticar turismo, de contemplar novos viajantes, de desenvolver as localidades de acordo com os preceitos da sustentabilidade. Aliás, os próprios autores enfatizaram a existência de tais oportunidades. Por exemplo em Kotler & Caslione quando os autores indicaram que:

“As organizações terão de aprender a explorar as oportunidades extraordinárias que surgem em períodos de grande incerteza. Agora, os líderes empresariais precisam avaliar um amplo conjunto de situações macroeconômicas, desenvolver coleção igualmente abrangente de cenários, com respostas estratégicas adequadas, então, partir para a ação, com o propósito de tornar suas empresas mais responsivas, vigorosas e resilientes.” (KOTLER & CASLIONE, 2009, p. 76)

Pela afirmação dos autores, podemos perceber que as oportunidades ainda existem para o crescimento e desenvolvimento das organizações. O que diferencia, porém, esta era de incertezas para os momentos anteriores, é que, se antes era possível reduzir, e até eliminar os riscos e ameaças a uma organização, mediante modelos e estruturas desenvolvidas por especialistas em finanças, marketing, custos, dentre outras áreas, o momento atual demanda dos líderes maior atenção ao contexto e ao tipo de desafio a ser encarado, o que demanda o desenvolvimento de múltiplas soluções para múltiplos cenários, vários destes inéditos. Há de se destacar, em última instância, trazer três elementos que podem guiar a construção de tais soluções para os múltiplos cenários, especificamente, a “responsividade”, o vigor e a resiliência.

Para nós, a proposição destes três aspectos reflete uma preocupação dos autores em não encarar esta construção de cenários e soluções para as crises como algo sem fundamentação, ou realizar sem nenhum critério, a não ser a intuição e a experiência prévia dos gestores, que aliás em certos casos pode não ser de tanta valia, já que se trata de novos desafios.

Para identificar como cada elemento tem sua parcela de contribuição para a construção dos cenários, apresentamos o que os autores entendem como vigor, “responsividade” e resiliência:

“... ”Responsividade” é a capacidade de reagir com rapidez a estímulos externos...

... Vigor é a capacidade de resistir a tensões, a pressões ou a mudanças em procedimentos ou circunstâncias; de enfrentar bem as variações (às vezes variações imprevisíveis) nos ambientes operacionais com o mínimo de danos, alterações ou perdas de funcionalidade...

... Resiliência é a capacidade de retornar à forma ou à posição original depois de ser vergado, comprimido ou esticado; em negócios, significa recuperar-se de pressões passageiras ou adaptar-

se a situações duradouras” (KOTLER & CASLIONE, 2009, p. 106-107)

Reconhecemos que a atividade turística, sobretudo as organizações do setor privado e público que a integram, também necessitam reagir aos estímulos externos com rapidez, sob o risco de sucumbir, como o caso de empresas que, basicamente, atendiam turistas com destino aos Estados Unidos, antes dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Assim como reagem empresas vigorosas, que souberam identificar novos produtos e serviços em turismo. Por exemplo as passagens aéreas, cada vez mais solicitadas via Internet e diretamente das companhias aéreas. Mas o elemento que efetivamente nos chamou atenção foi a resiliência, a característica inerente de sair mais forte a cada crise, seja ela passageira ou duradoura, e, como já mencionado, proveniente de transformações ocorridas em outros setores, não somente no turismo, mas que afetam diretamente o desenvolvimento da atividade. Em suma, a resiliência encarada como uma cultura de gestão das crises e incertezas.

A resiliência, enquanto elemento significativo na gestão da crise, também apareceu como crucial para Ramo, que afirmou em sua publicação que a

“Resiliência – esse será o conceito definidor da segurança no século XXI, tão crucial para nossos empregos, que mudam rapidamente, quanto para a nação. Podemos conceituar resiliência como a capacidade de um sistema de absorver uma perturbação antes de desfigurar-se de tal forma que não consegue voltar com facilidade ao que era antes” (RAMO, 2010, p. 193)

Se Kotler & Caslione (*op cit*) atrelaram o preceito da resiliência a uma competência essencial aos líderes das organizações, Ramo, nesta afirmação, expande sua relevância, ao ponto de associá-la à segurança tanto dos indivíduos quanto das nações. Acerca do conceito em si, a mesma lógica de absorção dos impactos das crises e o consequente fortalecimento pós-crise são mantidas. Mesmo assim, entendemos ser relevante apresentar outra afirmação do autor, que remete a alguns elementos ligados à resiliência, para que a compreensão sobre o termo seja aprofundada e apresentemos de que forma ela contribuiu para a identificação dos subsídios para um currículo de Turismo.

Para Ramo:

“Entre os elementos sempre presentes em sistemas resilientes bem sucedidos estava a capacidade de reconceitualizar constantemente os problemas, gerar diversidade de ideias, comunicar-se com todo mundo, desde pescadores a caminhoneiros, e incentivar a inovação e até revoltas ou crises em pequena escala, além de recuperações, em vez de esperar um colapso de grandes proporções.” (RAMO, 2010, p. 220)

Comunicação, diversidade, reflexão na ação e sobre a ação, contextualização e incentivo à inovação. Todos estes elementos identificados nesta afirmação remetem a uma valorização sobretudo do contato entre os seres humanos, independentemente da atividade desenvolvida, o que inclui o turismo. E, por consequência, se todos os elementos mencionados remetem a este contato, os valores que o permeiam adquirem maior relevância.

Ramo também reconhece a importância de tais valores e do contato entre seres humanos, ao indicar que *“num ecossistema em mutação a persistência de relacionamentos é mais importante que qualquer outra coisa.”* (RAMO, 2010, p. 239). E complementa sua afirmação, quando menciona que:

“Essa é uma das razões pelas quais é essencial readquirir os hábitos de cooperação internacional em todas as áreas, da ajuda alimentícia à energia nuclear. Com isso, começamos a reconstruir as redes de contatos, influências e poder para moldar o entorno dos problemas que jamais poderemos atacar diretamente” (op. cit.)

Mesmo que o autor enfatize primeiramente a cooperação internacional, o que é compreensível, já que a obra trata da análise de uma era de incertezas, sob o ponto de vista global, e as fontes utilizadas pelo autor indicaram esta globalidade, compreendemos que esta reconstrução de redes de contato, cooperação e relacionamentos remetem a uma noção de cidadania, ou seja, um ser humano, em contato com outros seres humanos, valoriza a ajuda mútua, o bem comum, a localidade a qual pertence e a atividade que desenvolve, e assim atravessa os momentos de crise, sem necessariamente destruir seus adversários ou concorrentes.

Esta noção de uma cooperação mais intensificada, que supera inclusive os preceitos da competição pura, o que para nós significa encarar a cidadania como um elemento contribuidor a um currículo de Turismo também apareceu indiretamente em Kotler & Caslione, pois para os mesmos:

“No mundo de negócios de hoje, os clientes, os fornecedores, os distribuidores e os investidores não raro também são concorrentes. Cada entidade pode desempenhar vários papéis. Portanto, destruir um concorrente talvez signifique destruir a si mesmo.” (KOTLER & CASLIONE, 2009, p. 167)

Entendemos, a partir desta afirmação, que a noção de concorrência e competição entre as organizações fornecedoras de produtos e serviços em turismo não é eliminada. É possível, entretanto, pensar em parcerias entre as organizações, de modo a estimular o desenvolvimento do turismo na região. Como exemplo, mesmo que dois ou três hotéis sejam concorrentes em determinada localidade, tais organizações podem se unir e juntar-se a outras para financiar ações de marketing que promovam o destino, podendo gerar mais renda a todos os envolvidos. Para tanto, entendemos que a conscientização, o espírito de cidadania, de parcerias, de visão mais ampliada do que a simples visita de um turista a uma localidade, são competências relevante ao profissional que atua ou atuará em turismo.

E este espírito de um novo turismo, mais solidário entre pessoas e organizações, também encontra-se presente em Panosso & Trigo, quando enfatizaram que:

“Outro tipo de turismo será possível apenas em uma sociedade mais participativa. Capital e conhecimento são importantes nessa construção, mas a revalorização do humanismo é fundamental para que a vida seja preservada e dignificada.” (PANOSSO & TRIGO, 2009, p. 85)

Com isso, a noção de cidadania ligada ao turismo é novamente enfatizada quando se assume a busca por outro turismo, em que as relações humanas se sobrepõem às mercantis. Assim, como já destacado por Kotler & Caslione (*op cit*), também compreendemos a visão de que a competição, o mercado, o entendimento de que o turismo também é negócio não é totalmente descartada, mas que a lógica do

humanismo, do turismo enquanto emancipação e instrumento de dignificação da vida deve prevalecer sobre uma lógica essencialmente mercantilista.

Aliás, esta tendência de valorização do ser humano na atividade turística, pela cidadania enquanto elemento relevante, também contribuiu para a identificação de outros valores ligados à nova era preconizada pelos autores anteriormente mencionados. Tais valores foram destacados por Trigo & Panosso: “*A consciência ética, de sustentabilidade e respeito às minorias e culturas diferenciadas, e a inclusão serão cada vez mais valorizados no desenvolvimento de viagens e turismo.*” (PANOSSO & TRIGO, 2009, p. 34)

Dos quatro elementos descritos pelos autores, dois já foram mencionados por nós no presente capítulo, especificamente a ética e a sustentabilidade. Há de se reconhecer, que a inclusão social também é um elemento ligado à resiliência, pois considera que o bom desenvolvimento da atividade turística é aquele que contempla a todos, de forma direta ou indireta, e atende sobretudo os residentes das localidades em que o turismo é desenvolvido.

Outro elemento que mereceu destaque nesta afirmação dos autores é o multiculturalismo. Entendemos que um turismo e até uma sociedade mais inclusiva e mais cidadã, elementos ligados ao maior ou menor grau de resiliência às possíveis crises e transformações caminham junto com o respeito às diferentes manifestações culturais existentes numa localidade.

Ramo também compreendeu a relevância do multiculturalismo nesta nova era, ao indicar que:

“O mundo não está sendo pavimentado por um sistema uniforme e universalizado. E aquela mesma capacidade de criar sistemas ajustados às necessidades de diferentes povos e culturas e de incentivar uma diversidade real no modo de pensar ajudará a solucionar muitos dos problemas com que nos defrontamos.”
(RAMO, 2010, p. 96)

Esta visão de Ramo acerca do multiculturalismo, enquanto elemento que contribui para a solução dos problemas emergentes nesta era de incertezas, veio a fortalecer nosso entendimento de que tal característica auxiliaria na busca de subsídios a um currículo de Turismo fundamentado nos princípios da ética. Na verdade, um mundo diverso, com características e desafios longe de serem homogêneos, também demanda profissionais que compreendam e valorizem tal diversidade, capazes de oferecer experiências turísticas memoráveis a públicos distintos.

Identificados os três elementos que também fizeram parte da busca por contribuições e subsídios a um currículo de turismo fundamentado nos preceitos da ética e da estética, especificamente a inclusão social, a cidadania e o multiculturalismo, passamos a analisar de que forma estes elementos estavam presentes no panorama brasileiro contemporâneo da atividade turística, por meio dos documentos analisados, principalmente o **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão** e a **Lei Geral do Turismo**, promulgada em setembro de 2008.

Além dos documentos, três outras fontes serviram para reforçar a presença dos três elementos. Uma delas, nossa experiência profissional como tripulante de um navio de cruzeiros pelo período de seis meses, onde, pelo contato direto com a atividade turística em escala profissional, foi possível perceber situações e casos em que um ou mais elementos se fizeram ou deveriam, pelo menos, se fazer presentes. As outras duas, especificamente, efetuaram a ligação entre o multiculturalismo em esfera mais ampliada e o turismo enquanto mercado e um conjunto de produtos e serviços oferecidos em determinada localidade. A primeira, uma publicação de Chris Anderson, intitulada **A cauda longa** (2006) na qual o autor demonstra a transição do mercado de massa, o que entendemos como o predomínio de uma ou poucas manifestações culturais para o mercado de nichos, na qual o multiculturalismo se faz presente também na escolha dos produtos e serviços a ser consumidos. A segunda, uma obra de Gilles Lipovetsky, intitulada “**A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**” (2007), na qual o autor traça uma reflexão filosófica sobre uma das principais características emergentes na modernidade, formada a partir da segunda metade do século XX: a busca pela felicidade pelo consumo, e como uma das consequências, a explosão da variedade da oferta de produtos e serviços para atender este novo modelo de sociedade.

Coletados os dados e efetuada a respectiva análise, elaboramos um quadro-síntese para ilustrar de que forma cada elemento se fez presente, de modo a auxiliar a posterior identificação de contribuições e subsídios para um currículo de Turismo. Optamos então por apresentar primeiramente o quadro, para na sequência, de forma sintética destacar as principais reflexões que levaram à inserção de cada aspecto identificado.

Quadro 1 - Quadro-síntese: aspectos do turismo ligados à inclusão social, cidadania e ao multiculturalismo, segundo Schulze

Quadro 1 – Quadro-síntese: aspectos do turismo ligados à inclusão social, cidadania e ao multiculturalismo, segundo Schulze

	Plano Nacional de Turismo 2007/2010 uma viagem de inclusão	Lei Geral do Turismo	Vivência profissional em um navio	Segmentos e nichos
Inclusão social	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Chegou a vez do turismo de inclusão 2 - Inclusão via produção e consumo 3 - Turismo como direito de todos 4 - Inclusão como objetivo geral e como meta 5 - Integração regional como inclusão 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Inclusão a partir da formação de mão de obra 2 - Incorporação de segmentos especiais 		
Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Transformar em cidadania o direito de conhecer o país 2 - Prática de uma gestão responsável do turismo 3 - Roteirização turística e a cidadania 4 - Proposta de produtos e serviços mais acessíveis 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Combate e prevenção ao turismo sexual 2 – Propiciar a prática do turismo sustentável 3 – Fiscalização da prestação de serviços 	<ul style="list-style-type: none"> 1 – Política “Save the waves” 2 – <i>Zero Tolerance to alcohol, drugs, harassment, guest interaction and crime</i> 	
Multiculturalismo	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Desenvolver a diversidade enquanto objetivo geral 2 - Segmentação do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Promoção da diversidade cultural 2 – Incorporação de segmentos especiais da demanda 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Convivência com diferentes povos, tripulantes e passageiros 	<ul style="list-style-type: none"> 1 – Emergência de uma cultura de nichos 2 – A sociedade do hiperconsumo 3 – O conceito da cauda longa 4 – A hipersegmentação 5 – As tecnologias de filtragem da cauda longa e o consultor de turismo

Schulze, 2010

2.3 A presença e o sentido dos novos elementos da ética em turismo, no cenário turístico contemporâneo brasileiro.

Apresentado o quadro-síntese, resultado das análises dos dados coletados, entendemos que seria relevante demonstrar a justificativa para os aspectos relacionados, até para um entendimento maior de seu significado. Para tanto, ao invés de trazer as contribuições documento por documento, optamos por abordar os aspectos agrupados em cada um dos três elementos, com o intuito de demonstrar a pertinência entre cada fonte e o objeto de pesquisa.

Conforme observado no quadro, a presença do elemento inclusão social foi mais marcante nos dois primeiros documentos ligados ao turismo brasileiro, especificamente o Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão (BRASIL, 2007), que, por sua vez, também trouxe duas situações que enfatizam a relevância da inclusão social para o desenvolvimento da atividade turística.

A primeira passagem diz respeito a uma mensagem da ministra, no momento em que o Plano foi elaborado. Enfatizou que

“Chegou a vez do turismo de inclusão. Uma inclusão na mais ampla acepção da palavra: inclusão de novos clientes para o turismo interno, inclusão de mais turistas estrangeiros, inclusão de mais dívidas para o Brasil, inclusão de novos investimentos, inclusão de novas oportunidades de qualificação profissional, inclusão de novos postos de trabalho para o brasileiro. Inclusão para reduzir as desigualdades regionais e para fazer do Brasil um país de todos” (BRASIL, 2007, p. 8)

Nesta mensagem de Marta Suplicy, ministra em exercício no momento em que o plano foi elaborado, percebemos um vínculo do termo inclusão com as diferentes esferas do desenvolvimento do turismo: a econômica, quando menciona a inclusão ligada à geração de emprego e renda, captação de novos turistas e novos investimentos para o setor; a esfera social, quando destaca a intenção de se reduzir as desigualdades regionais. Assim, entendemos que esta associação do termo inclusão aos diferentes aspectos da atividade turística, no início do documento, procura dar-lhe uma marca,

deixando explícito de que forma aqueles que a elaboraram entendem a lógica do desenvolvimento do turismo, uma lógica que prioriza a inclusão social.

Na sequência do documento, especificamente na parte intitulada “Apresentação”, mais uma vez o termo inclusão está presente. E neste momento, defende-se que esta inclusão pode ser alcançada de duas formas: pela produção e pelo consumo. Conforme o documento:

“Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno.” (BRASIL, 2007, p. 11)

Identificamos que nesta afirmação, o termo inclusão esteve diretamente ligado à esfera econômica do turismo, pois tratou da geração de emprego e renda, além do crescimento da demanda, pela incorporação de novos turistas. Se o Plano Nacional de Turismo pautasse o tema inclusão somente sob essa ótica da inclusão, exclusivamente ligada à economia, até poderia se afirmar que o documento demonstra uma visão parcial e tendenciosa da atividade turística, encarada somente como indústria e não como fenômeno derivado da relação entre seres humanos que viajam e que recebem os viajantes. Como a afirmação, porém, está inserida num contexto mais ampliado do que é turismo e de como a inclusão social se constitui um elemento relevante para o desenvolvimento da atividade, entendemos que a frase contribui para sua valorização.

O item seguinte do Plano é chamado de “Programa de Aceleração do Crescimento e o turismo”. Trata de que forma a atividade pode contribuir para o desenvolvimento do país como um todo, e, mais uma vez, o termo inclusão social se faz presente. De acordo com o plano:

“O turismo deve construir caminhos para que possa ser, efetivamente, um direito de todos, independentemente de condição social, política, religiosa, cultural e sexual, respeitando as diferenças, sob a perspectiva da valorização do ser humano e de seu ambiente.” (BRASIL, 2007, p. 15)

Para nós, esta se constituiu na principal afirmação do documento que valorizou a inclusão social como elemento intrínseco da atividade turística, pois a considera não apenas como um conjunto de produtos ou serviços a serem consumidos ou mais uma opção de entretenimento, mas um direito inerente a todos os seres humanos. E ainda reforça que gênero, raça, etnia, religião, posição ideológica e cultural não podem ser considerados empecilhos para o exercício do direito de viajar. Ao contrário, uma relação de cuidado entre seres humanos em turismo que considera a inclusão como um de seus elementos, significa também acolher e respeitar o diferente sem considerar uma posição de superioridade ou inferioridade, mas sobretudo como uma troca de experiências.

Os itens seguintes do plano mencionam objetivos e metas, o que não impediu o documento de também, nesses momentos, enfatizar a intenção de uma prática inclusiva.

Nos objetivos gerais, a palavra inclusão aparece especificamente no objetivo dois. O plano tem como intenção “*Promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros*” (BRASIL, 2007, p. 16). Já no item referente às metas, o plano indicou que “*O turismo deve ser um forte indutor de inclusão social e, nesse sentido, o Plano Nacional de Turismo propõe como metas o aumento das viagens domésticas, a criação de empregos e ocupação, a qualificação dos destinos turísticos e a geração de divisas.*” (BRASIL, 2007, p.47)

De certa forma, entendemos que tanto o objetivo quanto a meta destacada, são uma reafirmação das intenções já colocadas anteriormente acerca do turismo como fator de inclusão. A validade de se enfatizar porém, a inclusão social nos objetivos e metas pode estimular a reflexão acerca de sua importância no momento das ações específicas. Por exemplo o financiamento a novos empreendimentos turísticos. Em seus planos de viabilidade técnica e econômica, necessários para a obtenção dos recursos, deverão eles contemplar formas de inclusão social, por meio da geração de empregos para a comunidade receptora, pela preservação do meio ambiente e das manifestações culturais, além de estratégias para a redução das desigualdades socioeconômicas.

Finalmente, um último aspecto, por nós identificado no documento sobre a relevância da inclusão social na atividade turística, diz respeito à integração regional, a partir do programa de estruturação dos segmentos turísticos. Conforme o documento:

“Em uma estratégia de integração regional, o programa apoia projetos de valorização e inclusão social no desenvolvimento do turismo, com intuito de promover a inserção socioeconômica da população local nas atividades relacionadas com o turismo.”
(BRASIL, 2007, p. 69)

Nesta última afirmação, pudemos identificar a intencionalidade do documento em afirmar que a atividade turística se fortalece quando são desenvolvidas ações que visam integrar não somente os empreendimentos que fornecem produtos e serviços em turismo, mas efetivamente as diversas localidades. Com a oferta de um roteiro turístico mais atrativo aos potenciais visitantes, permitir que a comunidade receptora se beneficie do decorrente aumento de recursos disponíveis, provenientes dos novos turistas, proporcionando, assim, além da geração de empregos, o aumento do investimento em infra-estrutura na região, proveniente da arrecadação de impostos e da inserção de novos empreendimentos.

Além dos seis pontos identificados no Plano Nacional de Turismo, duas referências sobre a importância da inclusão social na atividade turística também apareceram na Lei Geral do Turismo.

A primeira referência esteve ligada à formação profissional e foi destacada no artigo 5º, especificamente no objetivo 19, que buscou:

“Promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área de turismo, bem como a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho.” (BRASIL, 2008, artigo 5º)

Este objetivo complementa uma visão de inclusão social no turismo por meio da geração de empregos pois enfatiza que para se ocupar os cargos oferecidos pela atividade, é necessária a formação deste profissional.

Entendemos que, neste ponto a universidade, enquanto *locus* privilegiado, não o único, de formação dos profissionais que trabalham ou irão trabalhar em organizações e atividades, direta ou indiretamente ligadas ao turismo, necessita exercer sua função de formar profissionais e cidadãos preparados para o novo panorama do turismo. Sobre a implementação de políticas para a colocação profissional, uma estratégia de inclusão em turismo pode ser a concessão de benefícios aos empreendimentos que contratam mão de obra local para o planejamento, gestão e operacionalização de suas atividades.

A segunda afirmação identificada trata da incorporação de segmentos especiais da demanda e por isso pode enquadrar-se em duas categorias distintas: a do multiculturalismo e da inclusão social. Esta afirmação surgiu do intuito da Lei Geral do Turismo promover:

“A incorporação de segmentos especiais da demanda ao mercado interno, em especial os idosos, os jovens e as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, pelo incentivo a programas de descontos e facilitação de deslocamentos, hospedagens e fruição dos produtos turísticos em geral e campanhas institucionais de promoção.” (BRASIL, 2008, artigo 6º)

A afirmação, pautada no conceito já destacado anteriormente no Plano Nacional de Turismo (*op cit*), de que a inclusão em turismo é também buscar assegurar que todo brasileiro tenha o direito de viajar, ganha destaque, ao enfatizar que, além da renda, é necessário considerar outras categorias da demanda que possam representar algum tipo de dificuldade para consumir os produtos e serviços turísticos. É o caso dos idosos e de pessoas com mobilidade reduzida que, por exemplo, necessitam de rampas para o acesso aos equipamentos turísticos. Há de se pensar também a formação dos profissionais em relação ao preparo para atender tais segmentos, como a noção de primeiros socorros e procedimentos de cuidado em relação aos deficientes de qualquer natureza.

Após a identificação e análise destes seis pontos, percebeu-se que, dentro do panorama contemporâneo do desenvolvimento da atividade turística no Brasil, o tema inclusão social mereceu ser considerado na busca de contribuições e subsídios para o currículo dos cursos de Turismo.

O segundo ponto por nós identificado, a cidadania, esteve presente de forma expressiva em três fontes de dados: o Plano Nacional de Turismo, a Lei Geral de Turismo, além das reflexões acerca da vivência profissional em um navio de cruzeiros, totalizando nove situações distintas, a seguir apresentadas, nos mesmos moldes adotados para a inclusão social.

A primeira passagem acerca da cidadania por nós identificada foi uma mensagem do presidente da república no momento da elaboração do Plano. Luis Inácio Lula da Silva, falou sobre o turismo como direito e indicou que *“Não se trata apenas de incentivar um negócio, mas de transformar em cidadania o direito de conhecer o nosso país e a nossa identidade.”* (BRASIL, 2007, p.5)

Nesta primeira afirmação, a cidadania mencionada textualmente, é encarada como um conjunto de direitos e deveres dos seres humanos residentes no país, declara que o turismo, na intenção dos órgãos governamentais, deixa de ser algo possível de ser adquirido somente por uma pequena parcela da população, para entrar na pauta orçamentária e planejamento de grande parte dos brasileiros. Atrela a popularização do ato de viajar ao direito como cidadão, de conhecer o país em que vive e suas diferentes manifestações socioculturais.

A segunda afirmação por nós identificada trata de deveres relacionados à prática do turismo. Dentre os deveres, a gestão responsável da atividade. Conforme o plano:

“A prática de uma gestão responsável deverá reproduzir impactos positivos no que se refere ao turismo interno, propiciando o desenvolvimento da atividade no mercado doméstico, com benefícios por duas vias. Pelo lado da produção e da oferta da atividade com a criação de novos postos de trabalho e ocupação e com a ampliação da renda. E pelo lado do consumo, com a inclusão de novas parcelas de consumidores em diversas escalas, no ambiente doméstico.”
(BRASIL, 2007, p. 21)

Mesmo que os assuntos sobre a geração de renda e emprego, bem como o aumento das viagens por parte das classes mais populares se repitam ao longo do documento, entendemos ser relevante trazer à tona esta afirmação. Na verdade atrela o planejamento, a gestão e a operacionalização da atividade turística a uma noção de responsabilidade e cidadania. É um conjunto de deveres a ser observados pelos gestores,

a fim de que os preceitos da inclusão, elemento já destacado, sejam alcançados, ou seja, o exercício de uma cidadania que valoriza e propicia o “contato de cuidado” entre os seres humanos e o contato de cuidado eles e o mundo pelo turismo.

A terceira afirmação acerca da cidadania identificada no Plano Nacional de Turismo está vinculada ao “Programa de estruturação dos segmentos turísticos”, especificamente quando o tema roteirização foi abordado. De acordo com o documento:

“A roteirização turística é voltada para a construção de parcerias e promove a integração, cooperação e comprometimento entre os atores locais, o adensamento de negócios, o resgate e preservação dos valores socioculturais e ambientais da região, como uma forma de integrar a oferta turística.” (BRASIL, 2007, p. 68)

Entendemos que, mais uma vez, a noção de cidadania está presente, apesar de não mencionada textualmente, quando se fala de integração, cooperação e comprometimento, além da preservação e resgate dos valores. Trata o programa de aspectos ligados a direitos e deveres que visam ao desenvolvimento da atividade turística como um todo, trazendo benefícios a todos como os já destacados, e não apenas a um ou outro empreendimento, localizado em um município que integra o roteiro. Em suma, uma ideia de cidadania que enfatiza a força da coletividade na atividade turística, em detrimento de ações isoladas de organizadores e colaboradores.

Finalmente, o último aspecto por nós identificado no Plano Nacional de Turismo que enfatiza a relevância da cidadania para a atividade turística, está presente no “Macroprograma promoção e apoio à comercialização”, no momento em que enfatiza o papel das ações referentes à promoção do turismo no Brasil. O plano indicou que:

“No mercado interno deve buscar, fundamentalmente, promover o aumento de viagens com a inserção de novos grupos de consumidores até então excluídos desse tipo de consumo, seja por meio de propostas de programas sociais e de oferta de produtos a custos acessíveis, seja derrubando o mito de que o turismo é uma categoria de consumo exclusiva das elites nacionais e estrangeiras.” (BRASIL, 2007, p. 77)

Outra vez identificamos que o elemento cidadania na atividade turística, a partir do Plano Nacional de Turismo, trouxe como pauta o direito de novas classes sociais

viajarem. Para tanto, a busca por estratégias que viabilizem o aumento da demanda interna, seja pela oferta de produtos e serviços a preços mais acessíveis ou pela liberação de créditos e financiamentos para viagem, seja pela divulgação e estratégias de marketing que permitam aos brasileiros, sobretudo das camadas mais populares, compreender que eles também têm os mesmos direitos e podem concretizar suas expectativas e desejos de conhecer novas localidades turísticas.

Se o Plano Nacional de Turismo nos trouxe uma perspectiva de cidadania mais ligada aos direitos dos seres humanos se beneficiarem do desenvolvimento da atividade turística, a Lei Geral do Turismo, por meio de seus artigos, seções e objetivos, permitiu observar que para os direitos serem garantidos, um conjunto de deveres a ser levado em consideração também existe. E, neste sentido, três passagens ilustram a busca pelo exercício da cidadania em turismo, destacadas a seguir.

A primeira passagem identificada foi o objetivo de número 10, que tratou do combate e prevenção ao turismo sexual. Conforme a Lei, é objetivo da Política Nacional de Turismo:

“Prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos.” (BRASIL, 2008, artigo 5º)

Entendemos que há um exercício de cidadania quando a Lei Geral do Turismo, por meio de um objetivo da Política Nacional de Turismo, respeitadas as atribuições da Polícia Federal, registra que nem todo tipo de turismo é bem vindo. Aqui se menciona, especificamente, o segmento intitulado turismo sexual, no qual a principal motivação dos turistas que o procuram é o sexo pago, por meio de agências ligadas a redes de prostituição, que lhes oferecem, inclusive, menores de idade.

Como nos países de origem destes turistas a legislação é mais rígida em relação à prática da prostituição, sobretudo de menores de idade, além do risco de exposição, eles procuram países onde existam falhas na fiscalização de tais práticas. Assim, torna-se um exemplo de cidadania ligada aos deveres intrínsecos à prática do turismo, o momento

em que a Política Nacional de Turismo, explicitamente condena essa prática do turismo sexual. Remete-se assim a uma noção de cidadania ligada à valorização do “contato de cuidado” entre os seres humanos pela atividade turística, norteado sempre pelo respeito, pela ética, cuja prioridade é o ser humano, e não apenas o desenvolvimento econômico da atividade, sem limitações.

A segunda afirmação, que remete ao exercício da cidadania, diz respeito ao artigo 5º, quando enfatiza a relevância de uma prática sustentável do turismo. Neste artigo, relatou-se no 8º objetivo a importância de se

“propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural”
(BRASIL, 2008, artigo 5º)

Se por um lado, este objetivo revela a preocupação com o desenvolvimento da atividade turística em áreas naturais, como exemplos, no Brasil, a Região Amazônica, o Pantanal, a Mata Atlântica dentre outras com potencial turístico, por outro, entendemos que tal objetivo também é válido para regiões cujos atrativos tenham outras motivações, como regiões de cunho predominantemente histórico, como Ouro Preto-MG. E no bojo deste raciocínio, além da sustentabilidade ambiental, a mesma preocupação cidadã poderia ser adotada na Lei Geral do Turismo em relação aos aspectos econômico, político e sociocultural da atividade.

A terceira afirmação, relacionada com uma prática cidadã na atividade turística, é por nós considerada a mais relevante. Trata da fiscalização da prestação dos produtos e serviços turísticos, reforçando assim que o exercício da cidadania em turismo demanda dos seres humanos e organizações envolvidas na atividade, um conjunto de deveres, além dos direitos. Conforme especificado na Seção II, Capítulo 5º, da Lei Geral do Turismo:

“O Ministério do Turismo, no âmbito de sua competência, fiscalizará o cumprimento desta Lei por toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, que exerça a atividade de prestação de serviços turísticos, cadastrada ou não, inclusive as que adotem, por extenso ou de forma

abreviada, expressões ou termos que possam induzir em erro quanto ao real objeto de suas atividades.” (BRASIL, 2008, art. 35º)

Reconhecemos que esta fiscalização por parte do Ministério do Turismo valoriza os preceitos da cidadania, à medida que busca garantir o direito daqueles empreendimentos devidamente cadastrados, regularizados e cumpridores de suas obrigações fiscais, de segurança e de qualidade, em exercer plenamente o fornecimento de produtos e serviços turísticos, e não serem obrigados a competir em desigualdade de condições, com as organizações e prestadores de serviços autônomos que exercem suas atividades sem a devida permissão e que se beneficiam, por não pagarem todos os impostos devidos referentes ao cadastro e manutenção do registro junto ao Ministério do Turismo, ou ainda oferecerem produtos e serviços sem a devida qualidade e condições de segurança e não serem penalizados por estas e outras infrações.

A terceira fonte de dados que trouxe contribuições para se destacar a cidadania como elemento relevantes à atividade turística foi nossa vivência profissional como tripulante em um navio de cruzeiros pelo período de seis meses. Do conjunto de experiências e reflexões realizadas, duas mereceram destaque no que diz respeito à cidadania.

A primeira demonstração de cidadania que nos chamou atenção foi o programa considerado mais importante pela companhia marítima, intitulado “*Save the Waves*”, em português “Salvem as ondas”. Este é o nome do programa que visa comunicar a todos os tripulantes, hóspedes e visitantes que a companhia está comprometida com a proteção do meio ambiente e que para tanto necessita da cooperação de todos os sujeitos envolvidos na viagem.

A forma de conscientização dos hóspedes e visitantes se dá em diferentes momentos: no primeiro dia do embarque, na festa de boas vindas, quando o capitão do navio profere o discurso de boas vindas, além dos avisos por todo o navio. Por outro lado, os tripulantes recebem treinamento logo na primeira semana de trabalho: orientação semanais durante os “*meetings*” – reuniões de departamento, além das

orientações do próprio capitão, e do “*Environmental manager*” – gerente de meio ambiente, durante os “*all crew meeting*” – reuniões mensais com toda a tripulação.

Um exemplo do que é abordado tanto para hóspedes, quanto para a tripulação diz respeito à insistência para que não se atire nada para fora do navio, como pontas de cigarro, papéis, restos de comida dentre outros objetos. Outro exemplo diz respeito à não utilização de guardanapos de papel em áreas como a piscina, já que uma eventual corrente de vento pode fazer com que os guardanapos voem para fora do navio e caiam no mar.

Mesmo que a noção de cidadania, implícita neste conjunto de ações ligadas à preservação do meio-ambiente, especificamente dos mares, remete a uma estratégia de marketing e divulgação da companhia, ou ao interesse econômico da empresa na preservação dos oceanos, já que é sua principal fonte de renda, reconhecemos que os hóspedes têm condições de realizar uma viagem e, ao mesmo tempo, perceber pelas ações, seus papéis enquanto cidadãos responsáveis pelo ambiente que visitam. Situação semelhante ocorre com os tripulantes. A partir deste e de outros programas praticados pela empresa, como o de reciclagem do lixo e da reutilização da água, conforme observado durante a vivência, adquirem consciência sobre como fazer sua parte para preservar o meio ambiente em que vivem.

A segunda demonstração de cidadania, identificada durante a vivência profissional no navio, também esteve ligada a um conjunto de deveres e procedimentos que visam preservar a segurança e o bem-estar dos passageiros e dos tripulantes. Estes deveres são norteados por uma política chamada – *zero tolerance* – tolerância zero. Diz respeito a um conjunto de situações em que não existem aberturas ou exceções, e que o tripulante será demitido imediatamente. Em certos casos até os hóspedes também ser obrigados a desembarcar. Abaixo, alguns exemplos de aplicação da *zero-tolerance*, como o consumo de drogas, de bebidas alcoólicas, além de padrões de conduta – *conduct standarts*.

Os tripulantes e os hóspedes comprovadamente identificados, utilizando, portando ou vendendo drogas, estão sujeitos à legislação dos países em que o navio está ancorado, bem como à legislação do país no qual o navio foi registrado. Além disso, é

pré-requisito a todo tripulante, antes de embarcar, realizar um exame de sangue e urina para averiguação de consumo ou não de drogas ilícitas.

O consumo de bebidas alcoólicas, não é totalmente proibido aos tripulantes. Há inclusive um bar exclusivo para a tripulação – “*crew bar*”. Seu consumo, no entanto, é tolerado da seguinte forma: todo tripulante que não estiver em horário de trabalho não poderá ter uma concentração de álcool no sangue superior a 0,08%; a taxa de concentração para todos os tripulantes que estiverem em horário de trabalho não poderá exceder 0,04% , podendo ser submetidos a qualquer momento, a um teste de álcool. Já os passageiros, a partir de 21 anos, podem consumir álcool, conforme legislação norte-americana, exceção feita às rotas europeias e sul-americanas. Nelas é tolerado o consumo daqueles que se encontram na faixa etária entre dezoito e vinte e um anos, desde que os pais ou responsáveis preencham um formulário autorizando o passageiro a consumi-las. Em última instância, é permitido a um *bartender* ou garçom interromper o serviço, se constatar que o passageiro está embriagado.

Acerca dos padrões de conduta, três em específico chamam atenção: assédio – *harassment*, interação com os hóspedes – *guest interaction* e tolerância zero à prática de crimes – *zero tolerance policy on crime*. A primeira violação de conduta, o assédio, pode envolver condutas físicas ou verbais que demonstrem ou insinuem hostilidade ou qualquer tipo de preconceito, além do assédio sexual – *sexual harassment*. Em relação ao segundo padrão de conduta, o *guest interaction*, enfatiza-se que, por a companhia procurar manter sua imagem como organização voltada ao público familiar de todas as idades, não é permitido nenhum tipo de contato sexual entre tripulantes e hóspedes, mesmo com o consentimento de ambos, bem como o oferecimento de favores sexuais a nenhum hóspede ou ainda aceitar deles qualquer oferta sexual. Finalmente, há uma política de *zero tolerance* para quaisquer crimes ocorridos a bordo. No caso de um crime ser cometido a bordo, seja por um hóspede seja por um tripulante, este ficará impedido de sair da cabine. Ficará vigiado por um segurança até o próximo porto, desembarcado e entregue às autoridades competentes.

Para todas estas situações acima destacadas, e por isso que entendemos ser um exercício de cidadania presente na atividade turística, os tripulantes são constantemente treinados para evita-las, como proceder no caso da eminência de alguma situação

semelhante, além das conseqüências de se praticar algum ato considerado *zero tolerance*. Também observamos ao longo da vivência e dos casos presenciados de *zero tolerance*, que há uma preocupação da companhia em ouvir todas as partes envolvidas e manter sigilo sobre o caso, antes de se aplicar quaisquer penalizações.

A relevância da cidadania enquanto um elemento intrínseco ao turismo no cenário brasileiro, além da inclusão social, foi por nós compreendida após a análise e as contratações identificadas nas três fontes de dados utilizadas. Uma cidadania que compreende um conjunto de direitos e deveres dos indivíduos e organizações ligados à atividade com o intuito de garantir um desenvolvimento sustentável, seguro e que assegure a prioridade do bem comum em detrimento a benefícios, necessidades ou desejos individuais ou de pequenos grupos, que nem sempre respeitam os limites éticos do contato de cuidado entre seres humanos e com o mundo.

O terceiro elemento identificado, o multiculturalismo, foi o único que necessitamos buscar nas cinco fontes de dados, aspectos que demonstraram sua presença e relevância na atividade turística. As três primeiras fontes de dados, o Plano Nacional de Turismo, a Lei Geral do Turismo e a vivência profissional em um navio, já traziam subsídios referentes à diversidade e ao multiculturalismo. Entendemos porém, que ainda poderia ser estabelecido um vínculo entre tal elemento e a segmentação de mercado em turismo. Este vínculo foi estabelecido após a análise das obras “**A cauda longa**”, de Chris Anderson (2006), um livro que, apesar de não ser específico da área de turismo, bem ilustrou os efeitos decorrentes da emergência de uma economia de nichos, marcada pela diversidade e pelo multiculturalismo, e na obra “**A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**”, de Gilles Lipovetsky (2007), o foco principal são as características identificadas pelo autor acerca da emergência de um *homo consumericus*, após a segunda metade do século XX, um novo ser humano que busca a felicidade pelo consumo, enquanto bem-estar e satisfação de suas necessidades e desejos e não apenas como manifestação de classes sociais ou demonstração de *status*. Abaixo são destacadas passagens que retrataram a presença do multiculturalismo nas fontes de dados analisadas.

O primeiro aspecto referente à diversidade foi identificado no Plano Nacional de Turismo, quando num de seus três elementos, verificamos a seguinte afirmação:

“Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais” (BRASIL, 2007, p. 16)

Entendemos que o panorama turístico brasileiro tem na diversidade e no multiculturalismo a sua essência. Basta observar o que têm a oferecer as regiões litorâneas nordestinas, as Serras Gaúchas no Rio Grande do Sul, o Pantanal, ou ainda os eventos realizados na cidade de São Paulo, para se compreender que o desenvolvimento da atividade no Brasil demanda uma contextualização sobre o que será feito e de que forma a comunidade receptora entende que suas manifestações culturais, históricas, bem como as características geográficas, podem ser melhor aproveitadas. Em outras palavras, mesmo que um planejador de turismo tenha vasta experiência na implementação de produtos e serviços turísticos, em um país com grande extensão territorial, diverso e multicultural como o Brasil, devemos considerar as experiências também diversas e multiculturais dos residentes. Isso não significa dizer que as contribuições do planejador sejam dispensáveis, até porque, em alguns momentos, a elevação dos padrões de qualidade, mencionado inclusive no objetivo citado, demanda um conjunto de ações que requerem o auxílio de um especialista, mas que tais ações sejam norteadas pelo contexto multicultural em que se está inserido.

Além do objetivo geral, o multiculturalismo apareceu em linhas gerais no Plano Nacional de Turismo dentro do “Programa de estruturação dos segmentos turísticos”, quando abordou a segmentação enquanto estratégia de desenvolvimento da atividade. Conforme o Plano *“a segmentação constituiu uma forma de organizar o turismo. É uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região.”* (BRASIL, 2007, p. 68)

Mesmo que o tema segmentação foi pouco aprofundado nesta afirmação, percebemos, na continuidade da explicação, que a diversidade de manifestações histórico-culturais, além das características geográficas de cada região turística brasileira, podem se constituir como uma vantagem no oferecimento de novos roteiros. Ou seja, se num primeiro momento o plano destacou a necessidade de se considerar a diversidade e as características de cada região, para que não se caia no erro de efetuar uma proposta única para o desenvolvimento de todo o país, de forma descontextualizada, neste segundo momento, a diversidade é considerada um diferencial

competitivo favorável ao Brasil, pois pode se constituir em diferentes produtos e serviços, peculiares a cada roteiro, aumentando a demanda de turistas brasileiros e provenientes de outros países.

Após o Plano Nacional de Turismo, por meio das duas afirmações destacadas, realçar a importância de se considerar e valorizar a diversidade dos destinos turísticos brasileiros, a Lei Geral do Turismo também nos trouxe outras dimensões que contribuíram para identificar o multiculturalismo como elemento intrínseco à atividade podendo auxiliar a busca por subsídios a um currículo dos cursos de Turismo.

Uma afirmação contida no artigo 2º, contribuiu para que identificássemos a relevância da diversidade dentro da esfera maior do desenvolvimento do turismo. A Lei indicou que:

“As viagens e estadas de que trata o caput deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumentos de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade.” (BRASIL, 2008, art. 2º, parágrafo único)

Esta afirmação nos foi útil para ratificar nosso entendimento de que a diversidade e o multiculturalismo não existem descolados dos outros preceitos já mencionados, a inclusão e a cidadania, nem mesmo há uma hierarquização de preceitos mais ou menos relevantes. Todos eles contribuem para o desenvolvimento harmônico e sustentável do turismo, de acordo com os preceitos da valorização do ser humano, enquanto protagonista da atividade. Por exemplo, reconhecer e valorizar a diversidade cultural, religiosa e racial de Salvador, significa não somente a oportunidade de oferecer um roteiro turístico peculiar, mas, efetivamente, dar o direito dos residentes, multiculturais, se beneficiar do desenvolvimento do turismo, e, a partir da diversidade, também se formular políticas, planos e projetos inclusivos.

A segunda afirmação por nós destacada na Lei Geral do Turismo foi a única mencionada duas vezes, pois entendemos que ela também serviu para ilustrar a relevância da inclusão social, no desenvolvimento da atividade. Refere-se à incorporação de segmentos especiais da demanda e a repetimos, intencionalmente, para

se integrar às reflexões sobre a diversidade e o multiculturalismo. O artigo 6º tratou de promover:

“A incorporação de segmentos especiais da demanda ao mercado interno, em especial os idosos, os jovens e as pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, pelo incentivo a programas de descontos e facilitação de deslocamentos, hospedagens e fruição dos produtos turísticos em geral e campanhas institucionais de promoção.” (BRASIL, 2008, art. 6º)

Do ponto de vista da diversidade e do multiculturalismo, compreendemos ser válida a incorporação dos segmentos especiais da demanda como os jovens, os idosos e os portadores de deficiência ou mobilidade reduzida por meio de descontos, incentivos e campanhas de promoção. O tema diversidade e multiculturalismo, porém, requer uma atenção maior a outros segmentos da demanda ligados às diferenças existentes de gênero e opção sexual, raça, etnia, opções religiosas, ou mesmo manifestações culturais. Exemplos destes segmentos da demanda podem ser identificados no turismo étnico-afro de Salvador-BA, sobretudo quando se aborda o atrativo turístico “Pelourinho”, ou mesmo os efeitos na geração de emprego e renda, da parada LGBT – Lésbicas Gays Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros, no município de São Paulo-SP.

A terceira fonte de dados também trouxe contribuições e exemplos da diversidade e do multiculturalismo na atividade turística. Um exemplo da diversidade em um navio de cruzeiros é a presença de tripulantes provenientes de diferentes nacionalidades. Apesar de algumas regiões possuírem maior tradição no fornecimento de mão de obra para as companhias marítimas como as Filipinas, a Índia, a região do Caribe, a Romênia, a Itália, e mesmo o Brasil, com o aumento do número de rotas, a própria companhia afirma que em seu quadro existem tripulantes provenientes de mais de 50 nacionalidades distintas.

Já em relação aos passageiros, estes são originários de diferentes partes do globo terrestre. Mesmo que exista, nas rotas européias e caribenhas, uma predominância de hóspedes norte-americanos e nas rotas brasileiras, os próprios brasileiros, notamos a existência de ingleses, italianos, franceses, sul-africanos, espanhóis, japoneses, canadenses, mexicanos, dentre outras nacionalidades. A companhia, além de reconhecer a diversidade de origens de seus hóspedes, a utiliza enquanto estratégia de promoção e

divulgação da marca, sobretudo de duas formas: a primeira, diz respeito ao coquetel de boas-vindas, no qual, durante o discurso de boas-vindas do capitão, ele menciona a quantidade de hóspedes de cada país a bordo. Percebemos, durante o período de contrato, que esta ação era sempre bem recebida pelos hóspedes, principalmente por aqueles provenientes de regiões menos conhecidas; a segunda esteve ligada aos anúncios de propaganda e marketing da companhia. Nela notamos que sempre são utilizados segmentos de diferentes etnias e nacionalidades, com a intenção de demonstrar uma experiência de férias em que exista a celebração entre os povos e a convivência de forma pacífica.

Uma postura adotada pela companhia, com a intenção de não privilegiar uma ou outra manifestação cultural e religiosa, diz respeito à organização das festas para os tripulantes organizados pelo departamento de Recursos Humanos, que ocorrem em média a cada quinze dias. Nestas festas, não se comemora nenhuma data, nem se utiliza como temática para as festas, manifestações religiosas como o Natal ou a Páscoa. Como existem tripulantes muçulmanos, hindus, budistas, além de outras religiões ou crenças, além dos cristãos, a companhia entende como injusto o privilégio de se comemorar ou utilizar como tema, determinada data de uma religião, em detrimento de outras. Com isso se busca evitar possíveis formas de preconceito. Há de se ressaltar que, em nosso entendimento, apesar de não estar totalmente de acordo com os princípios do multiculturalismo, pois o ideal seria celebrar todas as manifestações e culturas presentes, pelo menos não existe o privilégio ou a sensação de superioridade de uma cultura em detrimento de outra.

Finalmente, indicamos que, a partir de nossa convivência com tripulantes e passageiros de diferentes nacionalidades, foi possível identificar a oportunidade de aprender outros idiomas, bem como vivenciar diferentes manifestações culturais, desde que o tripulante estivesse disposto a aceitar e respeitar costumes, modos de vida e de encarar o mundo diferentes do seu, o que, felizmente, ocorreu na maioria das situações vividas. Não se nega, porém, a existência de situações isoladas de preconceito entre os tripulantes. Como exemplo, o repúdio de alguns tripulantes brasileiros em relação ao costume filipino de cozinhar e comer arroz com as mãos no interior das cabines. Como forma de se evitar o estranhamento de costumes íntimos distintos, a companhia procura colocar tripulantes do mesmo país para dividirem as cabines. Tal atitude, de certa forma,

estimula também a individualidade da prática de certas manifestações típicas entre tripulantes da mesma nacionalidade, que em público podem causar estranheza à tripulação como um todo.

Conforme identificamos, o multiculturalismo também se constituiu um elemento significativo na busca por contribuições e subsídios para um currículo em Turismo, e as fontes de dados mostraram tal pertinência. Entendemos porém, que ainda faltava um vínculo entre o multiculturalismo enquanto manifestação da diversidade e característica dos seres humanos, individualmente ou em grupo, e o turismo enquanto um conjunto de produtos e serviços oferecidos em determinada localidade. Ou seja, uma relação maior entre o multiculturalismo e a segmentação de mercado em turismo. E esta relação foi estabelecida, compreendida e analisada, após a leitura da obra “**A cauda longa**”, de Chris Anderson (2006), através da qual o autor defende e apresenta a transição de uma cultura de massa para uma cultura de nichos e da obra “**A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**” (2007), cujo foco central são as características identificadas pelo autor acerca da emergência de um *homo consumericus* após a segunda metade do século XX. um novo ser humano que busca a felicidade pelo consumo enquanto bem estar e satisfação de suas necessidades e desejos e não apenas como manifestação de classes sociais ou demonstração de status.

A primeira afirmação que demonstra este vínculo do multiculturalismo à segmentação de mercado diz respeito à emergência de uma nova cultura de nicho, pois para o autor, “*estamos evoluindo de um mercado de massa para uma nova forma de cultura de nicho, que se define agora não pela geografia, mas pelos pontos em comum.*” (ANDERSON, 2006, p. 38)

Esta primeira afirmação do autor sobre a emergência de uma cultura de nicho merece uma análise contextualizada, principalmente porque o turismo enquanto fenômeno, ocorre no espaço, portanto até o próprio emprego da palavra geografia necessita ser considerado. Quando o autor indica a ascensão de uma nova economia de nicho definida pelos gostos em comum e não pela geografia, entendemos que esta análise é efetuada considerando-se o avanço das NTICs, sobretudo a Internet, que permite aos consumidores ter acesso a uma gama infinita de novos produtos e serviços, mais afinados com seus gostos e preferências.

Um exemplo em turismo pode ser identificado na busca por novos roteiros e hotéis que possuem seus “websites”. Nele os turistas podem adquirir informações e até efetuar suas reservas sem, necessariamente, se deslocar a uma agência de turismo. Ou seja, o destino turístico e suas características ainda se configuram como tal, e pela Internet foram derrubadas as barreiras geográficas de acesso às informações realmente necessárias aos turistas sobre os destinos tradicionais e mesmo os novos, nem sempre nas vitrines das operadoras de turismo.

Por outro lado, Lipovetsky também indica a ascensão de uma nova cultura definida por pontos em comum. Parte entretanto, de outra perspectiva, a do consumo. Conforme o autor

“Enquanto se desprezam os “habitus” e particularismos de classe, os consumidores mostram-se mais imprevisíveis e voláteis, mais à espera de qualidade de vida, de comunicação e de saúde, tem melhores condições de fazer uma escolha entre as diferentes propostas da oferta. O consumo ordena-se cada dia um pouco mais em função de fins, de gostos e de critérios individuais. Eis chegada a época do hiperconsumo.” (LIPOVETSKY, 2007, p. 41)

Entendemos que o ponto em comum que liga as afirmações dos dois autores é a superação da era do mercado de massa. Imprevisibilidade, volatilidade, maior liberdade de escolha segundo, critérios pessoais, são todas características que indicam a superação de um mercado estruturado e, basicamente, dividido entre aqueles poucos que poderiam consumir produtos e serviços destinados à elite, devido a seu poder aquisitivo, e a grande massa que ficava restrita a produtos e serviços mais baratos. E o setor de viagens e turismo no Brasil é capaz de oferecer um exemplo concreto desta superação. Antes as viagens de avião e os pacotes turísticos ficavam restritos apenas a uma pequena parcela da população. A grande maioria tinha que se contentar com deslocamentos curtos de automóvel ou ônibus às cidades litorâneas. O que se observa, atualmente, com a gradual redução das tarifas aéreas, com as opções de financiamento e parcelamento dos pacotes, é o acesso maior da população às destinações turísticas e aos produtos e serviços, antes destinados à elite, como o caso dos cruzeiros marítimos. Há de se considerar ainda este novo consumidor, ou melhor, hiperconsumidor, que se estrutura para poder usufruir da

viagem de seus sonhos, mesmo que tenha que financiar sua viagem ou economizar em outros itens de consumo cotidiano, como alimentação, transporte e vestuário.

Reconhecemos porém, que por mais individuais que sejam nossos gostos e preferências, enquanto seres humanos consumidores, somos influenciados por nossas características ligadas à diversidade, como gênero, raça, etnia e nacionalidade, bem como características ligadas ao pluralismo. Por exemplo, podemos ou não ter filhos, gostar de um ou outro gênero musical, preferir visitar locais cuja principal motivação turística é a história e as manifestações culturais dos residentes, ao invés de um destino cujo atrativo é o sol e o mar. Enfim, características comuns que permitem a ascensão de uma cultura de nichos, em que se oferecem produtos e serviços a hiperconsumidores com perfis, necessidades e desejos específicos, marcados pela diversidade e pelo pluralismo. O turismo se enquadra nesta lógica.

É por isso que podemos afirmar que tanto a teoria da “cauda longa” quanto da sociedade do “hiperconsumo” não se limitam apenas a se configurar como o aumento das informações disponíveis sobre produtos e serviços, de modo a se ajustar às preferências dos clientes, mas efetivamente, como uma nova cultura de segmentação. Aliás, o próprio conceito de “cauda longa” trazido, por Anderson, nos auxiliou a compreender esta cultura de segmentação. Nas palavras do autor

“A teoria da cauda longa pode ser resumida nos seguintes termos: nossa cultura e nossa economia estão cada vez mais se afastando do foco em alguns “hits” relativamente pouco numerosos (produtos e mercados da tendência dominante), no topo da curva da demanda, e avançando em direção a uma grande quantidade de nichos na parte inferior ou na cauda da curva da demanda” (ANDERSON, 2006, p. 51)

Para nós, o conceito de “cauda longa” trazido pelo autor pode nos auxiliar a estabelecer uma conexão entre os preceitos do multiculturalismo e a segmentação de mercado em turismo. Fala de uma transição da oferta generalizada de poucos *hits*, como um pacote elaborado por uma grande operadora de turismo, de uma semana em julho para Cancun-México, com uma oferta pautada no turismo de sol, mar e praia, a um público relativamente homogêneo, pessoas de classe média na faixa de 30 anos com filhos em férias escolares, para uma variedade de segmentos que almejam uma

experiência de férias mais individualizada e afinada ao seu gosto, ao invés da necessidade de se adaptar aos pacotes estandarizados. E presenciamos este aumento da “cauda da demanda” inclusive em roteiros, atrativos, produtos, serviços turísticos mais tradicionais como os cruzeiros marítimos ou a cidade de São Paulo.

Lipovetsky também enfatiza a segmentação de mercado, ao abordar o hiperconsumo, e por meio de exemplos indica a relação entre ambos. Conforme o autor:

“Ao processo de segmentação parcial típica da fase precedente, segue-se uma segmentação extrema, quase ilimitada, visando a faixas etárias e grupos cada vez mais diferenciados, oferecendo produtos e serviços cada vez mas dirigidos a um certo público, explorando nichos específicos e micromercados com duração de vida curta: preparação instantânea para bolos destinados ao segmento das mulheres casadas de 35 a cinquenta anos com filhos (Procter & Gamble); cosméticos para mulheres afro-americanas ativas de 25 a 35 anos (Esthée Lauder); jornada semanal de redução dos preços para os clientes de 62 anos ou mais (magazines Duckwall-Alco). A época do hiperconsumo é inseparável da hipersegmentação dos mercados.” (LIPOVETSKY, 2007, p. 82)

Esta afirmação de Lipovetsky de certa forma se alinha à teoria da “cauda longa”, pois ambas tratam de uma democratização do consumo, por meio dos nichos e da segmentação. Não que, no momento anterior, não houvesse segmentos, mas, conforme dito por ambos autores, o que havia era uma segmentação relativa, seja ela estruturada nos poucos “hits” situados no topo da demanda, seja ela marcada pelas divisões de classe. Em outras palavras, produtos e serviços para a elite e produtos e serviços para a massa. No entanto, a segmentação adquire um caráter mais democrático, no qual é possível mesclar e contemplar diferentes perfis e desenvolver novos produtos e serviços em função das necessidades e desejos de consumidores, cada vez mais diversos e plurais.

Em turismo, os cruzeiros marítimos, roteiro tradicionalmente descrito como uma estada por um período compreendido geralmente entre 3 e 7 dias, em que o turista se hospeda na própria cabine do navio, faz suas refeições, na maior parte das vezes a bordo e tem acesso a um conjunto de atrações e entretenimento, como cassinos, piscinas, *lounges*, danceterias, teatros, *shows* variados, recreação para as crianças e festas como o jantar do capitão, atualmente, se configuram como um atrativo ligado à “cauda longa” e a “hipersegmentação”. E a prova diz respeito à oferta de cruzeiros para diferentes

nichos, tais como: cruzeiros gastronômicos, *fitness*, musicais, LGBT, cruzeiros temáticos de baladas que variam de micaretas, *raves*, até festas típicas com músicas eletrônicas dos anos 80-90.

Um caso de multiculturalismo, por nós vivenciado de multiculturalismo, “cauda longa” e “hipersegmentação” em navios merece destaque. Foi, durante a temporada europeia, em que o navio tinha como público-alvo as famílias de classe média com os filhos em férias de verão, durante uma semana, ou um cruzeiro. O navio foi reservado e ocupado por uma associação de afro-descendentes norte-americanos, que, duas vezes por ano, se reúnem em um cruzeiro para seminários, discussões sobre os rumos da política norte-americana, para estabelecer contatos profissionais e se divertir ao mesmo tempo. Dentre os presentes, encontravam-se juristas, professores universitários, empresários, políticos, e mesmo uma diretora da Liga Profissional de Basquete – NBA – “*National Basketball Association*”. Aliás, a própria associação se incumbiu de trazer a bordo um grupo musical que apresentava sucessos dos anos 60 e 70, sobretudo o *funk* norte americano.

Outro exemplo de cultura de nicho em turismo são os diversos eventos que ocorrem na cidade de São Paulo. Dentre a gama de eventos que acontecem na cidade ao longo do ano, podemos citar o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, a Parada LGBT, a Semana de Moda de São Paulo – São Paulo *Fashion Week*, a Bienal do Livro, shows musicais de diferentes estilos, o evento evangélico Marcha para Jesus, e até a Virada Cultural, evento em que é possível observar a convivência ao mesmo tempo de diferentes manifestações culturais.

Entendemos que a oferta se torna multicultural porque, conforme observamos nesta e nas outras análises acerca da diversidade e do multiculturalismo, a demanda também é multicultural. Ou seja, os turistas, plurais e diversos, portanto portadores de características e manifestações culturais distintas, seja de raça, etnia, gênero e opção sexual, manifestação religiosa e cultural, possuem hoje meios e informações suficientes, sobretudo com o auxílio das NTICs, para buscar roteiros e atrativos que melhor se integram a seus gostos e preferências, afastando-se dos pacotes padronizados e dos roteiros tradicionais.

Finalmente, outro aspecto abordado ao longo da obra de Anderson diz respeito à necessidade de se identificar elementos que garantam a procedência e a segurança dos novos produtos e serviços fornecidos pela cultura de nicho, além de formas de encontrá-los mais facilmente. O turismo também passa por esta situação. Os roteiros tradicionais, impostos nas grandes operadoras, tendem a transmitir uma sensação inicial de maior confiabilidade e segurança pois são oferecidos por empresas reconhecidas no mercado. No entanto, o autor indica uma forma não somente de garantir esta confiança, mas de auxiliar as pessoas a encontrarem os novos produtos e serviços conforme sua preferência, a qual o autor chamou de tecnologias de filtragem. Conforme Anderson, ao justificar sua relevância:

“Os itens mais vendidos tendem a atrair, pelo menos de maneira superficial, uma variedade mais ampla de preferências. Os produtos de nicho se destinam a conquistar com mais intensidade uma faixa mais estreita de gostos. Eis por que as tecnologias de filtragem são tão importantes. Elas não só impulsionam a demanda cauda abaixo, mas também podem aumentar a satisfação, ao ligar as pessoas produtos mais compatíveis com as características delas do que as ofertas de amplo apelo que se concentram no topo.” (ANDERSON, 2006, p. 117)

Esta afirmação nos permitiu estabelecer uma relação entre o multiculturalismo e a segmentação de mercado sob a ótica do profissional de turismo, quando se encara tal profissional como uma das mais ou a mais relevante ferramenta de tecnologias de filtragem.

Em turismo, como tecnologias de filtragem, podem ser citados os próprios *sites* informativos sobre as localidades e atrativos, as redes sociais e as respectivas discussões acerca de assuntos ligados ao turismo, os *blogs*, todas relacionadas às NTICs, ou mesmo os relatos de experiências de outros viajantes.

Entendemos porém, que o especialista em turismo, consultor de viagens, consciente da influência do multiculturalismo e da segmentação de mercado, do hiperconsumo enquanto experiência memorável, busca do prazer e do bem estar, tem condições de identificar elementos que potencializam o surgimento de novos produtos e serviços em turismo. Podendo assim auxiliar, com segurança e confiabilidade, seus

clientes a identificarem, com maior facilidade, os destinos que mais se adequam a seus gostos, preferências e características.

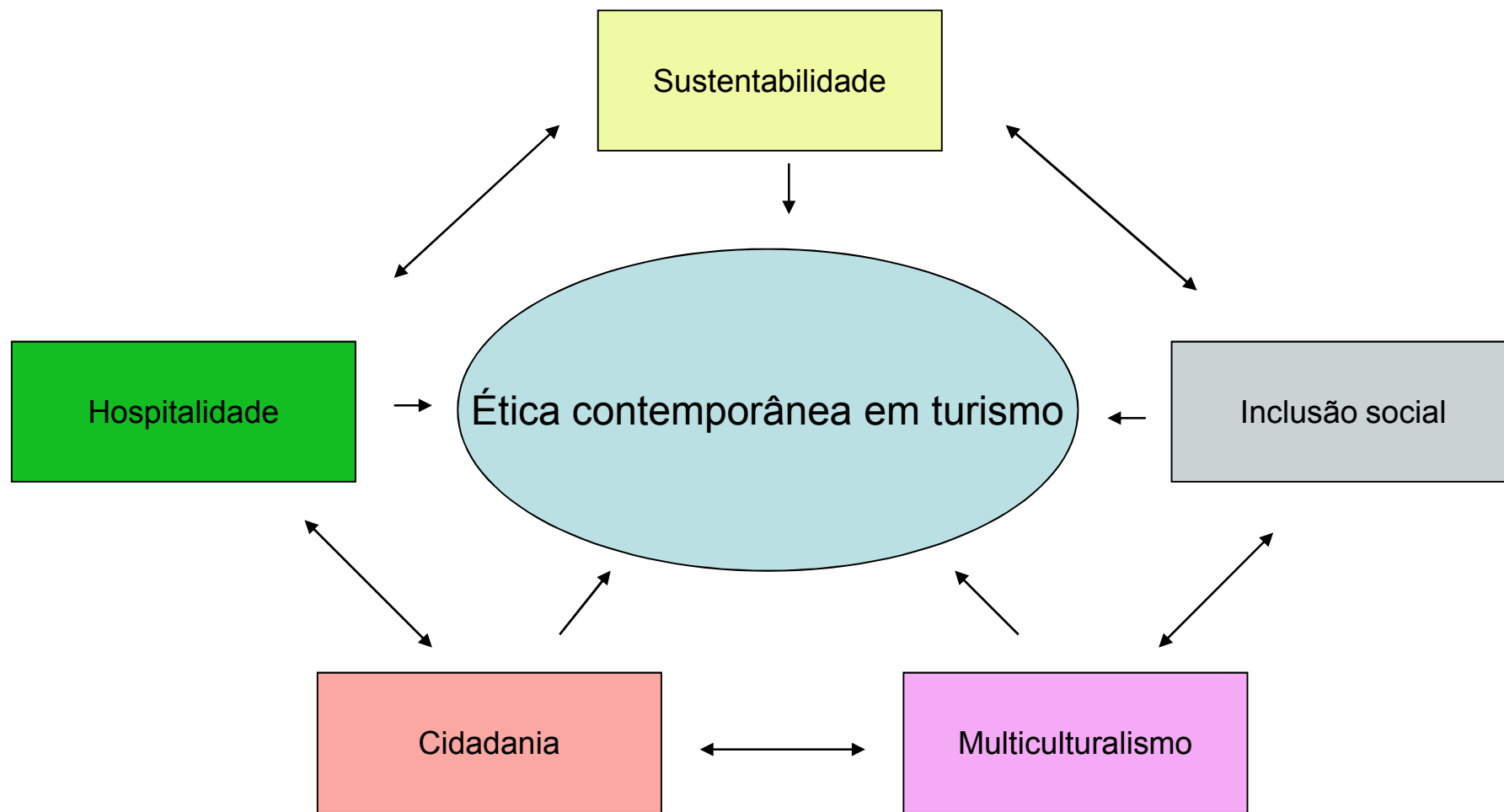
Mesmo assim, ressaltamos novamente que o respeito à diversidade e ao pluralismo, a ausência de preconceitos de quaisquer tipo, e o conhecimento das características do multiculturalismo aqui apresentadas são competências necessárias a este profissional inserido nos mercados de cauda longa e de hiperconsumo.

Em última instância, numa era de incertezas, ser considerado um dos elos, ou até o principal elo das tecnologias de filtragem em turismo, torna-se o diferencial a ser alcançado pelo profissional qualificado que atua ou atuará como planejador e gestor da atividade, seja como consultor, seja como alguém que desenvolva o projeto de um novo atrativo ou equipamento turístico.

Após a identificação dos três elementos complementares, especificamente a inclusão social, a cidadania e o multiculturalismo, e sua respectiva relação com o panorama contemporâneo do turismo, reconhecemos que também houve uma integração de tais elementos com os preceitos já apresentados anteriormente, especificamente a hospitalidade e a sustentabilidade, pois todos tratam do cuidado necessário no contato entre os seres humanos e entre os seres humanos e o mundo, por meio da atividade turística. Com isso, apresentamos na figura a seguir, os cinco elementos identificados ao longo do capítulo, que se juntam ao conceito de currículo apresentado no capítulo anterior. Servirão de base para a identificação de contribuições e subsídios para um currículo do curso de Turismo no Brasil, fundamentado no princípio norteador da ética contemporânea: hospitalidade, sustentabilidade, inclusão social, cidadania e multiculturalismo.

Figura 1 - Contribuições e subsídios ao turismo identificados por Schulze, a partir da ética contemporânea.

Contribuições e subsídios ao turismo identificados por Schulze, a partir da ética contemporânea.⁹⁵



Schulze, 2010

3 – CONTRIBUIÇÕES E SUBSÍDIOS A UM CURRÍCULO DE TURISMO FUNDAMENTADO NOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ÉTICA

Identificados os conceitos-base e efetuada a análise dos dados coletados, apresentamos no terceiro capítulo os resultados alcançados, as contribuições e subsídios a um curso de Turismo fundamentado nos princípios norteadores da ética. E, antes da apresentação dos resultados propriamente ditos, entendemos ser relevante efetuar uma breve reflexão sobre a trajetória realizada até o momento e uma síntese do significado de cada um dos quatro elementos-chave do currículo e dos cinco elementos ligados à atividade turística, de modo a facilitar a compreensão imediata das contribuições e subsídios apresentados na sequência do capítulo.

Iniciamos nossa trajetória de estudos, a partir de uma disciplina intitulada Teoria do Currículo no Programa de Pós-Graduação em Educação – Currículo da PUC-SP. Nela compreendemos a relevância dos estudos e pesquisas ligadas ao currículo para os processos educacionais, e dentre eles, a Educação Superior. Retomamos os principais resultados alcançados na dissertação de mestrado, que abordou a aprendizagem nos cursos de Turismo fundamentada nos princípios norteadores da ética e da estética ligadas à hospitalidade e à sustentabilidade. Verificamos ainda a relevância de uma pesquisa de doutoramento que trouxesse uma marca de estudos ligados ao currículo, mas que mantivesse como objeto os cursos de Turismo. Assim chegamos à investigação de contribuições e subsídios a um currículo de Turismo no Brasil.

Construímos primeiramente um conceito de currículo, fundamentado em autores que investigam a temática. Deste conceito emergiram quatro elementos, bem como a compreensão de que as contribuições e subsídios fariam sentido na medida em que fossem discutidos e trabalhados os eixos constitutivos da Educação Superior, no curso de Turismo, assumindo assim um caráter de inovação, e não apenas aspectos isolados como disciplinas ou temas abordados.

Após esta primeira etapa, buscamos identificar contribuições na atividade turística e focamos nossos estudos em publicações que abordaram o tema, documentos que retrataram o panorama da atividade turística no Brasil, além de reflexões sobre nossa vivência profissional em um navio de cruzeiros. Os resultados demonstraram que seria mais relevante concentrarmos nossos esforços na ética contemporânea em Turismo. Identificamos também cinco elementos que poderiam auxiliar na busca pelas contribuições e subsídios ao currículo do curso.

Com os elementos do currículo e da atividade turística identificados, efetuamos o cruzamento das nove categorias de análise, quatro do currículo e cinco do turismo no Brasil, fundamentado nos princípios norteadores da ética contemporânea. Abaixo, antes de se apresentar os resultados alcançados, para facilitar a compreensão, retomamos uma síntese dos nove elementos e construímos uma figura que representa a integração de tais elementos.

Como currículo, assumimos que ele é um caminho intencional, institucionalizado em um *locus*, especificamente destinado ao processo de formação do profissional e cidadão, composto por um conjunto de aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e administrativos que o influenciam. Por sua vez, estes aspectos são representados por quatro elementos:

- ◆ **Contextualização:** que retrata a integração do currículo com as demais esferas da sociedade e revela sua não neutralidade, sua complexidade, bem como sua característica, enquanto foco de tensão e lutas.
- ◆ **Sujeitos:** aspecto que assume o currículo como uma construção coletiva de todos aqueles que participam, direta ou indiretamente, do processo educacional em questão, como professores, alunos, gestores, colaboradores da instituição, membros da comunidade em que a instituição está inserida, e até representantes de organizações públicas e privadas dos cursos, neste caso, de Turismo.
- ◆ **Processualidade:** identificamos que a construção do currículo se dá por meio de um conjunto de fases, que envolve desde o currículo prescrito e regulamentado, passando pela organização do contexto institucional e

numa fase de planejamento pelos e para os professores e alunos. Considera-se também como fases de um currículo: o currículo em ação, que se dá no cotidiano da sala de aula e o currículo avaliado, quando é efetuada uma reflexão sobre o processo e a aprendizagem. Verificamos ainda a existência de um currículo oculto, pontos não contemplados ou considerados pelas demais fases, mas que emergem da relação entre os sujeitos participantes do processo.

- ◆ **Democratização:** identificamos ainda que este conceito de currículo, que assumimos nesta pesquisa, destaca a relevância de se dar voz e a oportunidade para o debate de diferentes perspectivas e propostas trazidas pelos sujeitos, para que democraticamente o currículo seja construído.

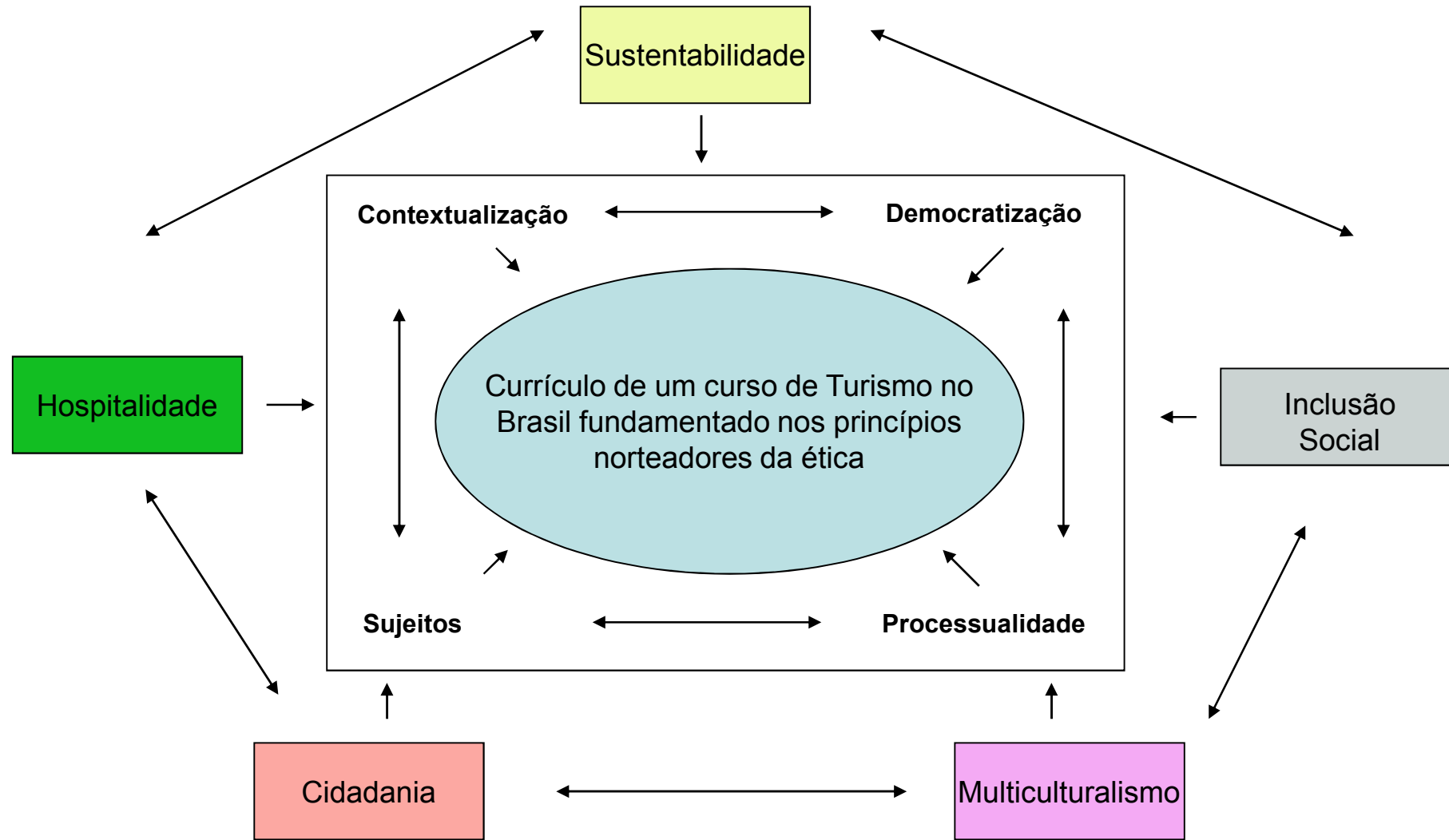
Em relação à ética, assumimos na pesquisa uma concepção de ética baseada na relação de cuidado entre os seres humanos e entre os seres humanos e o mundo pela atividade turística desenvolvida nas sociedades ocidentais contemporâneas. Desta concepção, emergiram cinco elementos: dois extraídos de nossa dissertação de mestrado e atualizado com as novas publicações sobre a temática; três emergiram da coleta e análise de dois documentos que retrataram o panorama turístico atual brasileiro, bem como de publicações ligadas às transformações globais ocorridas sobretudo após a crise econômica de 2008/2009, e, ainda de, reflexões sobre nossa vivência profissional em turismo, especificamente em um navio de cruzeiros. Os elementos foram os seguintes:

- ◆ **sustentabilidade:** em seus níveis ambiental, econômico, social, acrescido do político-institucional, conforme indicaram as novas publicações sobre o tema, identificadas após a defesa da dissertação;
- ◆ **hospitalidade:** mantidos os domínios doméstico, público e comercial, as novas publicações enfatizaram o aspecto político pela influência da justiça, dos direitos humanos, da democracia e da interculturalização;
- ◆ **inclusão social:** a partir da concepção de que o desenvolvimento da atividade turística, baseado nos preceitos da ética, é aquele que contempla todos os seres humanos envolvidos com a atividade, portanto um desenvolvimento inclusivo, foram identificadas sete situações nos documentos analisados que comprovaram sua relevância;

- ◆ **cidadania:** o desenvolvimento da atividade turística nos moldes éticos também valoriza a ajuda mútua, o bem comum, além de um conjunto de direitos e deveres necessários para que o contato de cuidado em turismo seja garantido. E nove situações que relacionam turismo e cidadania foram identificadas nos documentos e em nossa vivência profissional em um navio de cruzeiros;
- ◆ **multiculturalismo:** uma atividade mais inclusiva e mais cidadã contempla também o respeito às diferentes manifestações culturais de seus participantes e da localidade onde o turismo é desenvolvido. Somam-se a este respeito as diferenças culturais, a ascensão de uma cultura de nichos e de segmentos de mercado, conforme demonstraram as dez situações identificadas nos documentos, na vivência profissional e nas duas publicações que abordaram a temática.

Figura 2 - Contribuições e subsídios a um currículo de um curso de Turismo no Brasil, fundamentado nos princípios norteadores da ética, segundo Schulze

Contribuições e subsídios a um currículo de um curso de Turismo no Brasil, fundamentado nos princípios norteadores da ética segundo Schulze



Apresentado o quadro, passamos, a seguir, a destacar as contribuições e subsídios ao currículo de um curso de Turismo no Brasil, fundamentado nos princípios norteadores da ética. Como o foco principal é o currículo, optamos por estruturar a apresentação, levando em consideração a base de seus quatro elementos. Convém ressaltarmos que, mesmo se as contribuições e subsídios em alguns momentos podem ser interpretados como similares ou até complementares, optamos por relatá-los, já que foram consequência da análise dos dados e deram a perspectiva de que tais contribuições podem se encaixar em dois ou mais elementos da ética, o mesmo ocorrendo com o currículo.

3.1 Contextualização

O primeiro elemento da ética em turismo, a sustentabilidade, nos trouxe quatro contribuições:

- ◆ Inserção do curso no contexto pode permitir a sugestão de projetos sustentáveis de desenvolvimento do turismo.

Como entendemos que o curso, o currículo de Turismo, e, conseqüentemente, a instituição estão inseridos num contexto mais ampliado da sociedade, a universidade, enquanto *locus* produtor de conhecimento e pesquisa, pode considerar como uma de suas missões dentro da ética, a colaboração e a sugestão de programas, planos e projetos do desenvolvimento do turismo que sigam os preceitos da sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional.

- ◆ Estímulo às pesquisas, propostas de estágio e voluntariado, a partir do contexto em que a instituição está inserida, e de que forma as dimensões da sustentabilidade se apresentam em tais situações.

Como são partes integrantes do currículo do curso de Turismo no Brasil a construção de Trabalhos de Conclusão de Curso, a obrigatoriedade de realização de estágios e, até mesmo a possibilidade de participação em projetos de voluntariado, o

contexto pode servir de inspiração, tema e *lócus* para que as dimensões da sustentabilidade sejam percebidas pelos aprendizes, inclusive nos casos em que a atividade turística foi desenvolvida sem os devidos cuidados éticos com consequências para o contexto.

- ◆ Buscar no contexto casos que ilustrem situações de desenvolvimento sustentável do turismo.

Como o currículo do curso de Turismo também envolve situações cotidianas de sala de aula, bem como as possíveis estratégias de aprendizagem desenvolvidas neste espaço, é possível identificar, no contexto, casos de sucesso e fracasso do desenvolvimento sustentável do turismo que possam ser utilizados como temática em tais aulas, atividades, módulos ou disciplinas, de acordo com a organização curricular do curso

- ◆ Visitas técnicas a localidades e atrativos sustentáveis.

Atividade rotineira nos cursos e currículos de Turismo, as visitas técnicas a localidades e atrativos existentes na região em que a instituição está, podem ter como temática as quatro dimensões da sustentabilidade. Deste modo os aprendizes têm condições de refletir e constatar, *in loco*, se há um equilíbrio entre as quatro dimensões ou se uma ou outra, geralmente, a econômica, predomina sobre as demais.

O segundo elemento da ética, a hospitalidade, nos trouxe duas contribuições em relação à contextualização:

- ◆ Possibilidade de se efetuar estudos e pesquisas sobre a hospitalidade do contexto.

Como a atividade turística implica, necessariamente, no deslocamento dos seres humanos a uma localidade, e a instituição que oferece o curso também se insere neste contexto, torna-se relevante ao currículo dos cursos de Turismo, investigar como a região em seus domínios doméstico, público e comercial, recebe seus visitantes. As

características de hospitalidade e até de hostilidade presentes na região servem também como casos de estudo aos aprendizes inseridos em um curso de Turismo, cujo princípio norteador é o do “ser humano de cuidado”, materializado pela ética contemporânea na atividade turística.

- ♦ Efetuar trabalhos de conscientização da comunidade sobre a importância da hospitalidade para o Turismo.

Se por um lado a hospitalidade presente no contexto serve como temática para estudos, pesquisas e atividades ao curso de Turismo, a universidade, como *lócus* de ensino, pesquisa e extensão também pode exercer seu papel enquanto conscientizadora da importância da hospitalidade nos três domínios para o pleno desenvolvimento da atividade por meio de oficinas, reuniões, visitas dos aprendizes aos estabelecimentos, participação nos eventos ou até por um trabalho de parceria entre a universidade e o poder público local, em que os aprendizes do curso possam realizar estágios nos órgãos de turismo da região estimulando-os a trabalhar a temática hospitalidade.

O terceiro item ligado à ética em turismo, a inclusão social, nos trouxe quatro contribuições ligadas à contextualização:

- ♦ A vez do turismo de inclusão: ênfase, ao longo do curso, na importância do turismo na redução das desigualdades regionais.

Na parte inicial do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão, é mencionado que o turismo pode ser um dos elementos a contribuir para a redução das desigualdades regionais no Brasil e assim construir um país de todos. Neste sentido, o currículo do cursos de Turismo brasileiros que intencionam trabalhar com o princípio norteador da ética, podem levar em consideração esta intencionalidade, ao estruturar atividades como redutora das desigualdades regionais características do país. Ou seja, uma reafirmação deste compromisso ao longo do curso, não somente pelo discurso, mas por atividades e estratégias de aprendizagem que demonstrem aos aprendizes que o turismo, no que tange à geração de emprego e renda, é tão relevante quanto as outras atividades desenvolvidas em um país.

- ◆ A inclusão como objetivo geral e como meta: a participação dos cursos de Turismo no aumento das viagens domésticas

Como é objetivo do Plano Nacional de Turismo promover o aumento das viagens domésticas, como objetivo e meta de inclusão, o currículo de Turismo, inserido num contexto, pode estimular os aprendizes a desenvolver campanhas de incentivo à viagens junto à comunidade local. Outra estratégia possível é a criação de uma agência de turismo acadêmica, composta por aprendizes, estagiários e professores orientadores que atendam não somente os sujeitos da instituição, mas também algumas parcelas da comunidade receptora. Convém ressaltar que este atendimento necessita ser planejado de modo a compreender que a agência acadêmica seja parte do curso de Turismo e da instituição, e por isso não visa lucro ou concorre com as demais agências de turismo já estabelecidas na região. Ou seja, é desenvolvido muito mais um trabalho de conscientização e estímulo à viagens do que a comercialização propriamente dita.

- ◆ A inclusão como objetivo e como meta: a contribuição da universidade na qualificação dos destinos e geração de renda.

Outra contribuição identificada no Plano Nacional de Turismo, ainda ligada aos objetivos e metas, diz respeito à qualificação dos destinos e geração de renda. Sobre este aspecto, a instituição, especificamente o curso de Turismo pode dar a sua contribuição pela criação de linhas de pesquisa e projetos que visem ao estudo dos atrativos e serviços existentes na região em que o curso está inserido, e, a partir dos resultados alcançados pelos aprendizes e professores orientadores, propor soluções às problemáticas identificadas e sugestões para a efetiva qualificação. Destacamos que também é possível realizar um trabalho de conscientização por parte do curso de Turismo junto à comunidade, em que se realcem os benefícios de um destino e um atrativo preparado para atender turistas de diversas partes do país e até internacionais, com conseqüente geração de renda e emprego decorrentes do desenvolvimento da atividade.

- ♦ Integração regional: a universidade como potencial elo entre os diversos atores e organizações públicas e privadas de Turismo locais

Como um dos preceitos referentes à inclusão social contidos no Plano Nacional de Turismo diz respeito à integração regional, um currículo de um curso de Turismo que leva em consideração o princípio norteador da ética, pode considerar estratégias nas quais o curso, pelas oficinas, seminários, palestras ou até numa participação mais direta de seus aprendizes em reuniões, comissões e câmaras de turismo regional, atue como um elo que estimula e reflete sobre a importância da integração dos diversos participantes da atividade na região e as respectivas organizações públicas e privadas ligadas ao setor. A universidade e o curso de Turismo, enquanto *locus* produtor de conhecimento e pesquisa sobre a temática, podem ainda, num esforço mais ousado de seus integrantes, contribuir para a solução de possíveis conflitos entre os atores e organizadores ligadas ao turismo, enfatizando que a integração regional é um dos elementos norteadores de um turismo mais inclusivo.

O quarto item ligado à ética em turismo, a cidadania, nos trouxe cinco contribuições também relacionadas à contextualização, conforme observamos abaixo:

- ♦ Gestão responsável do turismo: a possibilidade de um trabalho conjunto entre aprendizes e comunidade.

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão, também trouxe contribuições que efetuaram uma ligação entre a ética, a cidadania e o currículo inserido dentro de um contexto. Uma destas contribuições destacou a relevância de uma prática responsável do turismo como elemento intrínseco à cidadania. Entendemos que este preceito pode ser trabalhado em conjunto com as demais atividades e contribuições trazidas até o momento, pois, para que se desenvolva um turismo com características inclusivas, uma série de cuidados, de respeito aos seres humanos e ao mundo necessita ser tomado. Por exemplo, um trabalho de conclusão de curso que proponha a criação de um empreendimento ou atrativo na região e que contemple, ao longo do trabalho, de que forma o aluno irá lidar com os aspectos da responsabilidade social em turismo. Mais uma vez enfatizamos que a gestão responsável, dentro de um currículo de turismo estruturado nos preceitos da ética, não é apenas mais um assunto ou disciplina a ser

implantada no curso, mas, sobretudo, uma postura a ser realçada nos diferentes momentos de formação do aprendiz.

- ◆ Roteirização: exemplo de integração, cooperação e comprometimento como valores integrados à cidadania.

Uma estratégia, possível de ser trabalhada nos cursos de turismo e que envolve valores ligados à cidadania, como a integração, a cooperação e o comprometimento, é trazida pelo Plano Nacional de Turismo e diz respeito à roteirização. Um currículo de Turismo construído, levando em consideração estratégias que contemplam o contexto em que está inserido, como visitas técnicas, pode conscientizar os aprendizes sobre o fato de que um turista, quando se desloca a uma determinada localidade, visita um conjunto de atrativos localizados na região e consome uma série de produtos e serviços, como hospedagem, alimentação, transportes e equipamentos. Por outro lado, a instituição também pode contribuir por meio de pesquisas, planos de marketing elaborados pelos aprendizes, seminários e palestras, para desenvolvimento e consolidação de novos roteiros turísticos que considerem as três características destacadas no início fortalecendo a imagem da região, ou como destino turístico.

- ◆ Sustentabilidade na Lei Geral do Turismo: elemento já destacado anteriormente.

Ao longo da análise da Lei Geral do Turismo, um dos aspectos ligados à cidadania foi o desenvolvimento da atividade nos moldes sustentáveis. Apesar desta ênfase ter sido destacada no capítulo II, entendemos que as contribuições provenientes do elemento sustentabilidade e a contextualização já foram apresentadas.

- ◆ Fiscalização da prestação de serviços: a relevância de se conhecer a legislação de turismo.

A Lei Geral do Turismo busca garantir pela fiscalização da prestação de serviços, o direito dos empreendimentos, devidamente regularizados, exercer suas atividades, ao mesmo tempo, que sejam capazes de garantir qualidade e segurança. Por isso, é relevante ao currículo de um curso de Turismo, do ponto de vista da contextualização,

trabalhar aspectos referentes à legislação local de turismo, bem como conscientizar os aprendizes do curso para que conheçam a legislação do local e atividade em que irão atuar. Este trabalho pode assumir outras formas, além de estudos, disciplinas ou módulos. É possível pensar na realização de seminários, mesas-redondas e semanas de estudos que contem com a participação de especialistas em Direito e representantes do poder público e cuja temática seja a legislação de turismo local. Outra estratégia pode estar ligada a visitas técnicas dos aprendizes *in loco*, para que identifiquem de que forma os preceitos da prestação de serviços em turismo no contexto local vêm sendo adotados ou não em conformidade com a legislação.

- ◆ Política *Save the Waves*: a cidadania também assume um caráter global.

Durante nossa vivência profissional, como tripulante marítimo, pudemos observar a política *Save the Waves* como exemplo de responsabilidade social e cidadania. Esta percepção, ligada ao preceito de contextualização do currículo de turismo, fundamentado no princípio norteador da ética contemporânea, nos possibilitou identificar que a noção da cidadania, como competência intrínseca ao aprendiz de turismo, assume um caráter global, pois há de se considerar que o egresso dos cursos tenham oportunidades de trabalho em regiões e países distintos de sua origem. O que é válido destacar, ao longo das aulas e atividades, casos de estudo, ou até intercâmbios desenvolvidos no curso, é que diversos aspectos trabalhados sobre cidadania são válidos em diferentes contextos em que o aprendiz venha a atuar. A preservação do meio ambiente é um destes exemplos.

O quinto item ligado à ética em turismo, o multiculturalismo, nos trouxe também cinco contribuições e subsídios ligados à contextualização do currículo:

- ◆ Valorização do contexto: realização de atividades que identifiquem as peculiaridades do produto turístico da região para que a diversidade seja desenvolvida.

Em um dado momento do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão, é mencionada a relevância do desenvolvimento de um produto turístico brasileiro com qualidade, que contemple a diversidade do país. Um currículo de

Turismo estruturado no princípio norteador da ética, que, por sua vez, tem como elemento relevante o multiculturalismo e a diversidade, pode abarcar atividades a ser desenvolvidas pelos aprendizes que auxiliem a região em que a universidade está inserida. Uma destas atividades é a construção do inventário da oferta turística de um município ou região, em que sejam identificadas as peculiaridades dos atrativos existentes, de modo que se realçar o valor da diversidade no desenvolvimento do turismo. Com isso, além da aprendizagem de um dos principais instrumentos de planejamento e gestão do turismo, especificamente, o inventário da oferta turística, a instituição e os aprendizes contribuem para o desenvolvimento do turismo na região em que o curso está inserido.

- ◆ Segmentação de mercado: estudo de estratégias e realização de atividades que contribuam para o contexto.

Conforme demonstrado, não somente no Plano Nacional de Turismo mas em outras análises realizadas ao longo do capítulo II, a segmentação de mercado em turismo consiste em uma estratégia de marketing e comercialização de roteiros e atrativos destinados a um determinado público-alvo, de acordo com suas necessidades e desejos específicos, ao invés de se trabalhar uma oferta mais generalizada, como por exemplo sol e mar. Entendemos que é parte de um currículo de Turismo, fundamentado nos preceitos da ética, o desenvolvimento de atividades relacionadas ao marketing, como a criação de campanhas, a construção de um plano de marketing, ou mesmo a análise dos pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades, mais conhecida como análise SWOT – *strenghts, weaknesses, opportunities and threats*. Como a instituição está inserida num contexto mais ampliado, os aprendizes podem buscar dados para suas pesquisas e trabalhar na própria região, e, em contrapartida, apresentar em reuniões e encontros com os representantes dos órgãos públicos e privados da região, os resultados alcançados.

- ◆ A colaboração do curso de Turismo na promoção da diversidade cultural: a realização de eventos por parte dos aprendizes.

Um dos aspectos referentes ao multiculturalismo, identificados na Lei Geral do Turismo, diz respeito à promoção da diversidade cultural. Como entendemos que o currículo de Turismo, e conseqüentemente, a universidade, estão inseridos num contexto mais ampliado, os aprendizes do curso, sob a orientação de seus professores, podem organizar eventos, na instituição ou em espaços existentes na localidade, cuja temática esteja relacionada às manifestações culturais típicas da região, em que se levem em consideração a diversidade cultural e as peculiaridades da comunidade. Com isso, é possível, além de exercitar uma das áreas de atuação do profissional de turismo, a organização de eventos, valorizar as manifestações culturais típicas da região e sua respectiva diversidade. Além de tudo é uma forma de se buscar preservar tais tradições e reafirmar sua importância enquanto atrativo turístico.

- ◆ A relevância de se compreender e estudar a emergência de uma nova cultura de nichos.

A análise da obra de Chris Anderson, especificamente a *Cauda Longa*, nos demonstrou a relação entre os preceitos do multiculturalismo e o turismo como um conjunto de produtos, serviços e atrativos existentes em determinada localidade. Demonstrou também a emergência de uma nova postura perante o mercado, que o autor chamou de cultura de nichos. Conforme observado no capítulo anterior, trata-se de uma oferta cada vez mais especializada e um público com necessidades e desejos cada vez mais distintos. A partir do momento em que consideramos este cenário, que inclusive transforma o contexto e a atividade turística desenvolvida em determinada localidade como mais um nicho, torna-se relevante ao currículo de Turismo desenvolver, ao longo do curso, atividades, estudos, seminários e pesquisas que contemplem a temática, encarada muito mais como postura e competência do que assunto.

- ◆ O estudo do conceito de cauda longa e o turismo, a partir da análise da demanda.

Como Anderson também trouxe o conceito de cauda longa, em que enfatizou a transição de uma oferta generalizada de poucos *hits* para uma grande quantidade de nichos, na parte inferior da curva da demanda, por isso o nome de “cauda longa”, este conceito merece ser estudado nos cursos de Turismo. Uma atividade inserida no

currículo pode contemplar o contexto em que a instituição está, o turismo e os mercados de cauda longa. Trata-se da análise e caracterização da demanda. Este é um documento, frequentemente utilizado pelos planejadores e gestores do turismo. Permite, se bem orientado pelos professores do curso, que os aprendizes identifiquem as principais características e nichos dos turistas que visitam determinada localidade, e, na análise dos dados coletados e cruzamento com outros estudos da demanda, compreender a ascensão dos mercados de cauda longa em turismo.

3.2 Sujeitos

Em relação aos sujeitos, o primeiro item ligado à ética em turismo, a sustentabilidade, nos trouxe uma contribuição, a seguir destacada:

- ◆ Conscientização dos sujeitos envolvidos no curso de Turismo, por meio de projetos sustentáveis na instituição.

Como este aspecto do currículo trata da participação e do contato entre os diferentes sujeitos frequentadores do curso de Turismo, e, sendo a sustentabilidade um dos elementos ligados à ética contemporânea em Turismo, foi possível identifica-la como contribuição à realização de projetos sustentáveis dentro da instituição, de modo a conscientizar os aprendizes e demais participantes de sua relevância. Como exemplo, aprendizes do curso de Turismo em parceria com aprendizes de outros cursos podem desenvolver e se responsabilizar por projetos de reciclagem de lixo e economia de água na instituição, por meio de campanhas cujo enfoque sejam as quatro dimensões da sustentabilidade. Ou ainda, campanhas de auxílio às famílias carentes ou desabrigados, vítimas de desastres naturais como as chuvas, já que, além de perder seus pertences, no caso do turismo, sofrem ainda com a diminuição do fluxo turístico para a localidade.

O segundo item ligado à ética em Turismo, a hospitalidade, permitiu que identificássemos duas contribuições:

- ◆ Hospitalidade, instituição e currículo: possibilidade de se desenvolver projetos hospitaleiros e acolhedores aos novos aprendizes.

Como entendemos que parte do currículo de Turismo, fundamentado no princípio norteador da ética contemporânea, compreende estudos, análises, pesquisas e projetos voltados à hospitalidade, é possível desenvolver junto aos alunos projetos que tornem o curso e a instituição mais hospitaleira no que diz respeito ao contato de cuidado entre os sujeitos, sobretudo aos calouros que ingressaram nos cursos oferecidos pela instituição. Uma atividade relevante poderia ser o estímulo à substituição do trote por uma recepção hospitaleira. Nela os próprios alunos de turismo ficariam responsáveis por auxiliar na apresentação dos diferentes espaços da universidade como as salas, laboratórios, biblioteca, cantinas, restaurantes e lanchonetes, estacionamentos, bem como os professores, coordenadores, diretores, secretárias, bedéis, bibliotecárias, e representantes estudantis. Além disso, os próprios alunos veteranos poderiam se incumbir de organizar uma palestra de boas-vindas no curso, ministrada por um especialista da área e um representante docente do curso, como o coordenador, bem como uma festa ou *show* de boas-vindas. Com isso, temos a intenção de demonstrar que o exercício de aprendizagem da hospitalidade, como parte do currículo dos cursos de Turismo, quando se trata dos sujeitos participantes e de seu respectivo “contato de cuidado”, pode ocorrer de diferentes formas em vários espaços, não somente em sala de aula.

- ◆ A hospitalidade encarada como uma virtude global dos sujeitos que atuam na atividade turística.

Um currículo de Turismo, fundamentado no princípio norteador da ética contemporânea, composta também pelo elemento hospitalidade, deverá prever que os sujeitos aprendizes poderão atuar em outros contextos, além daqueles em que se encontram. São exemplos, entre outras, as oportunidades de estágio e emprego em navios de cruzeiros, redes hoteleiras internacionais e parques temáticos. Sendo assim, entendemos que o contato de cuidado entre os seres humanos na atividade turística, nos domínios doméstico, público e comercial, merece atenção em escala global por parte do curso. E tal atenção pode ser trabalhada pela apresentação de casos de sucesso nas disciplinas, módulos e atividades cotidianas. Assim o aprendiz terá oportunidade não

somente de observar como a hospitalidade é tratada, mas efetuar uma comparação com o contexto profissional e pessoal em que está inserido, encontrando possíveis soluções para as problemáticas identificadas no que tange à hospitalidade e seus domínios.

O terceiro item ligado à ética em Turismo, a inclusão social, nos trouxe três contribuições, abaixo destacadas:

- ◆ Um Brasil de todos: o que inclui também os aprendizes e os profissionais egressos do curso de Turismo.

Entendemos que, quando o Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão destaca logo de início a busca por um Brasil de todos, a partir do desenvolvimento do turismo, e menciona, textualmente, a inclusão de novas oportunidades de qualificação profissional e a inclusão de novos postos de trabalho, a mensagem é dirigida também aos sujeitos integrantes dos cursos de Turismo e aos respectivos egressos. Esta é uma mensagem que pode servir de motivação desde os momentos iniciais do curso, em conjunto com a apresentação das possíveis áreas de atuação do profissional em turismo. Em contrapartida, é relevante ser mencionado aos aprendizes que a afirmação realça a importância da dedicação e seriedade nos estudos, pois, além de falar sobre as oportunidades de qualificação profissional, existe a intenção de se atrair mais turistas estrangeiros, o que demanda um alto grau de qualidade na prestação de serviços.

- ◆ Inclusão via produção e consumo: o sujeito como elemento central da atividade turística.

Mesmo que durante o capítulo II tivéssemos indicado a inclusão via produção e consumo mencionados no Plano Nacional de Turismo, poderíamos passar a impressão de um viés mais atrelado à economia. Na verdade, num currículo do curso de Turismo pode-se utilizar destes dois aspectos para reforçar a centralidade do sujeito na atividade. Ou seja, essencialmente, quem consome e produz são os seres humanos envolvidos com o turismo, sejam aqueles que trabalham, o que inclui aprendizes e egressos do curso, sejam os turistas. A sobreposição de uma lógica humanística em detrimento a uma lógica essencialmente mercantil, conforme os preceitos da ética, perpassa os diferentes

momentos cotidianos do curso, como aulas, atividades, seminários, orientações e pesquisa. Em suma, não se trata de criar uma disciplina ou módulo intitulado humanismo, mas, efetivamente, de assumir uma postura e um posicionamento do currículo do curso frente à atividade turística.

- ◆ Promoção da formação de mão de obra e políticas de viabilização de colocação profissional: a justificativa de existência do curso e das respectivas ações.

A Lei Geral do Turismo, pelo do artigo 5º, enfatizou dois aspectos distintos, mas relevantes do ponto de vista dos sujeitos integrantes do currículo. O primeiro diz respeito à promoção, aperfeiçoamento, qualificação e capacitação de recursos humanos em turismo, o que justifica, do ponto de vista da Lei, a criação e o estímulo à existência de cursos de Turismo com proposta séria de formação do aprendiz. Entendemos que um currículo de turismo, fundamentado no princípio norteador da ética, tem condições de alcançar este objetivo proposto na Lei. O segundo, que destaca a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional dos aprendizes dos cursos de Turismo, permite e estimula uma ação mais efetiva do curso e da instituição no que diz respeito à busca de parcerias com os órgãos públicos e privados de turismo, para o ingresso de seus aprendizes e egressos no mercado de trabalho. Estas parcerias podem ser viabilizadas por estágios, por eventos, como feiras, em que as empresas e representantes dos órgãos públicos locais são convidados para uma visita ao curso e para apresentar as vagas disponíveis, de acordo com o perfil dos aprendizes. Ainda podemos recomendar a nomeação de um professor orientador, responsável no curso por identificar oportunidades profissionais e estágios para os aprendizes, além de avaliar os relatórios de estágios e validar ou não o número de horas trabalhadas, conforme especificações do curso.

O quarto item ligado à ética em turismo, a cidadania, nos trouxe três contribuições:

- ◆ Conscientização dos aprendizes do curso sobre o combate ao turismo sexual.

A preocupação de um currículo do curso de turismo, fundamentado no princípio norteador da ética, contempla a cidadania, e um dos elementos do currículo diz respeito aos sujeitos. Assim, a Lei Geral do Turismo traz um exemplo de preocupação com o contato ético de cuidado entre os seres humanos ao indicar que irá prevenir e combater a atividade turística estruturada na oferta aos turistas de sexo pago, incluindo principalmente, os menores de idade. Entendemos que a conscientização e o exercício de cidadania dos sujeitos integrantes de um currículo de Turismo em relação ao combate ao chamado turismo sexual não se podem resumir apenas a um tema ou assunto tratado numa disciplina ou módulo de Legislação do Turismo. A conscientização sobre o combate ao turismo sexual no Brasil pode envolver diferentes momentos do currículo, como a realização de campanhas na localidade por parte dos aprendizes, pesquisas de como é o combate a essa prática em outros países, seminários e reuniões de estudos com legisladores e especialistas da área, ou ainda a criação de um plano de marketing fictício, composto por um conjunto de estratégias que visam desestimular a oferta deste tipo de turismo por agencias e operadores localizados nos principais países emissores de turismo que procuram o Brasil como destinação sexual.

- ◆ Ênfase sobre o diferencial que os profissionais qualificados em turismo podem fazer na prestação de serviços, e não a simples reserva de mercado aos turismólogos.

Esta contribuição, derivada da Lei Geral do Turismo, chama atenção para o momento em que a Lei indica que o Ministério do Turismo fiscalizará e exigirá o seu cumprimento a todos os prestadores de serviço em turismo, no que diz respeito ao objeto de sua atividade e à respectiva qualidade. Entendemos que se torna relevante a um curso de Turismo, cujo currículo é estruturado nos preceitos da ética, buscar se destacar pela sua proposta de formação dos sujeitos, em total conformidade, não somente com a Lei Geral do Turismo, mas com o novo panorama turístico regional e global, formando profissionais e cidadãos qualificados para a plena prestação de serviços em Turismo nos moldes demandados pela ética. Apesar da crescente discussão e luta pela regulamentação da profissão de turismólogo, compreendemos, a partir de

nossa pesquisa e análise dos dados coletados, que a pura e simples obtenção de uma carteirinha não é suficiente para atestar a competência profissional do sujeito que exerce a atividade, sobretudo nos mercados estruturados após a crise econômica global de 2008-2009. Esses mercados, em constante mutação, demandam uma série de novas competências, que podem ser adquiridas e desenvolvidas, a partir das contribuições e subsídios que trazemos ao currículo de Turismo.

- ◆ Políticas *Zero Tolerance*: exemplo global de contato de cuidado entre os sujeitos, ética e cidadania.

Durante nossa vivência profissional em um navio de cruzeiros, pudemos identificar a política de tolerância zero (*zero tolerance*) como um exemplo de cidadania e ética, ligada ao contato de cuidado entre os seres humanos. Como consideramos que os aprendizes de turismo têm oportunidade de trabalhar em empresas e organizações localizadas em diversas partes do mundo, entendemos que parte do currículo dos cursos de Turismo pode considerar este caráter global de cidadania e de “contato de cuidado” entre os sujeitos participantes do turismo. Para tanto, sugerimos como atividades cotidianas temáticas aos aprendizes, simulações do contato de cuidado entre turistas e prestadores de serviço em turismo ou entre prestadores de serviço e colegas de trabalho, como é o caso da *Zero Tolerance*. Deverão ser estruturadas a partir do estudo e pesquisas de casos de sucesso ou fracasso globais, em *resorts*, navios, bares e restaurantes, empresas de transporte aéreo, parques temáticos, centros de informação turística, agências e operadoras de turismo, dentre outros atrativos e equipamentos turísticos.

O quinto item ligado à ética em turismo, o multiculturalismo, nos trouxe três contribuições, abaixo apresentadas:

- ◆ Multiculturalismo: o contato do profissional de turismo com colegas e clientes de diferentes partes do mundo.

Nossa vivência profissional, em um navio de cruzeiros durante seis meses, nos permitiu identificar uma contribuição relevante ao currículo dos cursos de Turismo, no que diz respeito aos sujeitos e ao multiculturalismo. Identificamos que é relevante a um

profissional de Turismo, formado por um curso estruturado nos princípios norteadores da ética, compreender que trabalhará em uma atividade marcada pela diversidade e pelo pluralismo. Nela sujeitos provenientes de diferentes partes do mundo, sejam colegas de trabalho, sejam turistas, convivem e, portanto são merecedores de um contato de cuidado. Entendemos que o currículo de Turismo pode contemplar uma atividade específica de contato com diferentes culturas e povos, além dos estudos cotidianos e orientações por parte dos professores em sala de aula. Ao longo do curso, é possível realizar visitas técnicas a comunidades existentes na região, como as afro-descendentes, as comunidades judaica, italiana, espanhola, orientais como chineses, japoneses e coreanos, dentre outras. Dependendo da localização do curso, é possível estruturar até uma visita técnica ao município de Holambra-SP, cuja população predominante é a de holandeses e descendentes diretos. O objetivo destas visitas técnicas é estimular o contato entre o profissional de turismo aprendiz do curso e as manifestações culturais típicas dos sujeitos inseridos nas comunidades com uma atividade realizada *in loco* e não apenas falar sobre a diversidade e o pluralismo dos sujeitos.

- ◆ A relevância de atividades que enfatizem as características da nova era de hiperconsumo.

Após o estudo da obra de Gilles Lipovetsky, que também nos permitiu estabelecer uma conexão entre os preceitos do multiculturalismo e da segmentação de mercado. Entendemos que é relevante, dentro de um curso de Turismo fundamentado no princípio norteador da ética, os aprendizes compreender os preceitos e as bases da nova era de hiperconsumo, na qual os gostos e preferências individuais dos sujeitos influenciam, cada vez mais, as propostas da oferta. E como contribuição ao currículo, sugerimos, após a leitura do texto em determinado momento do curso, que os aprendizes estruturem e desenvolvam pesquisas em locais turísticos mencionados pelo autor como *resorts*, *shoppings centers*, terminais aéreos e outros. Esta pesquisa tem como intenção verificar até que ponto os aprendizes entendem ou identificam que os sujeitos presentes em tais locais a trabalho ou como turistas, demonstram características ligadas à era do hiperconsumo.

- ◆ Profissionais de turismo considerados responsáveis pela tecnologia de filtragem da cauda longa.

Em dado momento do desenvolvimento da teoria da cauda longa, Chris Anderson, conforme indicamos no capítulo II, defende que o consumo dos novos produtos e serviços emergentes nos novos mercados de cauda longa, demanda por parte dos consumidores, um conjunto de tecnologias de filtragem, que auxiliem os clientes a fazer as escolhas que mais se adequam a suas necessidades e desejos, de maneira segura e confiável. E, neste ponto, entendemos que há uma oportunidade dos cursos de Turismo justificar a relevância dos bons planejadores e consultores de turismo, como a principal ferramenta de tecnologia de filtragem da atividade nos mercados de cauda longa, capazes de orientar seus clientes a obter experiências turísticas memoráveis em determinada localidade, de acordo com suas necessidades e desejos. Esta possibilidade merece ser enfatizada por todos os sujeitos participantes do curso como professores, coordenadores e direção, de modo que auxilie os aprendizes a compreender que seu sucesso como profissional de turismo depende de um conjunto de competências a ser desenvolvidas em diferentes momentos, e o curso é um deles.

3.3 Processualidade

Conforme ressaltamos no primeiro capítulo, o currículo também é composto por um conjunto de fases que o integram. Parte destas fases porém, como o currículo em ação, o currículo avaliado ou até o currículo oculto, são somente possíveis de ser analisadas quando efetivamente existe uma proposta curricular implantada e em curso numa determinada instituição, e que, de alguma forma também o pesquisador faz parte deste contexto, a fim de que se tenha acesso integral aos dados, nem sempre perceptíveis no primeiro momento.

Podemos afirmar, que para nossa pesquisa efetuamos uma análise de um documento relativo a uma das fases da processualidade do currículo, o currículo prescrito. Este documento diz respeito à resolução CNE/CES 13/2006, chamada **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo** (MEC, 2006). Todas as contribuições e subsídios por nós apresentados, tanto em termos dos 5 elementos da ética, especificamente a hospitalidade, a sustentabilidade, a inclusão social, a cidadania e o multiculturalismo, quanto das atividades sugeridas em cada aspecto do currículo, como as visitas técnicas, estágios, palestras, contato com a

comunidade dentre outras, não encontram barreiras legais nas Diretrizes Curriculares para sua realização.

Porém, pela data em que as Diretrizes foram implantadas, no caso, em 2006, e pelas fontes que utilizamos para identificar as contribuições e subsídios, especificamente o Plano Nacional de Turismo 2007/2010, a Lei Geral do Turismo, nossa vivência profissional em um navio e mesmo as mais atualizadas publicações nos permitiram construir um panorama da atividade turística brasileira, destacamos a relevância e o ineditismo de nossa pesquisa e dos elementos identificados, inclusive do ponto de vista da processualidade do currículo.

Portanto, mesmo que não apresentemos contribuições ligadas à processualidade do currículo, para não correremos o risco de cair na superficialidade, entendemos que este é um aspecto que merece ser observado por aqueles que, porventura, busquem nossas contribuições e subsídios como uma das fontes para a construção de uma proposta curricular em Turismo no Brasil, ou até para outros cursos de Educação Superior.

3.4 Democratização

Em relação ao último aspecto do currículo, a democratização, o primeiro elemento da ética em turismo, a sustentabilidade, nos trouxe duas contribuições:

- ◆ Sustentabilidade político-institucional como oportunidade de exercício da cidadania.

Durante a análise das novas publicações que abordaram a temática sustentabilidade, identificamos um novo elemento intitulado sustentabilidade político-institucional, além da sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural. Conforme observamos, este aspecto da sustentabilidade realça a relevância do processo democrático e das parcerias como elemento intrínseco à consolidação do desenvolvimento sustentável do turismo. Por isso, entendemos que um currículo de Turismo estruturado no princípio norteador da ética contemporânea pode contemplar atividades cotidianas que exercitem, de fato, a democracia, e não se restrinjam somente a falar sobre casos de sucesso da democracia em localidades turísticas. Seminários

organizados pelos próprios alunos, simulação de casos em que cada aluno ou grupo assume um papel no desenvolvimento do turismo em uma localidade ou até mesmo uma visita técnica a uma reunião de associação comercial ou de moradores da região são exemplos de estratégias e contribuições ligadas à sustentabilidade em turismo

- ♦ A relevância de se construir democraticamente a sustentabilidade.

Outra noção ligada à sustentabilidade que adquirimos ao longo dos estudos diz respeito ao desenvolvimento de uma atividade turística na localidade, com a participação da comunidade receptora. Há de se destacar junto aos aprendizes do curso de Turismo que é a comunidade quem precisa definir qual a melhor opção de desenvolvimento ou, até mesmo, se quer ou não que o turismo seja desenvolvido na região. Por isso, entendemos que uma contribuição a um currículo de Turismo, fundamentado no princípio norteador da ética, diz respeito à ênfase constante nas disciplinas, módulos e atividades, além do respeito ao direito democrático da comunidade receptora em construir seu próprio caminho. Isso não significa dizer que o consultor de turismo não possa contribuir com sua experiência pessoal e profissional. A decisão final, no entanto, após um processo democrático de ouvir as diferentes vozes dos grupos presentes na localidade, cabe a eles.

Em relação ao segundo elemento, a hospitalidade, nos trouxe a seguinte contribuição:

- ♦ A importância de se compreender que receber e acolher o estrangeiro implica numa noção de democracia nos três domínios da hospitalidade.

Durante a leitura da obra de Leonardo Boff, que abordou os preceitos da hospitalidade, uma das virtudes daquele que recebe e acolhe o estrangeiro, e aqui está incluído o domínio doméstico, público e comercial, é a noção de democracia. Concordamos com a linha de raciocínio do autor, pois receber e acolher o outro em nosso território, numa manifestação de contato de cuidado entre seres humanos, implica em respeitarmos as características e manifestações culturais daqueles que nos visitam, esperando, igualmente que o visitante também compreenda a relevância de se respeitar as manifestações culturais da localidade visitada. A partir deste pressuposto,

entendemos que uma contribuição ao currículo de Turismo está relacionada ao exercício de situações simuladas. Por exemplo, nas quais um grupo pode desempenhar papéis como turistas provenientes de diversas nacionalidades e como prestadores de serviços em turismo, e outros observam de que maneira as relações democráticas se constituem ou não. Outra contribuição ao currículo pode ser a observação *in loco* destas relações e uma posterior análise sobre se, a localidade, onde o curso está inserido, tem ou não características democráticas, do ponto de vista da hospitalidade.

O terceiro elemento, a inclusão social, também trouxe duas contribuições:

- ◆ Turismo como direito de todos: aprender a construir democraticamente caminhos e estratégias para que ele se torne de todos.

Ao longo do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, a inclusão social é associada ao turismo como direito de todos, concepção que reflete o espírito democrático de conhecer o próprio país, já que a ênfase do documento diz respeito ao desenvolvimento da atividade turística no Brasil. Por isso, uma contribuição ao currículo dos cursos de Turismo, fundamentado no princípio norteador da ética, está ligada à aprendizagem da construção democrática de caminhos e estratégias para que ele se torne de todos. Neste sentido, ao se propor atividades a ser desenvolvidas pelos aprendizes durante o curso, como a criação de campanhas de estímulo à viagens em território nacional, ou a elaboração de pacotes e roteiros inclusivos, para que outras camadas da população também tenham oportunidade de praticar turismo, é relevante considerar e valorizar as opiniões, expectativas, necessidades e características de todos os seres humanos envolvidos com a atividade, inclusive daqueles a quem o produto turístico é destinado.

- ◆ Incorporação de segmentos especiais da demanda enquanto exercício da democracia: a relevância de se formar profissionais preparados para atender este tipo de público.

A Lei Geral do Turismo, em um de seus artigos, chamou atenção para a promoção da incorporação de segmentos especiais da demanda, como idosos e pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, proporcionando assim, um exemplo prático da

relação entre inclusão e democracia na atividade turística. A partir deste pressuposto de se desenvolver produtos e serviços turísticos para os segmentos especiais, surgem algumas contribuições para um currículo de Turismo fundamentado na ética contemporânea. Uma delas, é o estudo, por parte dos aprendizes, da aplicação e construção de equipamentos nos atrativos turísticos que auxiliem a mobilidade das pessoas portadoras de deficiência, como rampas e elevadores, além da existência de funcionários aptos a atender turistas portadores de deficiência visual e auditiva. Outra contribuição diz respeito à preparação dos próprios aprendizes do curso, em dado momento, para o atendimento destes turistas, como noções de primeiros socorros, ou de que forma os aprendizes contemplam os equipamentos acima citados na construção de um plano de viabilidade técnica de um determinado empreendimento turístico, como um hotel ou restaurante.

Em relação ao quarto elemento da ética em turismo, a cidadania, também destacamos duas contribuições:

- ◆ Encarar o turismo durante o curso, como o direito democrático dos cidadãos conhecer seu país e freqüentar cursos de formação em Turismo.

No Plano Nacional de Turismo, quando identificamos os aspectos ligados à cidadania e o direito democrático dos cidadãos conhecer seu país, entendemos que esta contribuição ao currículo dos cursos de Turismo já fora enfatizada em outros momentos, pois se trata, sobretudo, de estruturar um turismo de todos. Ainda, um curso de Turismo, fundamentado no princípio norteador da ética, e que considera também como ato de cidadania o direito democrático de permitir que aprendizes de diferentes classes sociais o integrem, pode pensar em estratégias junto à instituição para a obtenção de bolsas de estudos aos aprendizes da comunidade interessados no curso, mas que, nem sempre, possuem condições financeiras de pagar as mensalidades.

- ◆ O estímulo à criação de produtos e serviços aos novos grupos de consumidores pelos aprendizes do curso.

Conforme observado no Plano Nacional de Turismo, o principal aspecto que relacionou o exercício da cidadania à democratização foi a incorporação de novos

grupos de consumidores. Neste sentido, podemos propor nova contribuição ao currículo de Turismo. Assim, com os resultados alcançados na realização do inventário da oferta turística da região, atividade realizada pelos aprendizes e já proposta anteriormente, os professores e orientadores do curso poderiam estimulá-los a identificar na região a possibilidade de, na baixa temporada, criar programas sociais e de oferta de produtos e serviços para outras classes sociais.

Sobre o quinto elemento da ética em turismo, o multiculturalismo, identificamos duas contribuições:

- ◆ Estimular os aprendizes a desenvolver produtos e serviços para segmentos especiais da demanda, como estratégia e análise da segmentação de mercado.

No capítulo II, houve uma afirmação identificada na Lei Geral de Turismo, referente ao estímulo para a criação de produtos e serviços a segmentos especiais da demanda, como os idosos, jovens e portadores de necessidades especiais, que serviu para exemplificar a presença da ética em turismo tanto na inclusão social, quanto no multiculturalismo. Por isso, entendemos que há uma contribuição para o currículo de Turismo relacionada com os segmentos e nichos de mercado, identificada nesta afirmação. Os aprendizes do curso de Turismo podem desenvolver uma pesquisa que identifique as principais necessidades e desejos de viagem dos idosos da região em que o curso está inserido. A partir dos resultados obtidos, é possível construir um roteiro e sugerir-lo a uma operadora de turismo local, ou até mesmo para a agência de turismo experimental do curso. Outra possibilidade é a realização de uma pesquisa junto aos portadores de necessidades especiais que viajam regularmente, com o intuito de se identificar quais são as principais dificuldades encontradas nas localidades visitadas, e o que poderia ser feito para solucioná-las.

- ◆ Trabalhar junto aos aprendizes a hipersegmentação do consumo em turismo que contempla a diversidade e o pluralismo.

Conforme observamos no capítulo anterior, ao defender sua teoria da era do hiperconsumo, Lipovetsky a atrelou ao surgimento de uma hipersegmentação de

mercado, para atender as expectativas e necessidades de clientes, cada vez mais diversos e plurais. Para nós, tal ação representou uma democratização do consumo, já que o objetivo passou a ser atingir camadas do mercado que não, necessariamente, se situam no topo da demanda ou que eram divididas entre produtos e serviços para a elite, e produtos e serviços para as massas. Entendemos assim que a necessidade de se trabalhar a hipersegmentação num currículo de Turismo, fundamentado no princípio norteador da ética, não se resume à abordagem de tal teoria apenas como assunto ou tema durante as aulas, módulos e disciplinas do curso, mas como postura a ser desenvolvida por meio de estratégias como simulações de situações profissionais, ou até mesmo pela utilização de uma estratégia semelhante à já apresentada anteriormente, que tratava de visitas técnicas a locais turísticos mencionados pelo autor em sua obra, como *resorts*, *shopping centers*, e atrativos como parques temáticos, para que os aprendizes verificassem se a hipersegmentação ocorre nos mesmos moldes ou de maneira semelhante à colocada pelo autor.

Com isso, conforme nosso objetivo proposto, pudemos apresentar as contribuições e subsídios a um currículo de Turismo, fundamentado no princípio norteador da ética, resultado da análise dos dados coletados ao longo de nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES

Após a apresentação dos capítulos, a etapa final de nossa pesquisa consiste mais numa reflexão sobre o caminho percorrido, os objetivos alcançados ou não e ainda os possíveis desdobramentos gerados pela temática. Para essa reflexão, retomamos o problema de pesquisa: **Como identificar e construir contribuições e subsídios para um currículo de Turismo no Brasil fundamentado nos princípios norteadores da ética?**

Conforme demonstramos ao longo do relatório, para que este problema de pesquisa fosse investigado e solucionado, necessitávamos construir um conceito de currículo, identificar elementos que integrassem a ética à atividade turística, e das categorias de análise identificadas, efetuar seu cruzamento e assim obter os resultados, especificamente, as contribuições e subsídios. Entendemos que os objetivos desta pesquisa foram atingidos. Abaixo apresentamos sinteticamente os motivos que sustentam esta afirmação.

Sobre a primeira parte do trabalho, dedicada ao estudo de publicações ligadas à educação e currículo, conseguimos atingir o objetivo de construir um conceito de currículo que pudesse ser adotado, ao longo da pesquisa, além de identificarmos quatro elementos intrínsecos a este conceito, especificamente, a contextualização, os sujeitos, a processualidade e a democratização. Estes elementos foram relevantes à pesquisa, pois se transformaram em categorias de análise que auxiliaram na construção e identificação de contribuições e subsídios a um currículo de Turismo no Brasil, fundamentado nos princípios norteadores da ética. Nesta primeira parte, compreendemos também que nossa concepção de currículo buscou contemplar um caráter de inovação curricular, à medida que visou refletir sobre aspectos que transformassem os eixos constitutivos da

Educação Superior, e não pontos isolados, como disciplinas ou assuntos ligados à ética em turismo.

Reconhecemos ainda, nesta etapa final que nossa concepção de currículo não pretende ser a única ou a mais atual, pois, como indicamos no próprio capítulo 1, se trata de um vasto campo de pesquisa, com vários autores que possuem trajetória reconhecida na área, mas que adotam visões e posições distintas sobre o tema. No entanto, foi um conceito válido para nossa pesquisa, e que serviu para que pudéssemos atingir os objetivos propostos e solucionar o problema de pesquisa.

Em relação à segunda parte do trabalho, a identificação dos elementos que estabeleceram a relação entre a ética e a atividade turística no Brasil, também atingimos os objetivos propostos. Não somente identificamos cinco elementos que relacionaram a ética contemporânea à atividade turística, mas também demonstramos sua presença, significado e relevância em diferentes situações que retrataram o panorama contemporâneo da atividade turística, sobretudo no Brasil.

Os dois primeiros elementos, a sustentabilidade e a hospitalidade já haviam sido identificados em nossa dissertação de mestrado. No entanto, como houve publicações posteriores à nossa defesa em 2006, sentimos a necessidade de atualizar o significado de ambos elementos e comprovamos, mais uma vez, sua relação com a ética contemporânea em turismo.

Posteriormente à manutenção destes elementos, constatamos a necessidade de atualizar o seu significado de ambos elementos, e comprovamos, mais uma vez, sua relação com a ética contemporânea em turismo.

Mantidos e atualizados tais elementos, efetuamos uma reflexão sobre as transformações globais ocorridas após as crises econômicas de 2008/2009 e a respectiva influência na atividade turística. Desta análise, surgiram mais três elementos, a inclusão social, a cidadania e o multiculturalismo. Pudemos observar também, a pertinência destes elementos no panorama turístico nacional, pela análise do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão e da Lei Geral do Turismo, bem como em

nossa vivência profissional como tripulante em um navio de cruzeiros e em duas publicações que destacaram a ascensão de uma cultura de segmentos e nichos.

Reconhecemos que outros elementos poderiam juntar-se aos cinco por nós identificados, a partir de outras pesquisas ligadas à ética em turismo, ou de novos posicionamentos sobre o tema. Entendemos que a ciência tem como parte de seus pressupostos a publicação dos resultados de pesquisa, bem como o debate democrático e aberto a diferentes pontos de vista. Assim, estamos abertos a novas possibilidades, críticas e atualizações, como aliás ocorreu com os elementos da sustentabilidade e hospitalidade. Em suma, nossa trajetória de pesquisa nos permitiu identificar cinco elementos que estabeleceram a relação entre a ética contemporânea e o turismo. Estamos dispostos, entretanto, a reconhecer outros elementos como subdivisões destes cinco, o que pode torna-los mais abrangentes, ou mesmo em pesquisas posteriores, a acrescentar novos elementos à nossas categorias de análise.

Ainda sobre a segunda etapa do trabalho, nossa vivência profissional em um navio de cruzeiros pelo período de seis meses comprovou que os cinco elementos, apesar de estudados aqui em maior profundidade a partir do panorama turístico brasileiro, podem não somente auxiliar a compreendermos a ética em turismo na esfera global, como também enfatizar que um profissional ético em turismo necessita de tais elementos como competências relevantes à sua atuação.

Na terceira e última parte do trabalho dedicamo-nos a apresentar os resultados obtidos após o cruzamento das categorias de análise do currículo e dos elementos da ética em turismo, o que comprovou ser possível identificar e construir um conjunto de contribuições e subsídios a um currículo de Turismo no Brasil fundamentado nos princípios norteadores da ética. Atingimos assim o principal objetivo proposto para nossa pesquisa.

Sobre as contribuições e subsídios, identificamos um total de 41, divididos da seguinte forma: 20 ligados à contextualização do currículo, 12 aos sujeitos e 9 à democratização. Concluímos que houve uma tendência maior em identificar contribuições e subsídios ligados à contextualização do currículo, devido à necessidade de integração entre o currículo de Turismo e a comunidade. As outras duas categorias

de análise, porém, também tiveram um número relevante de contribuições e subsídios, o que justificou sua pertinência na reflexão sobre o currículo.

Acerca da ausência de elementos ligados à processualidade, conforme enfatizamos no capítulo 3 e retomamos a seguir, deu-se somente por conta das características, metodologia e procedimentos adotados para esta pesquisa, mas, em nenhum momento, deixamos de enfatizar a relevância deste elemento no currículo.

Não tivemos a intenção de, a partir das categorias de análise identificadas e resultados obtidos, construir uma proposta curricular fechada a um curso de Turismo, mas de identificar e construir contribuições e subsídios que possam servir de base a gestores e educadores que desejem construir uma proposta curricular de Turismo em suas respectivas instituições, fundamentada nos princípios norteadores da ética. Buscamos, simplesmente, apresentar contribuições e subsídios que pudessem se adaptar a diferentes estruturas e regiões do Brasil em que o curso é ou venha a ser oferecido.

Por este caráter mais geral da pesquisa, ao estudarmos e tentarmos estabelecer uma relação entre os elementos da ética em turismo e a processualidade, não nos foi possível identificar contribuições e subsídios ligados ao terceiro elemento do currículo, pois exceção feita à primeira fase do currículo como processo, especificamente o currículo prescrito e regulamentado, a análise das outras fases da processualidade, o currículo organizado no contexto, o currículo planejado para professores e alunos, o currículo em ação e o currículo avaliado, e ainda o reconhecimento de um currículo oculto demandariam um estudo mais aprofundado de cada proposta curricular a ser implantada em cada instituição.

Em última instância, propor contribuições e subsídios de maneira generalizada a estas fases do currículo, como processo, remeteria, em nosso entendimento, a uma construção de uma proposta curricular aos cursos de Turismo imposta de cima para baixo, o que desconsideraria sua contextualização, os sujeitos que dela participam e seu caráter democrático. Ou seja, haveria uma contradição entre tais contribuições e subsídios e os outros elementos do currículo trazidos por nós mesmos. No entanto, este fato não nos impediu de identificar e enfatizar que, no currículo prescrito, equivalente em turismo às Diretrizes Curriculares do curso de Turismo, primeira fase da

processualidade, os elementos da ética em turismo se fizeram presentes, o que justificou, ainda mais, sua relevância e pertinência ao currículo de Turismo.

Apresentadas as principais conclusões, análises e sínteses dos objetivos alcançados em função do problema proposto, reservamos as últimas linhas do relatório de nossa pesquisa, para pensar em novas perspectivas que a temática pode gerar, a partir daquilo que fora realizado ao longo desta nossa jornada.

Em primeiro lugar, nossa pesquisa trouxe à tona a possibilidade de pensar um currículo de Turismo mais centralizado no ser humano, a partir da ética e de seus elementos, e que esta visão pode conviver harmonicamente com os preceitos do desenvolvimento da atividade, inclusive o econômico.

Em segundo lugar, a concepção de currículo que construímos e adotamos ao longo da pesquisa, bem como os elementos por nós identificados e que, posteriormente, se transformaram em categorias de análise, podem contribuir como fonte de dados a outros pesquisadores que desejem descobrir princípios norteadores em seus respectivos cursos. Reconhecemos nossas limitações, se nossa trajetória for comparada com curriculistas pesquisadores de longa data e com as publicações nesta área de estudos. Entendemos porém, que nossa concepção de currículo e os respectivos elementos enriquecem as discussões no campo da Educação e Currículo.

Finalmente, entendemos também que nossa pesquisa pode estimular as discussões sobre a ética e turismo, alimentada por fontes de dados recentes e que não se limita a teorizações sobre o assunto, apesar de sua importância, mas sobretudo baseadas em situações cotidianas da atividade turística e as respectivas relações com a ética contemporânea.

Como perspectivas de continuidade e desdobramentos de novas pesquisas, convidamos os pesquisadores de outros cursos a realizar exercício semelhante ao nosso e identificar que contribuições e subsídios poderiam emergir, a partir dos princípios norteadores da ética. Ou então, verificar se alguns dos cinco elementos da ética em turismo seriam relevantes em outros cursos.

Ressaltamos ainda a possibilidade para uma pesquisa subsequente. Como a análise da processualidade do currículo mostrou, uma investigação mais ligada à aplicação de tais elementos, contribuições e subsídios aqui construídos e identificados, numa proposta curricular já implantada em um curso de Turismo.

Enfim, uma temática que identifica novas possibilidades e oportunidades de pesquisa em educação, currículo e turismo, assim como uma criança que viaja a determinado destino pela primeira vez, identifica oportunidades de diversão e alegria em contato com um mundo novo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes **Formação de gestores escolares: um campo de pesquisa a ser explorado** in ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini & ALONSO, Myrtes(orgs.) **Tecnologias na formação e na gestão escolar**. São Paulo: Avercamp, 2007

ANDERSON, Chris. **A cauda longa: do mercado de marca para o mercado de nicho**; tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**; trad. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. São Paulo: Brasiliense, 1982

_____ **A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional?** in MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa & SILVA, Tomas Tadeu (orgs.) **Currículo, cultura & sociedade**; trad. Maria Aparecida Baptista, 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000

_____ & BEANE, James A. **Escolas democráticas**; revisão técnica de Regina Leite Garcia; tradução Dinah de Abreu Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

ARISTÓTELES. **Ética a Nicomaco**; trad. Textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2007

BARBOSA, Claudia Ricciuti & DENCKER, Ada Maneti de Freitas **A introdução da Hospitalidade nos cursos de Hotelaria** in Revista Turismo Visão e Ação, v. 8, nº 01, p. 75-89 jan/abr. 2006

BENI, Mario Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil** São Paulo: Aleph, 2006 – Coleção turismo

BERBEL, Neusi Aparecida Navas (org.). **A metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina-PR: UEL, COMPED: INEP, 1999

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível, vol I: hospitalidade: direito e dever de todos** Petrópolis-RJ: Vozes, 2005

CANEN, Ana. **Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio** in LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elisabeth **Currículo: debates contemporâneos** São Paulo: Cortez, 2002

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** São Paulo: Cortez, 2006

FLORIT, Luciano Felix & DREHER, Marialva Tomio. **A construção social da natureza e suas implicações para a ética no Turismo** in Revista Turismo Visão e Ação, v. 11, nº 01, p. 63-75 jan/abr. 2009

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996

_____ **A educação na cidade** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

FULLAN, Michael & HARGREAVES, Andy. **A escola como organização aprendente;** tradução Regina Garcez, 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica de aprendizagem;** trad. Daniel Bueno. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1997

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história.** trad. Attilio Brunetta Petrópolis-RJ:Vozes, 1998

HAMILTON, David. “Sobre a origem dos termos classe e *curriculum*” in Revista **Teoria e Educação**, 6, Porto Alegre: Pannonica, 1992, p. 33-52

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura;** trad. Lucimar A. Coghi Anselmi, Fulvio Lubisco. São Paulo: Ícone, 2007

KOTLER, Philip & CASLIONE, John A. **Vencer no caos: lições do guru de administração e marketing para uma gestão eficaz em tempos de turbulência;** tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas;** tradução Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva 5ª edição, 2000

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: um ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo;** tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth **O pensamento curricular no Brasil** in LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elisabeth **Currículo: debates contemporâneos** São Paulo: Cortez, 2002

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política;** trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

MASETTO, Marcos Tarciso. **Inovação na Educação Superior** . Interface – Comunicação, Saúde, Educação. V 8 n. 14, p. 197-202, set. 2003-fev. 2004

MAZARO, Rosana Mara. **La Sustentable Levedad del Visitar: modelo de evaluación de competitividad y sostenibilidad estratégica de destinos turísticos** in Revista Turismo Visão e Ação, v. 9, nº 03, p. 325-339 set/dez. 2007

MENEZES, Palloma **Turismo e favela: reflexões sobre ética e fotografia**. Dialogando no Turismo Rosana V 1 nº 3 p. 10-30, ago. 2007. Disponível em http://www.rosana.unesp.br/revista/artigos_terceira.php. Acesso em 14/08/2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Turismo**. Resolução nº 13. 24 de novembro de 2006. Brasília: 2006

MINISTÉRIO DA CASA CIVIL – Subchefia Para Assuntos Jurídicos **Lei Geral do Turismo** Lei nº. 11771 de 17/09/2008. Brasília, 2008

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: Uma viagem de inclusão**. Brasília: 2007

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas-SP: Papirus, 1995

 Currículo, utopia e pós modernidade in MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo: questões atuais** Campinas-SP: Papirus, 1997

 & SILVA, Tomaz Tadeu da **Sociologia e teoria crítica do currículo** in MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa & SILVA, Tomas Tadeu (orgs.) **Currículo, cultura & sociedade**; trad. Maria Aparecida Baptista, 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000

PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares** São Paulo: Artmed, 2005

PANOSSO Netto, Alexandre & TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Cenários do turismo brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009 – Série Turismo

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

RABAHY, Wilson Abrahão. **Editorial Turismo em análise** in Revista Turismo em Análise, v.19, nº 2, p. 174-176 agosto 2008. Disponível em <http://143.107.93.222/ojs/index.php/turismo/article/viewFile/53/26>. Acesso em 19/03/2009

RAMO, Joshua Cooper. **A era do inconcebível: por que a atual desordem do mundo não deixa de nos surpreender e o que podemos fazer**; tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

RIGAL, Luís. **A escola crítico-democrática: uma matéria pendente no limiar do século XXI** in IMBERNÓN, Francisco (org.) **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**; tradução Ernani Rosa. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Sul, 2000

SACRISTÁN, J. Gimeno & PEREZ, Gomoz, A. J. **Comprender e transformar o ensino**; trad. Hernán F. da Fonseca Rosa, 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998

_____ **O Currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000

SANTOS, Barbara Pereira Carmona dos & CASTRO, Cléber Augusto Trindade **Ética em publicidade e propaganda no turismo.** Turismo & Sociedade Curitiba v. 1 nº1 p. 74-83 abril. 2008. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/turismo/article/viewFile/11926/8414>. Acesso em 17/09/2009

SANTOS, Lucíola Licínio de C.P. & LOPES, José de Souza Miguel. **Globalização, multiculturalismo e currículo in** MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo: questões atuais** Campinas-SP: Papyrus, 1997

SCHULZE, Thiago Rodrigues, PESSATE, Leonir & TAVARES, Cristina Zukowsky **Paradigmas curriculares: princípios de provisoriedade** São Paulo: PUC-SP, 2006 Anais Encontro Comemorativo 30 anos Programa de Pós Graduação em Educação- Currículo PUC-SP

_____ **A ética e a estética como princípios norteadores da aprendizagem em um curso de Turismo** São Paulo: PUC-SP, 2006 dissertação de mestrado

TURA, Maria de Lourdes Rangel **Conhecimentos escolares e a circularidade entre culturas in** LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elisabeth **Currículo: debates contemporâneos** São Paulo: Cortez, 2002

YOUNG, Michael F.D. **O currículo do futuro. Da “nova sociologia da educação” a uma teoria crítica do aprendizado**, trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas-SP: Papyrus, 2000

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo - texto integral**; trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2009